

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 60 - Série VII - N.º 861
21 de Junho de 1990
Preço: 80\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

União Económica Monetária União Política Sistema Monetário Europeu

PCP defende debate nacional sobre integração europeia

Conferência
de Imprensa
na pág. 10 Semana

Sistema Monetário Europeu

um
problema
com
várias
incógnitas

Págs. 6 e 7/Em Foco



Avante!

Director
António Dias Lourenço

SUPLEMENTO N.º 1
21 de Junho de 1990
Não pode ser vendido
separadamente

AMORA-SEXUAL • 7, 8 e 9 SETEMBRO

1.º suplemento

Semana

Avante!
Ano 60 - Série VII
N.º 861
21 de Junho de 1990
2.º Caderno
Não pode ser vendido
separadamente

Administração Pública pára amanhã - afirma o Sindicato do Sul e Açores

Além das paralisações recentes
- Cimpor, RN, CP, CPB, Enatur e outras -
estão marcadas greves no Estado,
nas autarquias locais
e numa grande unidade hoteleira do Algarve

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, a greve da Administração Pública terá início amanhã, dia 25, e irá durar 25 dias. Os motivos das greves são os mesmos já apontados no passado mês de maio, quando o Governo não quis negociar com os sindicatos.

Além de reivindicações específicas, como a melhoria das condições de trabalho, o aumento do salário mínimo e a melhoria das condições de trabalho, os trabalhadores do Sul e Açores exigem a melhoria das condições de trabalho e a melhoria das condições de trabalho.

Segundo o Sindicato (ETPISA) o Governo e a Federação regular a compensação salarial nos vencimentos de 1990, sendo imposto em Outubro de 1989 um aumento de 1,2 por cento, para 15 meses, que se está a passar para 1990.

Segundo o Sindicato (ETPISA) o Governo e a Federação regular a compensação salarial nos vencimentos de 1990, sendo imposto em Outubro de 1989 um aumento de 1,2 por cento, para 15 meses, que se está a passar para 1990.

Segundo o Sindicato (ETPISA) o Governo e a Federação regular a compensação salarial nos vencimentos de 1990, sendo imposto em Outubro de 1989 um aumento de 1,2 por cento, para 15 meses, que se está a passar para 1990.

Segundo o Sindicato (ETPISA) o Governo e a Federação regular a compensação salarial nos vencimentos de 1990, sendo imposto em Outubro de 1989 um aumento de 1,2 por cento, para 15 meses, que se está a passar para 1990.

Segundo o Sindicato (ETPISA) o Governo e a Federação regular a compensação salarial nos vencimentos de 1990, sendo imposto em Outubro de 1989 um aumento de 1,2 por cento, para 15 meses, que se está a passar para 1990.

Segundo o Sindicato (ETPISA) o Governo e a Federação regular a compensação salarial nos vencimentos de 1990, sendo imposto em Outubro de 1989 um aumento de 1,2 por cento, para 15 meses, que se está a passar para 1990.

Segundo o Sindicato (ETPISA) o Governo e a Federação regular a compensação salarial nos vencimentos de 1990, sendo imposto em Outubro de 1989 um aumento de 1,2 por cento, para 15 meses, que se está a passar para 1990.

MORTE QUE LAVAS NO RIO

ESTÁDIO UNIVERSITÁRIO estádio de lástima

ALVIELA



DIALÉTICA DA REVOLUÇÃO
E DA CONTRA-REVOLUÇÃO

Editorial

Avante!

Ano 60 - Série VII
N.º 861
21 de Junho de 1990
1.º Caderno
Não pode ser vendido
separadamente

Concretas exigências de convergência democrática

Nos meandros da densa floresta da confusão política, pelos quais a direita cavaquista governante faz avançar no Portugal de Abril o processo da contra-revolução, avolumam-se e confluem no momento actual problemas e factores internos e externos de ordem vária cujos desenvolvimento e consequências, no plano interno e nas condições do poder discricionário da direita, escapam de modo insidioso ao controlo democrático.

Alguns dos fundamentais:

- A reconstituição do capitalismo monopolista de Estado opera-se em escala acelerada;

- O latifúndio nas suas formas parasitárias mais odiosas regressa de novo em força aos campos do Alentejo e do Ribatejo: uma irracional política agrícola atinge duramente as camadas pobres e médias do campesinato;

- No campo laboral acentuam-se as desigualdades da distribuição dos rendimentos a favor dos grandes detentores do capital, a baixa dos salários reais e do poder de compra dos trabalhadores, a insegurança do emprego e o aumento do desemprego - nos três primeiros meses de 1990 em 7,9% (segundo os próprios números oficiais que neste capítulo pecam sempre por defeito) - , as carências da segurança social, os processos arbitrários de despedimento, de repressão patronal, de falta de protecção legal dos representantes dos trabalhadores contra as prepotências do patronato;

- A forma como se processa a integração na CEE (na perspectiva do Mercado Único em 1993, da União Económica e Monetária, da União Política e do Sistema Monetário Europeu) agrava os nossos desequilíbrios e assimetrias sociais, económicas e regionais, coloca cada vez mais Portugal na periferia das nações desenvolvidas de uma Europa cujos centros de decisão se situam cada vez mais num pequeno número de países economicamente dominantes, sob o império de poderosos grupos multinacionais; a dependência económica e política portuguesa dos grandes potentados do dinheiro que, pese a força da componente democrática da comunidade europeia, põem em risco a nossa independência e soberania nacionais;

- A febre eleitoralista domina na hora actual os actos do Governo, deforma o carácter de uma gestão pública que por imperativos do regime democrático deveria estar essencialmente orientada para a defesa dos interesses básicos do povo e do País;

- Os atentados de facto e em potência contra as regras basilares da democracia política multiplicam-se (a «engenharia» eleitoral que o Governo quer impor, a lei do referendo ferida de inconstitucionalidade, a criação da Alta Autoridade para a Comunicação Social e outras), os surtos de corrupção e de uso indevido de dinheiros públicos que proliferam à sombra e nas próprias áreas da ac-

tividade governativa e rebaixam a moral do Poder num regime democrático.

E entretanto, apesar dos perigos reais, este processo pode ser travado. No estágio actual da correlação de forças sociais e políticas as forças democráticas têm nas suas mãos, se nesse sentido convergirem, a possibilidade real de o deter e inverter.

A reconstituição do capitalismo monopolista, em particular na sua vertente cosmopolita de alienação económica e financeira ao capital estrangeiro, vulnera mesmo os limites constitucionais de uma revisão constitucional acordada entre o Partido Socialista e o PSD cavaquista, caracterizada por inadmissíveis cedências à direita por parte dos círculos dirigentes do PS.

O calendário e as condições da reprivatização do Sector Empresarial do Estado cumprem-se e verificam-se em moldes do interesse prioritário dos grupos monopolistas portugueses e multinacionais, em numerosos casos estreitamente associados, na partilha de posições dominantes da actividade económica e financeira nacional, e da injeção de volumosos recursos financeiros para uma espécie de «saco azul» governamental subtraído ao controlo público, vocacionado principalmente para o custeio ilícito das operações eleitoralistas e demagógicas do governo cavaquista e do PSD.

As reprivatizações a 100 por cento, cobertas pelas novas disposições constitucionais, resultantes do acordo PSD/PS (e as de 51 por cento que foram já transaccionadas a 49 por cento na fase anterior à revisão da Constituição) operam-se ou preparam-se desde já nas formas mais sofisticadas e mais rendosas para o «saco azul» do Governo.

As empresas nacionalizadas, em especial do sector bancário, mesmo antes de transaccionadas na Bolsa, são transformadas juridicamente em sociedades anónimas, algumas associam-se desde já em consórcios e em grupos financeiros com o capital privado, a dança dos gestores do sector público para o sector privado e das «pastas» ministeriais para as «postas» dos conselhos de administração, tornou-se um fenómeno corrente.

Dezenas de milhões de contos vão entrar no saco eleitoralista do Governo com as reprivatizações já efectuadas ou programadas para o ano em curso: a UNICER já este mês, o BTA (a 51 por cento) em Julho, a Tranquilidade em Setembro, a Centralcer em Outubro, o BPA em Novembro, a CIMPOR em Dezembro, o BFB em Janeiro de 91, a Aliança Seguradora em Fevereiro e assim de seguida.

A Tabaqueira está já de novo na mira dos Mellos, a Quimigal está a desmantelar-se desde já com a venda da CUF-Têxtil, a EDM (ex-EP agora do grupo francês BRGM) domina os minérios de Neves Corvo da SOMINCOR. A lista seria fastidiosa.

Grandes negociações envolvendo as esferas do Governo estão em curso ou em perspectiva.

Por outro lado, a reconstituição dos latifúndios, acompanhadas de chorudas indemnizações aos antigos latifundiários, leva de novo às terras do Alentejo e do Ribatejo, que produziram cereais e carne sob a Reforma Agrária, a aridez dos incultos, a desertificação e o desemprego de dezenas de milhares de trabalhadores, transforma de novo as terras de pão que a Reforma Agrária fez produzir e progredir em estêreis coutadas de caça para grandes farras de novo nos hábitos da alta sociedade. Só nos quatro primeiros meses do ano em curso passaram ao «regime cinegético» (vulgo coutadas) mais de cento e vinte herdades, montes e quintas do Alentejo e do Ribatejo.

Mesmo aqueles a quem os governos da «AD» entregaram de renda terras tiradas às UCPs são agora vítimas da reconstituição dos latifúndios. O exemplo do grande agrário engenheiro Prates Lima que pede agora que lhe restituam os 318 hectares da Herdade do Vale de Paredes entregues a cinco rendeiros e de cuja expropriação já recebeu mais de cinco mil e duzentos contos de subsídios e indemnizações é edificante.

É contudo, no processo de integração na CEE, com o advento do Mercado Único em 93, a União Política e a inclusão do escudo no Sistema Monetário Europeu (SME) e na febre eleitoralista que domina os actos do Governo que se situam os pontos mais críticos da política cavaquista.

O Governo PSD/Cavaco, depois das acerbicas críticas, em particular do PCP (que na sua última interpelação ao Governo defendeu a urgência e a necessidade de um amplo debate nacional sobre as questões da integração), tentou agora montar um simulacro de debate sem ter fornecido aos partidos com representação parlamentar a informação e a documentação prévias necessárias.

As formas dúbias e contraditórias com que o Governo abordou os problemas da admissão do escudo deram origem a prejuízos e especulações que ferem os interesses do País.

A forma como o Primeiro-Ministro referiu há cerca de um mês a adesão ao SME provocou movimentos especulativos em relação à moeda portuguesa.

As declarações do governador do Banco de Portugal e do actual ministro das Finanças procuraram remediar os efeitos lesivos das declarações de Cavaco, e este próprio, em contradição com o que dissera antes, disse agora no Seminário Internacional do «Quantum» que a adesão do escudo «se fará no momento certo»...

Com a inflação a subir novamente, com as distorções de uma rigorosa política financeira, a adesão imponderada do escudo acarretaria profundos prejuízos à economia portuguesa. Na conferência de imprensa do último dia 18, o PCP - e em conformidade o seu Grupo Parlamentar - desenvolveu de modo criterioso as condições que devem determinar o momento e as formas de adesão de Portugal ao SME e à União Política.

denúncia da demagogia eleitoralista de Cavaco Silva, no horizonte das legislativas de 1991, obrigou já a recuos na descarada campanha eleitoral do PSD e do seu Governo a um ano de distância das eleições, mas não lhe pôs evidentemente cobro. Apenas mudou de formas.

Cavaco Silva, ao mesmo tempo que recorre à demagogia eleitoralista, leva implacavelmente à prática os planos da reconstituição do capitalismo monopolista de Estado cuja principal vertente é a exploração agravada da classe operária e o esbulhamento das classes e camadas intermédias da população.

As medidas últimas do Governo visando os pequenos e médios agricultores - que são os principais agentes da actividade agrícola do País - são significativas.

Em obediência à demagogia eleitoralista, Cavaco Silva abriu-se «generosamente» à reforma antecipada dos velhos agricultores - mais de 70 por cento têm mais de 55 anos - como forma de acesso dos jovens à gestão agrícola, pondo com liminar clareza que essa possibilidade de reforma implica a renúncia a toda a actividade dos velhos agricultores.

E por obediência aos interesses dos grandes exportadores da CEE determinou já para este ano a liberalização total das importações de produtos agrícolas e alimentares, incluindo as bebidas - o que significa a redução em termos ainda mais drásticos das possibilidades de escoamento da nossa produção agrícola.

Em vez de medidas de protecção da produção nacional e de redução do défice da Balança Comercial portuguesa, que só nos últimos quatro meses se agravou em mais 31,2 por cento (34,2 por cento em dólares) atingindo os 362,6 milhões de contos, o Governo de Cavaco escancara ainda mais as portas do País à invasão não só dos capitais como da própria produção estrangeira.

A exploração desenfreada e a baixo preço da mão-de-obra portuguesa pelo capital estrangeiro, a extorsão dos recursos e da riqueza do País a favor das multinacionais (é significativo que a extracção de minérios seja o sector dominante da nossa produção industrial) põem em destaque o carácter antinacional da política cavaquista.

São tais factores que colocam na ordem do dia, às forças democráticas, concretas exigências de entendimento e convergência para a viabilização de uma alternativa democrática ao Governo e à política da direita cavaquista.

Resumo

11 Segunda-feira

O presidente da Câmara do Porto classifica como terrorismo político a lei das incompatibilidades da autoria do PSD ■ O ministro dos Assuntos Parlamentares anuncia que a Assembleia da República poderá apreciar, em Outubro, uma proposta de lei sobre o reordenamento do sistema judiciário de Macau ■ Relatório de previsões da CEE indica que o crescimento económico da comunidade vai abrandar nos próximos dois anos ■ O presidente soviético Mikhail Gorbachev concorda em reunir-se com os presidentes das três repúblicas bálticas para discutir as recentes declarações de independência ■ O novo governo israelita de Yitzhak Shamir obtém a aprovação do Parlamento por 62 votos favoráveis, 57 contra e uma abstenção.

12 Terça-feira

Começa uma greve de dois dias na Rodoviária Nacional que abrange cerca de 95 por cento dos trabalhadores ■ Fundamentalistas islâmicos ganham com cerca de 65 por cento dos votos as eleições autárquicas da Argélia ■ O presidente checoslovaco Vaclav Havel inicia as consultas com vista à nomeação de um novo primeiro-ministro.

13 Quarta-feira

É suspensa a publicação de «o diário» ■ O Governo decide criar um sistema de incentivos financeiros à modernização do comércio atribuindo uma verba de seis milhões de contos ■ Afinal Portugal tem a segunda menor taxa de desemprego da CEE, 5,2 por cento, segundo revelam dados da Comunidade ■ A comissão da CEE aprova em Bruxelas um conjunto de propostas de regulamentação e harmonização na Comunidade do chamado emprego atípico, como o trabalho temporário e a tempo parcial ■ O governo israelita convida o secretário-geral das Nações Unidas a enviar um emissário aos territórios árabes ocupados ■ Nelson Mandela reafirma a necessidade de a comunidade internacional manter as sanções económicas decretadas contra Pretória.

14 Quinta-feira

Milhares de mineiros romenos chegam de madrugada a Bucareste para apoiar a política de Ion Iliescu ■ O Primeiro-Ministro Cavaco Silva propõe ao presidente da Assembleia da República a adopção de medidas de contenção de despesas do Parlamento ■ A Comissão Europeia propõe

a eliminação a partir de 1 de Julho das restrições às trocas comerciais com a RDA ■ O presidente em exercício do Conselho da Comunidade Europeia rejeita a hipótese de a CEE levantar as sanções económicas contra a África do Sul ■ Nelson Mandela é recebido, em audiência privada, pelo Papa João Paulo II.

15 Sexta-feira

Os maquinistas da CP iniciam uma greve parcial que afecta principalmente os comboios regionais e inter-regionais ■ O Presidente da República inaugura na Horta as novas instalações da Assembleia Legislativa Regional dos Açores ■ Os trabalhadores das carreiras específicas dos maldouros fazem greve às horas extraordinárias, reclamando do Governo a revisão salarial para 1990 ■ Portugal e Espanha efectuam manobras conjuntas na província de Burgos ■ Abre em Lisboa a IV Convenção Nacional do PRD ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros garante a Alfred Nzo que Portugal não terá uma posição individual em relação ao levantamento das sanções económicas à África do Sul ■ É concluído em Bruxelas o documento-base de discussão sobre a União Política dos países da CEE ■ A União Soviética propõe aos EUA a eliminação de todas as armas nucleares de curto alcance da Europa ■ Ivan Silaev é eleito primeiro-ministro da Federação Russa ■ A cimeira centro-americana inicia os seus trabalhos na cidade de Antigua.

16 Sábado

Leonor Beleza demite-se do cargo de vice-presidente do PSD, alegando razões de carácter ético e familiar ■ O presidente da Guiné-Bissau, João Bernardo Vieira, chega a Lisboa onde se encontrará com o Presidente Mário Soares e o Primeiro-Ministro Cavaco Silva ■ O primeiro-ministro da RDA reafirma a urgência da reunificação alemã durante o primeiro congresso comum das organizações de jovens cristãos-democratas ■ É alcançado um acordo de cessar-fogo entre o governo do Sri-Lanka e o principal movimento de guerrilha tâmil ■ É extinto o incêndio que há cerca de uma semana dellagrou no petroleiro Mega Borg no golfo do México ■ O Congresso Nacional Africano celebra no Soweto o 14.º aniversário da sublevação deste bairro segregado.

17 Domingo

Hermínio Martinho volta à liderança do PRD, depois da Convenção Nacional o ter eleito com 69,9 por cento dos votos ■ A Liga Operária Católica divulga as conclusões de um inquérito realizado no Norte do País sobre a desumanidade no trabalho ■ Os EUA anunciam que apoiam as novas iniciativas de paz na

Etiópia ■ Os búlgaros vão de novo às urnas para a segunda volta das eleições gerais, em que o Partido Socialista logra obter a maioria absoluta de deputados.

18 Segunda-feira

Realiza-se em Lisboa uma conferência de imprensa do PCP sobre a problemática europeia ■ A CGTP-IN considera que não pode haver condições na aplicação do horário semanal de trabalho de 40 horas ■ Os trabalhadores das fábricas de cimentos Cimpor iniciam uma paralisação de três dias para reivindicar a revisão do acordo de empresa ■ A Federação Nacional dos Sindicatos dos Transportes procede à sua legalização como estrutura sindical ■ O presidente da Federação Distrital do Porto do PSD afirma que Fernando Gomes pode vir a perder o mandato autárquico se continuar como deputado no Parlamento Europeu ■ A Assembleia Popular de São Tomé e Príncipe começa a debater a nova lei eleitoral ■ A UDP propõe ao PS a formação de uma coligação no arquipélago da Madeira para as próximas eleições legislativas ■ O presidente da Guiné-Bissau, Nino Vieira, pede a Mário Soares para patrocinar um seminário sobre os direitos do homem, a realizar em Bissau ■ O primeiro-ministro romeno, Petre Roman, afirma que vai pedir ajuda aos países ocidentais para consolidar a democracia no seu país.

19 Terça-feira

O secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Durão Barroso, divulga os resultados da segunda ronda das conversações entre o governo de Angola e a UNITA, que voltarão a Angola e a União ■ O grupo Amorim é indicado como tendo praticado fraudes na aplicação de verbas do Fundo Social Europeu destinadas a acções de formação ■ O Primeiro-Ministro anuncia a intenção de convidar os líderes dos partidos da oposição com assento na AR para uma reunião dedicada à questão da União Política, rejeitando perante os deputados a hipótese da inclusão de Portugal numa federação europeia ■ São atribuídas ao Correio da Manhã-Rádio, na zona sul, as frequências para rádios regionais ■ Um tratado assinado entre a França, Holanda, Luxemburgo, Bélgica e as duas Alemanhas garante a livre circulação entre estes países ■ O presidente Frederik de Klerk e a oposição moderada sul-africana concluem, na Cidade do Cabo, um acordo preconizando a abertura de negociações sobre a nova Constituição ■ Inicia-se a XVI Cimeira Franco-Africana que tem como principal ponto em agenda o debate da situação económica de África ■ É adoptada como lei pelo parlamento da África do Sul a abolição do *apartheid* em todos os locais públicos.

Avante!

PROFESSORES DE TODOS OS PAÍSES UNI-VOS
O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo
PROPRIEDADE: Partido
Comunista Português, Rua Sotelo
Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
CODEX, Tel. 76 83 45
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua
Sotelo Pereira Gomes - 1699 Lisboa
CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
EDITORIAL - AVANTE!, SA
Rua de São Bernardo, 14, 2.º
1200 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$000
CRC matriculada: 47059
NIF - 500 090 440
DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Lfveira,
SARL, Serviços Centrais:
Av. Santos Dumont, 57 - 2.º -
1000 Lisboa
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17
Casa da Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 - 1200 Lisboa
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º
- 1000 Lisboa, Tel. 76 64 02
ALTERAÇÕES
DE ÚLTIMA HORA
Das 22 às 2 horas - Tel. 90 00 44
EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Várzea Nova
2700 Amadora, Tel. 90 00 44
PUBLICIDADE CENTRAL:
Rua de São Bernardo, 14, 2.º
Porto - Rua do Almada, 18-2.º
Esq.º - 4000 Porto, Tel. 38 10 67

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 57B -
4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15
Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 29394
Composto e Impresso na Hestia
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora
Depósito legal n.º 205/85

Administração Pública pára amanhã — afirma o Sindicato do Sul e Açores

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, com sede em Lisboa, a Administração Pública paralisa amanhã. Na próxima segunda-feira, 25, é a vez das Autarquias Locais. Os motivos das greves (ver caixa nesta página) resumem-se ao facto de o Governo não querer negociar com os sindicatos.

No seguimento de várias greves com boa adesão — RN, maquinistas, Enatur, EDP, Cimpor, CPB (Barreiro) e em outras empresas conhecidas e de grande dimensão, como a Sorefame — registe-se a marcação da **semana de luta pelas 40 horas**, que a CGTP manteve na reunião da sua comissão executiva da passada segunda-feira para a última semana deste mês.

Além de reivindicações específicas, conforme a situação interna de cada empresa ou local de trabalho — como foi recentemente o caso da EDP, onde os trabalhadores pararam contra o anunciado desmembramento da empresa — continuam no centro das reivindicações laborais as questões do salário, da garantia de emprego, da duração do trabalho e da contratação colectiva em geral, como é o caso recente da Cimpor onde não se chegou a acordo quanto à tabela salarial e a outras reivindicações relacionadas com a revisão do contrato colectivo de trabalho.

Os trabalhadores pararam nos vários centros de produção da Cimpor, com uma adesão superior a 90 por cento, nos dias 18, 19 e 20 do corrente.

Além das paralisações recentes — Cimpor, RN, CP, CPB, Enatur e outras — estão marcadas greves no Estado, nas autarquias locais e numa grande unidade hoteleira do Algarve

Algum destaque merece também a recente paralisação dos músicos da orquestra do Teatro Nacional de São Carlos de Lisboa. Num comunicado, o respectivo Sindicato afirma que a paralisação de 15 minutos no início da representação da terceira récita do Lohengrin (11 do corrente) foi uma «forma de protesto» contra a situação preocupante que resulta da «enorme disparidade entre os níveis salariais desta orquestra e os da Régie Sinfonia», criada no Porto. O Sin-

dicato dos Músicos sublinha que ambas as orquestras «são financiadas por organismos públicos e têm condições laborais e função cultural idênticas».

Greve no Algarve

Pela «actualização das condições de trabalho, salariais e outras», contra «a retirada de direitos e regalias» e

pela solução de «problemas de higiene e segurança no trabalho» era entretanto anunciada uma greve de dois dias (22 e 23 do corrente) na Salvador, uma das principais unidades hoteleiras do País. Segundo a Federação sindical do sector (FESHOT), trata-se da principal empresa de hotelaria do Algarve. A administração recusa-se a discutir esses problemas dos trabalhadores, afirma a FESHOT, pelo que se viram obrigados a recorrer à marcação da greve.

Segundo o Sindicato (STFPESA), o Governo:

- Recusou negociar uma compensação salarial nos vencimentos de 1990, tendo imposto em Outubro de 1989 um aumento de 12 por cento, para 15 meses, que já está ultrapassado pela inflação;
- Congelou em 1989, alegando razões financeiras, a progressão dos escalões das tabelas salariais, garantindo que o descongelamento seria feito em Julho de 1990, tendo em conta a antiguidade na carreira e nas categorias, bem como as expectativas de diuturnidades entretanto extintas. Contudo, apresentou, agora, uma proposta de descongelamento que só se aplicaria a uma ínfima parte dos trabalhadores, e contraria todas as promessas feitas;
- Recusa liminarmente negociar a revalorização das carreiras, estagnadas há dezenas de anos, e continua sem aplicar o novo sistema retributivo da Função Pública a diversas carreiras e categorias existentes.

SJ intervém contra RTP

Num comunicado do Sindicato dos Jornalistas, emitido anteontem, sob o título «Jornalistas tarefeiros/A paciência tem limites», pode ler-se:

«O conselho de gerência da RTP não cumpriu, mais uma vez, o prazo fixado, desta vez em ordem de serviço, no sentido de resolver a situação dos jornalistas tarefeiros até 15 de Junho.

«O Sindicato dos Jornalistas entende que esta situa-

ção não se pode prolongar indefinidamente. Por isso, decidiu desde já participar o caso à Inspeção-Geral do Trabalho e está disposto a recorrer aos tribunais, se até ao dia 30 de Junho o conselho de gerência não proceder à integração de todos os jornalistas tarefeiros nos quadros da empresa.

«Nesta mesma perspectiva, o Sindicato dos Jornalistas con-

vocou todos os jornalistas nesta situação para uma reunião a realizar no próximo dia 2 de Julho, às 10 e 30, na sede do Sindicato, para decidir outras formas de luta».

O comunicado, que acabámos de transcrever na íntegra, é assinado pela direcção do Sindicato dos Jornalistas. Segundo o que posteriormente pudemos apurar, são cerca de 90 os tarefeiros da RTP em todo o País.



Discriminação

O debate sobre direitos sindicais, promovido pela União dos Sindicatos de Aveiro em 9 do corrente, revelou «inúmeros casos de violação dos direitos sindicais». Numa nota do passado dia 11, a USAV revela que a CORFI de Espinho não paga ao dirigente sindical e aos trabalhadores que participam nos plenários o prémio anual de 12 000 escudos; que a CORDEX «discrimina salarialmente o dirigente em 1500 escudos/mês e na atribuição do prémio mensal de assiduidade»; que a SALVADOR CAETANO (TOYOTA-Aveiro) pro-

cede à mesma discriminação salarial no que respeita aos dirigentes e delegados sindicais, no montante de 25 000 escudos por mês, que a CIFIAL faz o mesmo com os salários dos dirigentes sindicais e membros da comissão de trabalhadores (2500 escudos a menos), «pratica a mudança de local de trabalho sem o acordo dos mesmos»; e, finalmente, que a RENAULT-Cacia «discrimina o dirigente sindical da atribuição do prémio de *presentismo* (trimestral) no valor de 40 mil escudos».

Professores reformados em situação aflitiva

Segundo o Sindicato (SPGL), são muitos os professores em situação de pré-aposentação, com mais de trinta anos de serviço. Relativamente aos colegas no activo, esses docentes e os que já estão na reforma vivem numa situação «aflitiva e injusta». Numa moção aprovada segunda-feira em Lisboa, durante um plenário de professores à beira da aposentação, foi exigido entre outros pontos, que «a ratificação dos decretos-leis 409/89 e 139-A/90 contemple a conta-

gem imediata e integral de todo o tempo de serviço para efeitos de integração e aposentação nos respectivos escalões de carreira».

Sem subsídio de férias

A moção, que se refere aos professores do 1.º ciclo do ensino básico, exige também que «seja abonado aos professores reformados o subsídio de férias».

Além disso, o documento

aprovado na passada segunda-feira exige ainda que seja alterada aquela legislação, de modo que «a actualização das pensões resulte automaticamente de todos e quaisquer aumentos dos vencimentos dos professores no activo».

A percentagem dos aumentos para os reformados não deve ser inferior à dos professores em actividade. É outra das exigências dos docentes, que pretendem a igualização imediata das pensões.

Trabalhadores

Começa amanhã no Porto o 3.º Congresso da USP

Mais do que o desemprego, é a precariedade a questão que hoje mais preocupa os sindicatos do distrito do Porto

Com os trabalhadores, desenvolvimento e justiça social é o lema do 3.º Congresso da União dos Sindicatos do Porto, que amanhã e depois, decorrerá no Cinema do Terço, naquela cidade. Em discussão estarão o projecto de plataforma de acção e os estatutos, que na fase preparatória já acolheram mais de 100 propostas de alteração, e será eleito um novo conselho distrital da União.

A caracterização socioeconómica e situação dos trabalhadores do distrito, as perspectivas de desenvolvimento e o papel da União como força social, as grandes reivindicações e organização sindical, como forma de responder aos problemas actuais e às novas situações são os temas da plataforma de acção que, um ano passado sobre a realização do VI Congresso da CGTP-IN, ano profundamente marcado por novos factos e diversos acontecimentos sociais e políticos, confirma, relativamente ao distrito do Porto, as apreciações efectuadas sobre a situação económica, social e política e a validade das perspectivas de acção sindical, as reivindicações e os objectivos centrais de luta dos trabalhadores então aprovadas.

Ao caracterizar o peso e a especificidade da região do Porto no contexto nacional refere o projecto de plataforma que o distrito ocupa 2,7% do continente com 17% da população do País, com um peso significativo de menores

de 14 anos (24%) e uma taxa de actividade que ultrapassa os 44%. No distrito, a componente operária tem um peso elevado, pois o emprego é maioritariamente na indústria, com destaque para a transformadora, que ocupa 24,3% do total nacional de trabalhadores deste sector, e contribui com 21% do VAB nacional desta indústria.

Quanto à evolução do emprego e salários, é saliente o facto de, ao contrário do que acontecia há poucos anos, em que a tónica dominante era a elevada taxa de desemprego, hoje ser a precariedade a grande questão. Segundo números oficiais, que pecam por defeito, nos quais não se incluem os trabalhadores domiciliários, os que trabalham «por conta própria», à peça, a metro e outros, 19,2% dos trabalhadores ao serviço em 1989 tinham contrato não permanente (em 1986 eram 16,7%) e 4,3% trabalhavam a tempo parcial.

O trabalho infantil, que apesar de clandestino existe «oficialmente», no distrito do Porto, segundo dados oficiais

de 1989, abrange 2610 trabalhadores entre os 12 e os 14 anos, para além de todos aqueles que não são declarados e ainda os que efectuem trabalho domiciliário, designadamente em Felgueiras, Santo Tirso, Lousada e Paços de Ferreira. A intensificação da exploração dos trabalhadores é outro dado avançado pela plataforma de acção de que destacamos apenas o exemplo dos processos de reestruturação de algumas maiores empresas, que se traduzem na redução substancial dos postos de trabalho, com o aumento dos ritmos e das cargas de trabalho sobre os trabalhadores remanescentes e sem significativas melhorias das suas condições de trabalho.

Atenção particular é dada no segundo capítulo da plataforma à política de desenvolvimento regional que passa, nomeadamente pela criação duma região administrativa, com sede no Porto, com órgãos regionais eleitos e dotada de meios financeiros, com capacidade real de conhecimento das situações e de concretização de soluções que avancem com a imprescindível reestruturação e modernização económica, mantendo o equilíbrio entre os diversos sectores. Ainda neste campo, a USP considera fundamental uma política de rendimentos mais justa e equilibrada e melhores condições de trabalho, a par com

a melhoria da qualificação profissional, a definição de sectores a desenvolver e de regras de crescimento, a perspectivação de medidas específicas para os 9 concelhos do interior do distrito com uma situação desequilibrada em termos de região, a resolução das carências de infra-estruturas e uma melhor qualidade de vida.

Para a USP, a participação que cabe por direito ao movimento sindical na sua intervenção aos diversos níveis para um crescimento harmonioso do distrito, terá de ter um nível que corresponda à sua importância nos órgãos de decisão da região, nas mais diversas áreas.

As grandes reivindicações — direito ao trabalho e segurança social, melhores salários, mais poder de compra, redução do horário de trabalho, higiene, segurança e ambiente de trabalho, educação e formação profissional, protecção social, melhores condições de vida — são desenvolvidas num terceiro capítulo da plataforma. A unidade dos trabalhadores, em torno das acções reivindicativas, refere ainda a USP, só se consegue tendo em conta as circunstâncias e o conteúdo das mesmas, «se procurarmos sempre que estas traduzam os problemas mais sentidos, e soubermos transformar em razões objectivas o descontentamento dos trabalhadores».

Jogadas

Em defesa da bipolarização muito se tem dito por aí, com abundância de argumentos que se não vencem nem convencem não é à falta de insistência, valha a verdade dizer-se.

Depois de chumbada na Assembleia da República a proposta de lei do Governo para alteração do sistema eleitoral e de todas as bancadas da oposição terem denunciado a engenharia eleitoral que lhe estava subjacente, as hostes do PSD anunciaram-se temporariamente vencidas mas dispostas a prosseguir a campanha para levar a água ao seu moinho, que é como quem diz criar raízes no poder mesmo contra a vontade da maioria dos eleitores.

Nesta momentosa tarefa têm contado com o apoio de alguma imprensa que não tem poupado espaço para de forma muito isenta - sempre, sempre muito isenta - convencerem os seus leitores das vantagens do sistema eleitoral que beneficia os dois maiores partidos que existem no país.

É sabido que quantidade não é sinónimo de qualidade. Vai daí que, volta e meia, se nos deparem artigos cuja lógica é no mínimo ortorrômbica. Como por exemplo a de JAS do Expresso que deu pelo nome de «Os benefícios do sistema misto». Pregador convicto das desvantagens da dispersão de votos que dificultam a formação de maiorias, o articulista manifesta-se a favor do tal sistema apesar de reconhecer que, nele, «nem todos os votos valem o mesmo».

Para JAS semelhante óbice não deve ser motivo de rejeição do sistema misto, já que em muitos casos correntes da vida se verifica a mesma contradição - há votos que valem muito e votos que não valem nada. Cita, a título de exemplo, o futebol. Sim, porque falar de votos é para ele o mesmo que dizer golos e não se vislumbra na sua análise grande diferença entre um jogo de bola e um acto eleitoral, em meter o esférico na baliza ou o voto na urna.

O problema é que JAS, se percebe pouco de política, demonstra no seu exemplo perceber ainda menos de futebol, pecado quase mortal nesta época de euforia do mundial. É que não é verdade, como afirma, que «uma equipa ganhando por dez a zero não marca mais pontos do que se tivesse ganho por um a zero». Pela simples razão de que, em caso de empate entre equipas, os golos marcados a mais valem mesmo pontos a mais. Isto, claro, no futebol. O que deita por terra a argumentação utilizada.

Acontece, no entanto, que nem toda a gente considera as eleições tão parecidas como isso ao futebol. Por muito que se goste do desporto, por muito peso que o mesmo tenha na sociedade, por muitos rios de dinheiro que faça correr, ainda não chegamos ao ponto de ver depender dele o Orçamento Geral do Estado ou as Grandes Opções do Plano...

Mas é evidente que há quem considere os partidos políticos uma espécie de clubes, com as suas vedetas compradas a peso de ouro e muitas negociatas obscuras no campo dos jogos de influências.

São, naturalmente, os maiores defensores da democracia, os porta-vozes dos povos vítimas dos totalitarismos, os pregadores da liberdade de expressão, os respeitadores da vontade popular, os apóstolos do pluripartidarismo.

Em casa dos outros, claro.

Porque uma vez conquistadas as liberdades democráticas, são também os primeiros a levantar a bandeira da estabilidade, dos governos de maioria, dos esquemas eleitorais em que há votos que valem muito e outros que não valem nada, de eleitores de primeira e eleitores de segunda. Das sociedades muito democráticas onde todos votam, ainda que uns o façam por desporto e outros para eleger deputados.

Da existência de partidos à vontade do freguês, uns para decorar o país e acalmar as consciências e outros, nunca mais do que dois, para exercer o poder à vez, pataca a ti, pataca a mim.

São estes os grandes estrategos da política. Os que sentados à mesa do poder ou à secretária dos jornais, escrevem as regras do jogo que democraticamente a plebe há-de cumprir.

Se calhar deviam dedicar-se ao futebol, ainda que já por aí se viu treinadores a serem despedidos por muito menos.

■ AF

Encontro de desempregados

A Carta Social Europeia e a livre circulação de trabalhadores são um dos pontos em debate no Encontro Nacional de Desempregados que a CGTP e a UGT organizam hoje, 21, e amanhã, no Stella Maris em Setúbal.

Apoiado pela Comissão das Comunidades Europeias, o Encontro debaterá ainda os seguintes temas: O emprego e os desempregados; a protecção social, a formação e a reconversão profissional; a organização e acção dos desempregados.

Segundo a comissão promotora, com sede na Avenida Luísa Tody, 219, r/c, em Setúbal (telefone 52 37 86),

foram convidados o Presidente da República, o Primeiro-Ministro, o ministro do Emprego e Formação Profissional, o Centro Regional de Segurança Social, a Operação Integrada de Desenvolvimento (OID), o Instituto do Emprego e Formação Profissional e o secretário de Estado responsável por esta última área no Governo central.

Para as 17 e 30 de hoje foi anunciado pela comissão promotora uma «intervenção das entidades convidadas», seguida de debate.

O Encontro funcionará em grupos de trabalho e incluirá um almoço e um jantar.

Debate hoje no CESL

O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa (CESL) organiza hoje, 21, através da sua Comissão de Mulheres, um debate-painel sobre o tema «A precariedade de emprego, nova forma de pobreza e os reflexos nas crianças. Que sociedade para o futuro?». A iniciativa decorre nas instalações do CESL em Lisboa, entre as 10 e as 18 horas. Segundo nota do

mesmo sindicato, participam Céu Clemente, educadora de infância e dirigente do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa; Maria Canudo, psicóloga; Ângela Mendes e Maria Luísa, técnicas do núcleo de apoio à criança maltratada; Isabel Romão, da Comissão da Condição Feminina; e Maria do Carmo Tavares, da CGTP-IN. O debate é aberto à comunicação social.

Modernização e unidade lembradas na Fepces

Ao intervir no 4.º Congresso da Fepces (Federação sindical do comércio, escritórios e serviços), Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CE da CGTP, realçou a importância de «dar um grande impulso à jornada de luta marcada para a última semana de Junho». A afirmação foi feita no seguimento de oportunas referências à questão da unidade sindical: «O protagonista da unidade é e sempre foi a CGTP-IN», afirmou.

«Não temos dúvidas, disse ainda Carvalho da Silva, que do lado da UGT não existe uma disposição séria para a unidade, como vinha sendo encenado».

Outro tema destacado da intervenção do coordenador da CGTP foi a modernização. «O conceito de modernização — afirmou — tem sido muitas vezes utilizado como slogan, e contra os justos anseios de progresso dos trabalhadores. Temos que contribuir para um conceito mais ajustado de modernização: esta não é só crescimento económico; é também elevação dos valores sociais e culturais, superação das situações de desigualdade e de injustiças sociais», acrescentou.

Ainda sobre a importância da adesão à jornada pelas 40 horas, Manuel Carvalho da Silva lembrou que «não podemos cair na facilidade de, perante cada medida eleitoralista do Governo, lhe chamarmos demagógica: é que essa decisão do Governo não é mais do que resultado das nossas próprias exigências e reivindicações».

O IV Congresso da Fepces (Lisboa: 8 e 9 do corrente) aprovou numerosas decisões relacionadas em grande parte com a modernização do sector e com «a crescente integração económica internacional» que exige uma correspondente «internacionalização das respostas sindicais».

O Congresso, em que participaram, além de Manuel Carvalho da Silva, os dirigentes da CGTP, José Luís Judas e Emídio Martins, reuniu 150 delegados, em representação de 18 sindicatos filiados na Fepces, e elegeu o novo conselho nacional de 36 elementos. A Federação, filiada na CGTP, tem 80 mil trabalhadores sindicalizados e «uma intervenção nacional que abrange a defesa dos interesses de 450 mil trabalhadores», afirma em síntese de Imprensa a própria Federação.

Nacional

«o diário»

Declaração do gabinete de Imprensa do PCP

Como foi amplamente referenciado nos órgãos da Comunicação Social, no passado dia 12 o gabinete de Imprensa do PCP divulgou uma declaração onde comenta a suspensão da publicação do matutino «o diário»:

A suspensão de «o diário» é um acontecimento doloroso que causa compreensível desgosto entre os comunistas portugueses e em muitos outros sectores democráticos.

A suspensão de «o diário», conforme declara a sua Administração, é ditada por inexoráveis e insuperáveis razões de ordem económica e financeira (que quem conhece os problemas e dificuldades da imprensa escrita não pode estranhar) e é completamente independente de problemas, incidentes ou dificuldades de qualquer outro tipo.

Trata-se de uma circunstância, indesejada mas tomada inevitável, que se traduz num empobrecimento do panorama da imprensa portuguesa com a suspensão de um órgão de informação diária que, como nenhum outro, deu voz e prestou constante solidariedade às lutas dos trabalhadores e de outras camadas da população laboriosa, dedicou atenção e conferiu relevo aos problemas mais vivos da sociedade portuguesa, marcou presença ao lado das grandes causas da liberdade, da democracia e das conquistas do 25 de Abril, praticou um jornalismo empenhado e fundado na coerência, nas convicções e valores democráticos.

O PCP está em condições e tem a correspondente autoridade moral para compreender e compartilhar a mágoa dos leitores de «o diário» e para compreender e compartilhar a tristeza de quantos profissionais o fizeram e ergueram ao longo dos últimos 14 anos.

Entretanto, não têm semelhante autoridade os que ao longo de anos amesquinham e combateram um jornal em que se empenharam profissionais comunistas e que, hoje, repentinamente mascarados de defensores de «o diário», procuram explorar as dificuldades e a suspensão deste jornal usando-as contra o PCP e contra os comunistas.

É verdade que um jornal com grande participação de comunistas, não enfeudado a grandes interesses económicos, não resistiu a um tempo impiedoso em que a comunicação social está cada vez mais concentrada nas mãos de grandes grupos económicos, provocando reais restrições a um verdadeiro pluralismo na informação que é essencial à vida democrática do País.

Mas, nas condições possíveis e realistas, prosseguirá por parte do PCP a luta por uma informação isenta, pluralista e vinculada a ideais progressistas.

Assembleia da República

Em causa produção leiteira

PCP quer salvaguardar rendimentos dos agricultores

A entrada no próximo ano da segunda fase do período de transição para a nossa agricultura, data a partir da qual passarão a ser aplicadas ao nosso país as disciplinas comunitárias para as produções que estão submetidas ao regime de integração por etapas (cerca de 90 por cento da produção agrícola nacional), constituiu o principal motivo para o pedido de urgência apresentado pelo PCP para a discussão em plenário de dois projectos de lei da sua iniciativa sobre a produção leiteira.

Apresentado ao abrigo dos dispositivos regionais e debatido na passada semana, este pedido de urgência acabou por ser rejeitado terça-feira pela maioria PSD, assim se gorando a possibilidade de a Assembleia da República se pronunciar sobre uma matéria de inegável importância para o futuro próximo da agricultura portuguesa, da qual tem estado arredada por culpa do Governo.

Com efeito, o Parlamento nada soube sobre a estratégia governamental para esta nova fase de cinco anos que se aproxima, limitando-se a tomar conhecimento pelas notícias da comunicação social, como assinalou no debate o deputado Lino de Carvalho.

Ao escusar-se a reunir com a Comissão Parlamentar de Agricultores — desrespeitando a lei e o normal funcionamento das instituições democráticas — o ministro da Agricultura impõe deste modo uma inadmissível marginalização da Assembleia e dos deputados da oposição — única no conjunto dos países da

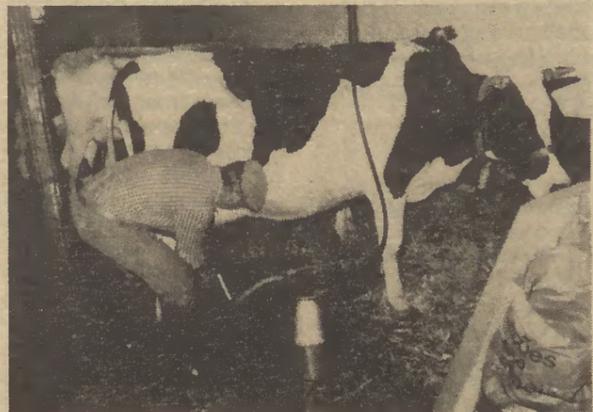
CEE — que não pode deixar de enfraquecer a capacidade negociadora do nosso país.

Este problema atingiu uma dimensão tal que se chegou à situação caricata, segundo Lino de Carvalho, de deputa-

posição defendida pelo Governo.

«O Governo é assim o único e exclusivo responsável por eventuais divergências de posição que o País assumia nessas reuniões — frisou a propósito o deputado comunista — e não tem por isso qualquer razão quando por vezes, como tem acontecido, pretende imputar a outros aquilo que resulta do seu comportamento inaceitável e totalmente governamentalizador em relação às questões comunitárias».

Um comportamento sem dúvida pouco recomendável



Produtores nacionais estão a ser fortemente penalizados pela política do Governo

dos portugueses participarem em reuniões internacionais, como ainda recentemente aconteceu no Fórum Internacional sobre Agricultura realizada na Áustria, onde foram debatidas as negociações do GATT, sem conhecerem a

sobretudo agora que estão em causa questões tão importantes como esta relacionada com as condições de inserção plena do sector leiteiro na Comunidade, onde, assinala-se, desde 1984 vigora o condicionamento da sua

produção com o objectivo de limitar o seu crescimento e reduzir os excedentes.

Sucede porém que Portugal, como foi lembrado, com uma capitação de leite inferior em cerca de 30 por cento à da Comunidade, com uma produtividade (medida pela produção média vaca/ano) inferior em cerca de 40 por cento e com uma estrutura fundiária profundamente distorcida (3,9 vacas por produtor contra 18,6 na Comunidade) não pode naturalmente aceitar condições que travem o crescimento da sua produção e que ponham em causa as possibilidades e rendimentos dos agricultores portugueses.

E a verdade é que tem sido isso que tem sucedido como se comprova pela decisão do Executivo de só permitir o acesso aos fundos comunitários aos produtores com mais de 15 vacas, assim excluindo à partida mais de 70 por cento dos produtores nacionais.

São, pois, decisões como esta que a bancada comunista pretende ver revogadas, do mesmo modo que entende ser necessário discutir com urgência a data a partir da qual deve ser aplicado o sistema de quotas a Portugal, qual a fórmula, e se devemos ou não reivindicar, como defende o PCP, que certas regiões, como a Região Autónoma dos Açores, sejam isentas de quotas.

Política de saúde divorciada das necessidades da população

• Constatam deputados do PCP em visita ao Hospital de S. João, no Porto

Hospital central universitário, o S. João, construído em 1959 e com uma cotação oficial de 1440 camas, é alvo de inúmeras queixas e críticas relativamente ao seu funcionamento e atendimento, por parte de muitos profissionais que lá trabalham, para além dos utentes que a ele recorrem. Um hospital que pelas suas enormes dimensões e áreas populacionais que abrange (na especialidade em Cirurgia Plástica atinge 2,5 milhões de pessoas e em 89 teve internados 43 000 doentes), não existissem ainda as outras razões de fundo, envolve complicados problemas de gestão.

Daf que, ao encontro dos problemas do «país real» os deputados da AR, Ilda Figueiredo e Júlio Antunes, e um eleito da Assembleia Municipal do Porto, Lusitano Correia, o tenham visitado na semana passada. Dessa visita, que englobou uma reunião com a participação do director do Hospital e as chefias de diversos departamentos, foi possível conhecer melhor, para sobre eles intervir, alguns dos principais problemas por cuja solução passará sem dúvida um melhor serviço do hospital.

Em primeiro lugar, e de forma determinante, o facto de o Orçamento para 90, aprovado já no Ministério e para despesas correntes, conter um défice, desde logo previsto, de mais de 2 milhões de contos. Isto sem envolver outras verbas grandiosas de obras em curso ou obras que a própria Administração considera indispensáveis e urgentes a breve prazo. No âmbito dos problemas económicos e financeiros do Hospital insere-se aliás a questão da dívida aos médicos em retroactivos de

89, respeitantes a horas extraordinárias, suplementos e vencimentos, problema que motivou um abaixo-assinado de mais de 500 médicos sobre o qual o PCP apresentou já requerimento na AR, mas também problemas de pagamento a fornecedores, pagamento ao último dia do mês ao pessoal, etc.

A situação do pessoal, o quadro existente e as necessidades foram também abordadas. Com 200 enfermeiros e outros tantos trabalhadores da Função Pública em regime de tarefa, a necessidade de cerca de 60 clínicos gerais a envolver nos Serviços de Urgência, para permitir libertar especialistas necessários noutros serviços, a falta de enfermeiros, sobretudo especialistas, geram naturalmente grandes dificuldades.

Por outro lado, a deficientíssima articulação dos cuidados primários com os

cuidados diferenciados, a falta de SAPs (Serviço de Atendimento Permanente) com os necessários equipamentos, a falta de certos meios de diagnóstico no próprio hospital que fazem recorrer, com perdas tremendas de tempo e dinheiro, a serviços externos, privados, levam ainda a que à Urgência do S. João ocorram diariamente uma média de 1000 pessoas, que as consultas externas da especialidade sofram atrasos neste momento de 15 meses (caso de Neurologia), 12 e 6 meses, que os internamentos se prolonguem dias e dias no período pré e pós-operatório, que em vários serviços os corredores sejam prolongamentos naturais das enfermarias, etc. etc.

Um rol enfim de problemas a reflectir (nem sequer é caso único!) a situação da saúde no nosso país ou mais do que isso, uma política de saúde divorciada das verdadeiras necessidades da população.



SUSPENSÃO DA PUBLICAÇÃO DE «O DIÁRIO» NÃO DESISTIMOS!

Até sempre. Com este número, nasce a publicação de «o diário». Uma decisão administrativa detestada a priori pelos representantes da comunicação social que tem, pela consagração que lhe dá, um carácter de facto. Mas não somos nós a tomar a decisão. É o Conselho de Administração da Editorial Caminho, proprietário do jornal, que decide sobre a publicação de «o diário».



Último número de «o diário»: um órgão de informação diária que, como nenhum outro, praticou um jornalismo empenhado e fundado na coerência, nas convicções e valores democráticos

Assembleia da República

Direitos sindicais incomodam o PSD

A maioria PSD chumbou terça-feira um projecto de lei da iniciativa da bancada comunista que se propunha repor o quadro constitucional em matéria de direitos e garantias dos representantes sindicais dos trabalhadores nas empresas.

Garantias que apesar dos dispositivos constitucionais e do estabelecido na Convenção n.º 135 da OIT o Governo pura e simplesmente ignorou no seu pacote laboral, fragilizando deste modo o quadro legal protector do trabalhador perante a entidade patronal.

Uma situação para a qual o próprio Tribunal Constitucional fez questão de chamar a atenção ao decretar a inconstitucionalidade da primeira versão do pacote laboral que lhe foi submetida, posição na altura acompanhada da recomendação de

que em relação à revogação da Lei anterior (68/79), o decreto-lei autorizado viesse a proteger devidamente os representantes eleitos dos trabalhadores.

Nada disso porém sucedeu, optando o Governo por continuar teimosamente,

como assinalou no debate a deputada comunista Odete Santos, «no seu objectivo de ajustar contas com os representantes dos trabalhadores».

Estas são, aliás, as verdadeiras razões que levaram o PSD, cedendo ao patronato, a revogar a Lei 67/79, qual «espinho bem fundo cravado», para utilizar a expressão da deputada do PCP.

É que, observou Odete Santos, os representantes dos trabalhadores «têm sido incómodos para o PSD», desde logo porque lutam por melhores condições de trabalho para os trabalhadores que representam, sujeitos a riscos de toda a ordem,

desde a penalização da sua progressão na carreira até discriminações salariais e outras perseguições.

Uma luta de quem sabe, disse-o ainda Odete Santos, que sendo o trabalho fundamental para o desenvolvimento do País, «é necessário que a esse trabalho seja conferida dignidade para que possa ser muito mais do que o ritual que se cumpre para ganhar o pão de cada dia».

Ora é justamente esta luta pela dignidade que incomoda o PSD, como foi insistentemente realçado no debate, sendo mesmo de admitir a sua nostalgia por «antiquadas e passadistas concep-

ções que encaram a empresa como o domínio de um senhorio onde labutam os servos da gleba, vinculados ao poder sacrossanto de quem de tudo pode dispor», disse a deputada comunista.

Concepções que o projecto comunista procura enterrar, consagrando para tanto um regime de protecção aos representantes dos trabalhadores na área das retribuições e compensações pecuniárias, das condições de trabalho, da cessação por despedimento colectivo e por extinção dos postos de trabalho.

Ponto de vista partilhado pelas bancadas do PS e do PRD, com esta última, atra-

vés de Rui Silva, a dar o seu assentimento ao projecto e a propor que em sede de especialidade sejam encontradas as soluções «que conduzam finalmente a uma prática de exercício sindical».

Elisa Damião, em nome do PS, regozijou-se por sua vez também com o agendamento da iniciativa do PCP, afirmando que o reconhecimento da função social da representação dos interesses dos trabalhadores «tem de ser assegurado por um conjunto de mecanismos legais que não se limitem a permitir a sua existência mas assegurem e incentivem dinâmicas de participação responsável e de qualidade».

Testemunhos da repressão

Debatida em plenário pela primeira vez, por iniciativa do PCP, esta questão do combate à discriminação dos representantes eleitos dos trabalhadores constituiu um ensejo único para levar à Câmara alguns casos exemplares das crescentes dificuldades sentidas pelos dirigentes, delegados sindicais e membros das comissões de trabalhadores no exercício constitucional das suas funções.

Trata-se de uma verdadeira «chaga», assim lhe chamou o deputado comunista Júlio Antunes, que alastra por todo o País, tendo sempre como pano de fundo uma situação de acentuada repressão nas empresas e de generalizado desrespeito pelos direitos sindicais dos trabalhadores.

Como denominador comum, comprovado pelo relato circunstanciado do deputado do PCP, surge entretanto a intensificação da exploração dos trabalhadores, o aumento da precariedade do emprego, a liquidação de mais postos de trabalho efectivos, o au-

mento das rescisões e das formas antecipadas.

A dimensão do problema é de tal ordem que atinge proporções de «verdadeiro escândalo nacional», de acordo com as palavras de Júlio Antunes, atingindo indiscriminadamente os eleitos dos trabalhadores, «independentemente de estarem filiados neste ou naquele partido, de serem desta ou daquela religião, de pertencerem a uma ou outra central sindical, ou mesmo não pertencerem a nenhuma».

A discriminação, praticada de formas muito variadas, com graus e métodos nalguns casos verdadeiramente sofis-

tificados, é exercida tanto nas empresas privadas como nas públicas, neste último caso com grandes prejuízos salariais e com reflexos na progressão da carreira profissional, no primeiro, para lá das situações já citadas, com o patronato, não raras vezes, a «transformar o exercício da actividade sindical numa verdadeira operação de alto risco, onde as ameaças, o medo e a repressão são verdadeiro pão nosso de cada dia».

Os seis exemplos levados à Assembleia pelo deputado Júlio Antunes são o melhor testemunho desta realidade com que hoje se confrontam grande parte dos representantes eleitos dos trabalhadores:

1) Na empresa Aníbal H. Abrantes, SA — Marinha Grande.

O dirigente sindical e coordenador do Sindicato dos Metalúrgicos de Leiria, Manuel Martins da Cruz, foi despedi-

do sem justa causa, em 1981. Este despedimento foi anulado pelo Tribunal. Ainda nesse ano, teve 5 processos disciplinares, que foram arquivados. Em Julho/84, foi transferido, com violação do CCTV.

Durante esse ano teve dois processos disciplinares que culminaram com 5 e 8 dias de suspensão.

Em Dezembro de 84, novo processo disciplinar, com intenção de despedimento. Despedido em Abril de 85, ficou a aguardar sentença com base na Lei 68/79. Novo processo disciplinar em Maio de 85. Despedido novamente em Julho/85, e a aguardar novamente sentença com base na já referida Lei 68/79. Despedido sem sentença em 30 de Novembro/87 e deixa de receber salário.

Em 21 de Agosto/88, o Tribunal do Trabalho de Leiria, conclui por inexistência de justa causa, contudo é recusada pelo patronato a sua

reintegração. Continua sem poder exercer a actividade profissional. Todos estes processos, e o seu despedimento, foram motivados pela actividade sindical exercida na empresa.

2) Empresa: João Vieira de Campos — Porto.

Discriminação salarial e outras, aos delegados sindicais e trabalhadores, que participem em plenários sindicais e greves.

3) Empresa: Salvador Caetano — Porto e Aveiro.

Discriminação dos delegados sindicais, membros da comissão de trabalhadores e dos dirigentes sindicais. As diferenças salariais entre estes e os outros trabalhadores, com a mesma categoria profissional, chega a atingir 25 contos/mês.

4) Empresa: Estaleiros Navais do Mondego — Figueira da Foz.

Esta empresa, atribui, de 6 em 6 meses, um prémio pecu-

niário de um mês de retribuição, dois terços, ou um terço, respectivamente, aos trabalhadores que tenham até um limite de 6 horas de falta no máximo. Como nestas faltas, são contadas, as dadas para o exercício da actividade sindical, nomeadamente, o crédito de horas de acordo com a lei sindical, o que faz com que os dirigentes e delegados sindicais da empresa sejam completamente excluídos.

5) Empresa: Marques & Irmão, Lda. — Braga.

Motivado pela repressão e discriminação salarial, os dirigentes e delegados sindicais foram despedidos, ou despediram-se, ao ponto de, hoje, não haver representantes dos trabalhadores na empresa.

6) Empresa: Belchior, Lda — Joaquim Manuel Pereira Jordão, dirigente sindical, não teve actualização salarial em 1989. Isolado (durante 3 meses numa unidade fabril sozinho).

Deputados comunistas em Reguengos de Monsaraz

Governo não assume as suas responsabilidades

O Grupo Parlamentar do PCP vai interpelar em breve o ministro do Plano e da Administração do Território no sentido de que sejam prontamente pagas pelo Governo à Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz as participações a que o Estado se obrigou quando transferiu novas competências para o Município e, bem assim, a parte que lhe cabe no custeamento das obras de ampliação dos Paços do Concelho.

O anúncio desta e de outras iniciativas da bancada comunista foi feito, na semana finda, naquela vila alentejana, no decorrer de uma conferência de imprensa realizada no final de uma visita que os deputados comunistas Lino de Carvalho e Joaquim Teixeira efectuaram ao concelho.

Inserida num plano de contactos regulares com as populações, esta deslocação dos dois eleitos comunistas pelo círculo de Évora permitir, designadamente, aprofundar o conhecimento de alguns dos principais problemas existentes no concelho, problemas relativamente aos quais os parlamentares do PCP se comprometeram a

encetar diligências no sentido da sua resolução.

É o caso, para lá da já citada, de uma outra interpelação que pensam fazer ao Ministério da Agricultura, desta feita destinada a saber das razões que têm levado à recusa das candidaturas de agricultores e empresas agrícolas, com o apoio da Câmara, para a construção de caminhos rurais e para a electrificação rural.

Sempre acompanhados durante a visita por António Marão, vereador municipal e membro da Comissão Concelhia e Artur Mendes, da Comissão Distrital de Évora do PCP, os parlamentares comunistas tiveram entretanto ensejo no encontro efectuado

na Câmara Municipal de constatar como têm sido altamente comprometidos os esforços do executivo autárquico no sentido do desenvolvimento do concelho, em virtude do elevado valor de meios financeiros que o Governo ainda não transferiu para compensar a atribuição de novas competências.

É disso exemplo, salientaram, a verba anual de cerca de três mil contos que a autarquia está a dispensar com as cantinas escolares (só compensada pelo Estado em cerca de 300 contos), a recusa do secretário de Estado da Administração Local em participar nas já referidas obras de ampliação dos Paços do Concelho (apesar dos pareceres favoráveis de todos os serviços oficiais), ou ainda a isenção pelo Governo da contribuição autárquica — uma receita da autarquia — «fazendo assim poupança com dinheiro alheio».

Foi com alguma surpresa, entretanto, que a delegação do Grupo Parlamentar do

PCP foi informada da recusa do Ministério da Agricultura em receber todos os processos tendentes à construção de novos caminhos rurais e à electrificação rural, facto que continua a causar inúmeros prejuízos a dezenas de agricultores e a importantes empresas da região.

Disto mesmo se fez eco a administração da Finagra, produtora de um vinho de alta qualidade que exporta cerca de 80 por cento da sua produção para os mercados internacionais, mas que continua a braços com deficientes condições de acesso à empresa.

«Urge que o Governo e o MAP criem condições atractivas para o investimento nacional na região — sublinhou a propósito Lino de Carvalho — sem o que poderemos assistir, a breve prazo, a uma ainda mais intensa compra de importantes propriedades rústicas e zonas de alta produção agrícola e vitivinícola por parte de investidores estrangeiros».

Na Adega Cooperativa, onde foram recebidos pelos órgãos sociais, os deputados comunistas puderam, por sua vez, aperceber-se dos esforços que estão a ser feitos para promover e prestigiar a recente região demarcada de Reguengos de Monsaraz. Outro foi, todavia, o panorama que encontraram no Centro de Saúde onde a falta de pessoal de enfermagem e o não funcionamento do Serviço de Atendimento Permanente (urgência entre as 21 horas e as 9 horas leva a que nesse período os doentes não tenham quaisquer cuidados médicos no concelho, situação que tem gerado forte descontentamento entre a população.

A carga fiscal de 17 por cento de IVA que incide sobre as peças de artesanato, como se de um produto industrial se tratasse, constituiu, por seu lado, a questão que maior cuidado suscita entre os oleiros de S. Pedro do Corval, com quem os de-

putados do PCP se avisaram.

Na reunião, em que participaram também representantes da Junta de Freguesia, foram igualmente salientadas as dificuldades dos artesãos no acesso a acções de formação profissional, o mesmo sucedendo quanto ao abastecimento de barro devido aos entraves colocados pelo Instituto Nacional de Investigação Agronómica, entidade que explora a Herdade da Revilheira, local onde por tradição os oleiros sempre extrairam a matéria-prima para as suas peças de artesanato.

Nota de registo merece por último a preocupação comum a todos os principais responsáveis do concelho.

A ideia de que o futuro do desenvolvimento do concelho só é possível de garantir com a construção do empreendimento do Alqueva, constituiu a nota de registo final desta visita a um concelho, onde, se é certa a existência de problemas não é menor a vontade de os vencer.

Poder Local

Em defesa da criação da Área Metropolitana do Porto

A Direcção da Organização Regional do Porto do PCP tomou a iniciativa de propor a criação da Área Metropolitana do Porto, tendo os deputados do PCP apresentado na Assembleia da República o correspondente Projecto-Lei, no passado dia 12. Para tornar público o conteúdo da proposta, cuja discussão no Parlamento está agendada para hoje, dia 21 de Junho, a DORP promoveu um encontro com a comunicação social com a presença António Luis Dias, vereador da CM de Gondomar, Helena Medina, deputada municipal do Porto e membro do CC, Ilda Figueiredo, deputada à AR, e Luis Oliveira Dias, vereador da CM do Porto e membro do CC. Do documento então divulgado publicamos alguns extractos.

Com a apresentação deste Projecto pretende o PCP, num momento em que se mantém em Portugal o bloqueio inconstitucional da Regionalização, dar uma contribuição positiva para a resolução de graves problemas de natureza supra e intermunicipal que se colocam na Área Metropolitana do Porto e garantir a existência de órgãos com legitimidade para uma efectiva intervenção na gestão e acompanhamento dos Planos Operacionais e Subvenções globais integradas no Plano de Desenvolvimento Regional, no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio aprovado em 3/10/89 pela Comissão das Comunidades.

A Área Metropolitana do Porto

A Área Metropolitana do Porto constitui uma área territorial distinta em todo o Norte do País, com problemas próprios e especificidades resultantes de grandes aglomerações e concentrações de população e de actividades que geram problemas de congestionamento e deterio-

vem cerca de 1,2 milhões de habitantes.

A desordem urbanística, as sérias carências de equipamentos e de infra-estruturas, a acumulação de problemas e más condições do parque habitacional, dos transportes, do trânsito, do funcionamento da rede de distribuição de gás, do mau estado de conservação e insuficiências da rede viária, do saneamento básico e do ambiente, os problemas do património e da energia, exigem o estabelecimento de uma estratégia coerente nos domínios do planeamento, do ordenamento do território e do ambiente e a mobilização coordenada dos recursos disponíveis e das intervenções dos diversos níveis da Administração Pública, dos Institutos Públicos e Privados, concessionárias de serviços e do abastecimento público.

A regionalização

A instituição das Regiões Administrativas com meios e competências descentralizadas da Administração Central previstas na Constituição da República, é hoje uma

municipal e metropolitana, da habitação e desenvolvimento urbano, do património, do sistema de transportes colectivos, dos serviços e comércio, etc, não pode ser avaliada em abstracto. Depende das soluções institucionais que venham a ser adoptadas para a tomada de decisões e definição de prioridades, para a realização de estudos, projectos e investimentos de nível supra e intermunicipal ou metropolitano, enquanto não for criada e instituída, como se impõe, uma Região Administrativa com centro no Porto e com limites a definir.

Apesar de se terem dado alguns passos no fomento do associativismo municipal com a criação da LIPOR, torna-se evidente que as associações de municípios não resolvem os problemas de coordenação da intervenção dos vários agentes, e em especial, com meios e um título de legitimidade democrática própria, exercem funções que actualmente não pertencem aos municípios ou que estão dispersas por diferentes entidades com diminuição de eficácia.

Julga-se, assim, vantajoso avançar imediatamente com a proposta de criação e instituição de uma autarquia metropolitana que integre os municípios de Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa do Varzim, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia, designada por Área Metropolitana do Porto (AMP), hipótese aliás prevista na Lei Fundamental do País, sem prejuízo da eventual integração em uma ou mais regiões administrativas, consoante as áreas regionais que vierem a ser definidas.



A melhoria da qualidade de vida das populações do Grande Porto é o objectivo do projecto do PCP de criação da Área Metropolitana do Porto, projecto entregue na Assembleia da República e cujo conteúdo é hoje divulgado publicamente. Considera o PCP não ser este um trabalho acabado, disponibilizando-se para discutir e analisar o seu conteúdo, nomeadamente quanto aos seus limites, às competências e órgãos propostos, com a certeza de que o projecto não é obra perfeita e acabada

238º número 3 da Constituição da República.

Importa caracterizar sumariamente o projecto, nos seus aspectos mais relevantes: órgãos, atribuições, relações com os municípios, relações com a Administração Central e modelo de estrutura e serviços.

Atribuições — a autarquia é configurada na proposta como especialmente vocacionada para três áreas centrais: a do planeamento e ordenamento do território metropolitano; a coordenação das intervenções das diferentes administrações (Central e Local) e empresas concessionárias de serviços públicos com acção no território metropolitano; e da coordenação e apoio à acção dos municípios. No quadro destas três zonas de atribuições, assume particular importância a competência de elaboração e aprovação do PMOT (Plano Metropolitano de Ordenamento do Território).

São de assinar ainda as áreas de exercício obrigatório das acções de planeamento e coordenação: sistema de transportes, rede viária regional, ambiente, recursos hídricos, saneamento básico e energia.

Órgãos — constituem órgãos da Área Metropolitana do Porto a Assembleia Metropolitana, o Executivo Metropolitano, o Conselho de Municípios e o Conselho de Coordenação com a Administração Central. Importa registar o sistema de eleição eleitoral) de 2/3 dos elementos da Assembleia Metropolitana o que garante a representatividade e democraticidade da autarquia. À Assembleia são conferidos amplos poderes (incluindo o de eleger o Executivo Metropolitano).

O outro terço da Assembleia Metropolitana é eleito pelas Assembleias Municipais, 1 elemento por cada Assembleia Municipal, num total de 9.

Relacionamento com os municípios

a participação dum representante de cada Assembleia Municipal na Assembleia Metropolitana é a primeira forma de enlace da AMF com os municípios respectivos. Mas está prevista outra forma. Os municípios terão um órgão próprio no conjunto dos órgãos da AMP. Este órgão é o Conselho de Municípios a quem é conferido um poder de emitir parecer vinculativo sobre as questões essenciais de planeamento e ordenamento do território e de celebração de protocolos com a Administração Central. Estes dois mecanismos (a que se juntam os direitos específicos conferidos aos Municípios) configuram um dos traços mais significativamente caracterizadores da AMP, tal como é proposta: as atribuições da AMP exercem-se com inteiro respeito pelas actuais atribuições dos Municípios, e estes têm não só um papel institucional no próprio funcionamento da AMP, como a garantia de que as decisões fundamentais da AMP não poderão ser tomadas contra a vontade maioritária dos municípios da área abrangida.

Relacionamento com a Administração Central — interessa registar o papel determinante de enlace que a AMP é chamada a desempenhar. Para o efeito, prevê-se a existência de um Conselho de Coordenação com a Administração Central. Por outro, prevê-se que a AMP participe no exercício da tutela sobre os institutos e empresas com intervenção nas áreas em que é obrigatório a intervenção da AMP (recorde-se: sistema de transportes, rede viária regional, ambiente, recursos hídricos, saneamento básico e energia). Prevê-se ainda a existência de protocolos de cooperação e transferência de competências da Administração Central.

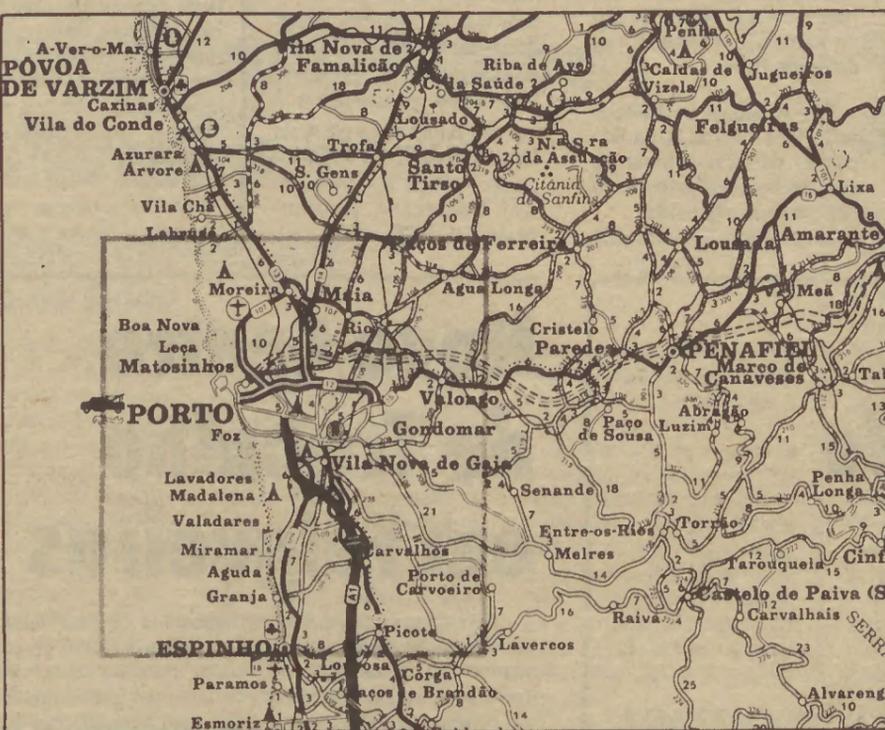
Finalmente, impõe-se sa-

lientar que, procurando dar concretização aos objectivos que presidem à proposta de criação da AMP o projecto é claro quanto à natureza das decisões que ela tome nos domínios obrigatórios das suas atribuições: essas decisões têm natureza vinculativa para os departamentos e outros organismos da Administração Central com intervenção no território.

A consulta pública — O processo de aprovação da lei de criação da AMP pressupõe um passo institucional necessário e indispensável: a consulta formal das Assembleias Municipais, que se devem pronunciar, designadamente sobre três questões; sobre a natureza da autarquia proposta para a AMP; sobre os limites geográficos propostos; e sobre as atribuições, órgãos e outros aspectos configuradores da AMP, tal como resultam do Projecto Lei. Sublinhe-se que, tal como resultam do Projecto, para que um município pertença à Área Metropolitana é indispensável o voto a favor da respectiva Assembleia Municipal.

Essa consulta pública desenvolverá um processo de debate iniciado há largos anos, e que constitui base mais que suficiente para avançar com segurança para a criação da AMP. Ninguém duvida que a situação actual de descoordenação e de acumulação de problemas não pode prosseguir indefinidamente. É chegada a altura de concretizar uma estrutura que (enquanto não são criadas as Regiões) permita dar resposta à situação.

A continuação do debate em que participem os órgãos autárquicos e populações dos municípios abrangidos, e todas as forças políticas, económicas e sociais, por certo melhorará o conteúdo deste projecto e criará o movimento e a força necessárias para que a lei, uma lei de criação da AMP, seja aprovada a curto prazo.



ração da qualidade de vida. Os municípios de Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa do Varzim, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia apresentam entre si fortes relações de vizinhança e de complementaridades funcionais, representando um espaço de interdependências onde vi-

questão essencial em matéria do desenvolvimento regional.

A articulação e coordenação das intervenções necessárias, nomeadamente ao nível do ordenamento do território, das infra-estruturas básicas (água, esgotos, tratamento de resíduos sólidos, energia), da rede viária inter-

O projecto de lei do PCP

O presente Projecto de Lei dá expressão concreta à opção pela fórmula institucional da autarquia, tal como é admitido para as "grandes áreas urbanas" no artigo

PCP

Comunistas da Madeira definem objectivos de trabalho

Uma recente reunião regional de quadros, realizada no Funchal, aprovou um conjunto de medidas e orientações de trabalho para divulgação no arquipélago da Madeira das conclusões do XIII Congresso (Ext.) do Partido e também no capítulo da organização partidária, frente sindical, informação, propaganda e imprensa do Partido, fundos e controlo financeiro, Festa do «Avante!» e iniciativas inseridas na actividade desta organização.

Os comunistas da Região Autónoma da Madeira estão empenhados na realização em Julho próximo de plênários de militantes e simpatizantes a nível concelhio ou interconcelhio para divulgação das conclusões do Congresso do PCP, ao mesmo tempo que referem a necessidade de, «de acordo com a situação concreta, avançar na constituição de organismos intermédios para a coordenação do trabalho em locais de habitação, sectores profissionais e empresas».

Segundo as conclusões da reunião regional de quadros

realizada no princípio deste mês, os camaradas madeirenses vão trabalhar para que, de acordo com a decisão do plenário de 10 de Fevereiro, na próxima reunião da DORAM seja tomada uma decisão quanto à escolha do responsável regional do Partido. É também sublinhada a tarefa de definir em cada organismo, dentro do possível, o seu responsável ou coordenador.

Outra decisão tomada pelos comunistas da Região relaciona-se com o início da preparação da III Assembleia da Organização Concelhia do

Funchal, marcada para 17 de Novembro deste ano. Vejamos outras orientações assumidas na recente reunião de quadros:

- Reestruturar a Comissão do Partido para o trabalho na Juventude, no sentido de melhorar o seu funcionamento e capacidade de acção;
- Apoiar a realização do plenário regional de jovens que terá lugar em Outubro com o objectivo de definir as linhas de acção para 1991, nomeadamente a realização do II Encontro Regional da JCP;
- Marcar para o final do 1.º trimestre de 1991 o Congresso da Organização Regional.

Frente sindical

A reunião decidiu também que a Direcção Regional deve tomar medidas para melhorar o trabalho do Partido na frente sindical, cujo funcionamento

tem sido bastante deficiente. Perspectivas aprovadas:

- Melhorar o acompanhamento e reforçar a intervenção dos comunistas no movimento sindical;
- Acompanhar a preparação das eleições sindicais que terão lugar este ano;
- Estudar e avançar com propostas de solução para problemas orgânicos no movimento sindical;
- Contribuir para o reforço do movimento sindical unitário e para a luta contra as tentativas divisionistas.

No quadro da actividade do Partido, os comunistas da Madeira definiram algumas acções de significativa importância:

- Intensificar os contactos e acompanhamento dos independentes da área da CDU com vista à preparação dos actos eleitorais do próximo ano;
- Acompanhar a evolução da situação quanto ao inves-

timento hoteleiro previsto para a Baía de Machico e apoiar as iniciativas para defesa dos direitos da população à utilização da praia e à defesa do património local;

- Acompanhar, em coordenação com o Grupo Parlamentar da Assembleia da República, a discussão do Estatuto Político-Administrativo;
- Concretizar com o Grupo Parlamentar do Parlamento Europeu iniciativa sobre a Região (OID e Programa Ultraperiferias) e outras questões;
- Estudar com o Grupo Parlamentar da Assembleia da República uma visita à Região de deputados do Partido que assumam a proposta de iniciativas sobre o direito de contratação colectiva das bordadeiras de casa, legislação laboral dos pescadores, a situação financeira e outros problemas da Região que estão dependentes do Governo da República.

Parque Municipal de Exposições de Braga, 14 e 15 de Julho

Aí está a Festa da Alegria

Com «fortes raízes na região», como foi lembrado em recente conferência de Imprensa, a Festa da Alegria regressa já no fim-de-semana de 14 e 15 de Julho, animando o Parque Municipal de Exposições de Braga. Trata-se da sua XI edição. Os pormenores da Festa foram dados aos jornalistas num encontro em que participaram os camaradas António Lopes, membro da Comissão Executiva Nacional do Comité Central, responsável da organização distrital de Braga do PCP, Jorge Matos, do CC, e Armando Nogueira, ambos desta Distrital. Música ao vivo, espaço jovem, exposições e debates, feira do livro e do disco, animação vídeo, num ambiente próprio das «grandes romarias», são pontos salientes duma Festa que promete. Sempre em tom de alegria.

Não é apenas a festa dos comunistas

Como foi sublinhado na conferência de Imprensa rea-

que foi motivando, pelo conteúdo popular e ambiente fraternal, já deixou há muito de ser apenas a festa dos comunistas. Este ano, mais uma vez, será a festa de todos. Um acontecimento cul-



Um momento da Festa da Alegria, em 1988

IFs — um preço convidativo

E porque a Festa não tem intuídos lucrativos o ingresso (IF) que dá direito a assistir a todos os espectáculos dos dois dias custará apenas 750 escudos, muito aquém dos preços praticados para qualquer concerto ou espectáculo da qualidade dos que ali serão apresentados. As IFs podem ser adquiridas nas sedes do PCP no distrito de Braga.

Uma grande festa

As responsabilidades organizativas e financeiras da Festa da Alegria/1990 são da Comissão Distrital de Braga. Apesar do apoio e ajudas de algumas organizações e Direcções Regionais, as tarefas políticas do ano corrente e os altos custos da sua realização explicam e justificam o retorno este ano ao espaço em que a Festa normalmente se tem realizado — o Parque. Nesse espaço os comunistas vão de novo erguer uma grande festa que, como as anteriores, primará pela qualidade, dignidade e diversidade das suas propostas recreativas e culturais, assim como pela seriedade das posições políticas do PCP, para a defesa da democracia dos interesses da região, do Povo e do País.

lizada pela comissão organizadora da Festa no passado dia 11, «fieir às suas tradições, a Festa já Alegria, nesta sua edição de 1990, será um espaço aberto de cultura, convívio e fraternidade, uma proposta de vincado sentido democrático, uma festa popular de características regionais, afinal um desmentido vivo aos chavões tantas vezes repetidos contra os comunistas de que são síndicos, intelectuais, fechados».

E mais: «A Festa, pela sua abertura, pela adesão e simpatia

tural, recreativo e político que a todos respeita, sem hostilidade ou preconceitos».

A animação com os tradicionais Zés Pereiras a meio da manhã de dia 14 (um sábado) marcará o início de um

vasto e diversificado programa festivo. Uma das suas componentes tem a ver com o conteúdo político.

No diálogo mantido com os jornalistas os camaradas de Braga lembraram que a XI Festa da Alegria terá lugar dois meses após o XIII Congresso (Ext.) do PCP, «num quadro político nacional caracterizado pela acentuação da ofensiva da política de di-

reita, em simultâneo com a redução da base de apoio do Governo, o crescimento da luta social e de massas, e o surgimento de novas perspectivas na luta por uma alternativa democrática».

Assim, este é o enquadramento e o núcleo dos temas centrais em foco no conteúdo político da Festa, cujo desenvolvimento, em formas diversas de apresentação e ex-

pressão, incluirá, entre outras realizações, uma exposição sobre o XIII Congresso (Ext.), um conjunto de debates com a participação de dirigentes do Partido e emissões especiais de vídeo.

Momento alto para a apresentação das propostas do PCP na actual situação política será o comício da Festa, este ano no sábado à noite (22.30 h).

Da gastronomia ao espaço jovem

A gastronomia tem um lugar certo e sempre apreciado na Festa da Alegria. Bons pratos, petiscos e vinhos regionais atrairão os visitantes, quer aos stands minhotos quer aos diversos pavilhões representativos de quase todas as regiões do País, presença que já está assegurada por diversas Organizações Regionais do PCP.

Muitas outras propostas garantem um programa cultural de qualidade e variedade. Entre elas, uma exposição de artistas plásticos do Norte, sessões de poesia, uma homenagem ao poeta Ary dos Santos, um colóquio sobre

Camilo Castelo Branco — a sua vida e obra, com a presença qualificada dos Drs. Óscar Lopes e Alexandre Cabral; o mercado do livro e do disco, etc.

A juventude terá um espaço próprio com discoteca e café-concerto onde, durante os dois dias, poderá conviver, ouvindo a música que gostam.

A Festa não esquece as crianças: teatro infantil, fantoches, jogos de grupo e criação animarão o espaço infantil na manhã de domingo.

FESTA DA ALEGRIA



Rádio Macau e Xutos e Pontapés ... mas não só!

Na próxima edição daremos o programa completo da Festa da Alegria. Para já, avançamos alguns pormenores de interesse. Factor especial na dinamização da Festa, os espectáculos deste ano contarão com duas bandas rock com provas já dadas: Rádio Macau e Xutos e Pontapés, que prometem duas noites em cheio.

As vozes de Fernando Tordo e Luísa Basto também serão ouvidas no Parque Municipal de Exposições de Braga no fim-de-semana de 14 e 15 de Julho.

A comissão organizadora da Festa chama ainda a atenção para outros motivos de interesse nesta Festa da Alegria/90:

- Uma mostra de folclore no domingo à tarde associada com um desfile, que recriará o ambiente típico, e um leilão de segredos;
- A música tradicional portuguesa na tarde de sábado;
- O artesanato em exposição e venda, contando-se com a presença ao vivo de alguns artesãos;
- Outros espaços de animação como disputas de jogos tradicionais, baile ao ar livre, etc.
- O fado amador em ambiente de taberna portuguesa.

Reunião de eleitos do PCP em municípios e freguesias do Porto

Duas importantes reuniões tiveram lugar no distrito do Porto. Uma de vereadores e deputados municipais do PCP, outra de eleitos nas Juntas e Assembleias de Freguesia do distrito do Porto. Ambas discutiram e analisaram a situação nas autarquias, as iniciativas legislativas relativas ao Poder Local e a política do Governo para as autarquias.

Vereadores e deputados municipais centraram a discussão em questões de âmbito intermunicipal (gás canalizado, EDP, LIPOR, Via de Cintura Interna e rede auto estradal) e ao trabalho nos pelouros sob a responsabilidade da CDU. O decreto do Governo sobre novas isenções de pagamento de sisa e contribuição autárquica, é motivo de justa preocupação a não serem acautelados os direitos das autarquias. Vereadores e deputa-

dos municipais desenvolverão a sua acção no sentido do cumprimento do Artigo 7.º da Lei das Finanças locais, que prevê que os municípios sejam compensados através de uma verba a inscrever no Orçamento de Estado, pela isenção ou redução de impostos que venham a ser concedidas e manifestaram a sua disponibilidade para prosseguirem e intensificarem a luta em conjunto com os restantes eleitos em defesa da capacidade financeira das autarquias.

Foi considerado como mais um importante contributo dado pela CDU, nomeadamente para a região do Porto a entrega ao Presidente da República de um abaixo-assinado — subscreto por mais de 6 mil portugueses de todas as regiões do País, com destaque para muitos presidentes de Câmaras Assembleias Municipais e Juntas de Fre-

guesia de todos os quadrantes político-partidários — requerendo a solicitação ao Tribunal Constitucional da declaração de inconstitucionalidade por omissão de não aprovação (e bloqueamento) de legislação reguladora da criação e instituição das Regiões Administrativas.

Os eleitos nas Juntas e Assembleias de Freguesia consideraram de extraordinária importância a já anunciada reapresentação em Outubro na AR dos projectos de lei do PCP sobre o Regime de Permanência dos Eleitos e sobre o Reforço das Competências e Meios Financeiros das Jun-

tas de Freguesia. Apesar de terem sido «chumbados» pelo PSD, o 2.º Congresso da ANAFRE confirmou a necessidade da sua concretização pelo apoio unânime — e recorde-se que naquela Associação estão representadas todas as forças políticas, incluindo o PSD.

São Martinho do Bispo

Integrado na jornada de divulgação das conclusões do XIII Congresso a comissão de freguesia de S. Martinho do Bispo do PCP (concelho de Coimbra) promoveu uma sessão pública de debate subordinada ao tema «o significado e as consequências dos acontecimentos nos países socialistas. Debate e as conclusões do XIII Congresso (extraordinário) do PCP».

Esta sessão, que teve lugar no passado dia 15, na casa do povo local, contou com a participação do camarada Carlos Fraião, membro da comissão executiva nacional do PCP.

O vivo debate estabelecido com os mais de 30 participantes permitiu a troca de opiniões e o aprofundamento dos temas em questão. A comissão de freguesia

de S. Martinho do Bispo, promotora da iniciativa concluiu informando que esta foi a primeira de uma série de iniciativas que se seguirão, visando o debate de ideias e a transmissão para os trabalhadores, à população e à opinião pública em geral do programa do PCP e da Resolução Política aprovada no XIII Congresso (extraordinário) do PCP.

Novo Centro de Trabalho em Felgueiras

A Comissão Concelhia de Felgueiras do PCP inaugurou recentemente a sua nova sede concelhia. Situada, tal como a anterior, na Urbanização do Outeiro, na sede do concelho, a nova sede do PCP foi concebida como um local de trabalho e de convívio. É mais ampla e mais bem equipada que a anterior. Além do gabinete de trabalho da Comissão Concelhia, o CT dispõe de uma ampla sala onde funciona um bar com dezenas de lugares sentados.

Estiveram presentes na inauguração membros da C. Concelhia e outros camaradas e amigos do Partido, representantes da imprensa regional e muitas dezenas de jovens que participaram no convívio. Uma saudação de boas vindas proferida por Manuel Félix, da Comissão Concelhia de Felgueiras, e uma breve intervenção de Avelino Gonçalves, da DORP e do CC do PCP, assinalaram o acto de abertura da nova sede, ao qual se seguiu um baile que durou até ao princípio da madrugada.

Convívio alentejano no Montijo

• Encontro Concelhio CDU em 6 de Julho

A 10.ª edição do Convívio Alentejano, que no passado dia 10, no Pinal de Santos Fernandes, reuniu uma vez mais centenas de pessoas, foi particularmente marcada pela intervenção de Carlos Carvalhas, secretário-geral-adjunto do Partido Comunista Português.

Aquele dirigente comunista atacou vigorosamente as negociações que o Governo Cavaco Silva continua a fazer com fundos comunitários, em vez de os aproveitar para as infra-estruturas e o aparelho produtivo do «voto útil» que aquele partido vai lançar, precisando: «a derrota da direita não se faz pela votação do maior partido, mas sim pelo somatório das votações nos partidos de esquerda, nos partidos democráticos. Assim sendo, o voto útil é no PCP».

Sobre o sentido da existência e da luta do PCP —

retomando aspectos centrais do XIII Congresso (extraordinário) do Partido —, Carlos Carvalhas afirmou: «Muitos gostariam de nos sepultar ou que nós próprios nos sepultássemos, perante a teoria de que o comunismo e o socialismo vão acabar... Mas nós, um Partido que não capitula perante dificuldades, nadaremos contra a corrente e a maré se a corrente e a maré nos conduzirem para o abismo».

No Convívio Alentejano Actuarum os ranchos folclóricos do Afonsoeiro e da Atalaia e exprimiram-se espontaneamente cantadores e cantores populares.

Entretanto, a Comissão Concelhia do Montijo do PCP e o núcleo do Montijo dos «Verdes» acordaram a realização do III Encontro Concelhio da CDU para o dia 6 de Julho. O ponto da situação e

perspectivas de futuro do trabalho autárquico, no concelho, será naturalmente a questão central a tratar.

O envolvimento popular na discussão do PDM (Plano Director Municipal), e a problemática da acessibilidade (em particular a nova ponte sobre o Tejo, ligando a margem norte ao Montijo, reivindicada pelo programa eleitoral da CDU), os problemas ambientais serão outros temas em discussão.

O III Encontro Concelhio da CDU deverá ainda reflectir aspectos da situação social e laboral do Montijo, momento os problemas da habitação (Bairros da Caneira e da Liberdade e a Urbanização da Bela Vista), dos utentes da carreira fluvial, e as lutas dos trabalhadores que, com fortes adesões, têm originado as últimas greves nos CTT, Isidoro Carnes, Cermon e RN.

Célula do PCP toma posição Ambiente de repressão nos SMGE do Porto

O Secretariado da Célula dos Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade do Porto/SMGE do PCP tomou posição sobre o ambiente de repressão que se vive naquela empresa, onde recentemente foram instaurados processos disciplinares a 11 trabalhadores que, com a maioria esmagadora dos seus colegas de trabalho lutaram, em 1989, por justas reivindicações — correcções do enquadramento, retroactivos do prémio de assiduidade, redução do horário de trabalho e outras.

Exercer a repressão como forma de intimidar, dividir e tentar fazer recuar os trabalhadores da sua justa luta foi o comportamento escolhido pelos responsáveis dos SMGE/Porto e os comunistas consideram «lamentável e pouco ético que, aquando da ocupação dos serviços pela EDP por decisão do Governo, se fizessem promessas e se pintasse de cor-de-rosa aquilo que era negro, com o objectivo de travar qualquer contestação e hoje, fruto de promessas não cumpridas, os trabalhadores tenham que

lutar e serem penalizados disciplinarmente».

Caos

Ao manifestar a sua solidariedade aos 11 trabalhadores atingidos pela repressão e a disponibilidade para tudo fazer para a reposição da legalidade, o Secretariado da Célula dos SMGE denuncia «o caos que se instalou na empresa, desde a gestão à organização do trabalho, estando entretanto criadas as condições para decisões so-

bre o futuro dos SMGE, que provavelmente não terão em conta os direitos e regalias conquistadas ao longo dos anos, nem tão pouco a importância duma empresa que presta um importante serviço público à população do Porto, mas antes, os grandes interesses económicos, como está a acontecer com a privatização da EDP».

GUARDA

Os comunistas da Guarda vão realizar no último trimestre deste ano a sua II Assembleia da Organização Distrital.

A decisão foi aprovada no passado dia 10 de Junho no decorrer duma reunião da Célula do Partido, na qual participou a camarada Luísa Araújo, do Secretariado e da C. Executiva Nacional do Comité Central.

Distrito de Setúbal

Jornadas sobre Juventude e Poder Local no sábado

• Iniciativa da DORS

Vão realizar-se no próximo sábado, a partir das 10 horas, na Biblioteca Municipal do Barreiro, as Jornadas sobre Juventude e Poder Local no Distrito de Setúbal, iniciativa da Comissão da DORS do PCP para as questões da Juventude.

Aquela comissão da Direcção Regional de Setúbal do PCP entende que é urgente definir uma política específica para os jovens, que só pode ser realizada sendo feita, por um lado, uma caracterização da juventude no distrito e, por outro, uma análise dos movimentos juvenis e participação dos jovens.

Neste encontro irá ser igualmente analisada a interliga-

Nacional

Os direitos sociais da juventude na CEE

— debate promovido pela JCP

Realizou-se nos dias 9 e 10 de Junho, na Casa da Juventude da Almada, em Almada, o Seminário «Os Direitos Sociais da Juventude na CEE», que contou com a participação de Organizações Juvenis Comunistas de Portugal, RFA, Grécia, França, Bélgica e Holanda.

Durante o sábado realizaram-se quatro Painéis de discussão respectivamente, sobre o Ensino, sobre o Trabalho, sobre as Políticas Juvenis Governamentais e sobre os Direitos Sociais, Participação Social e Mobilidade Europeia.

No domingo, realizou-se uma mesa-redonda em que as organizações presentes decidiram honrar a sua cooperação extensiva à participação no Fórum da Juventude.

Na sessão de encerramento, realizada domingo pelas 17 horas, intervieram ainda um representante da FMJD (Federação Mundial

da Juventude Democrática) e o deputado do PCP no Parlamento Europeu — Joaquim Miranda.

De entre as conclusões deste seminário, destacamos a manifestação da convicção de que o sistema de exploração capitalista, dominante nos países da CEE, é incapaz de resolver os graves problemas sociais com que os jovens se confrontam. A integração europeia e a aceleração do processo de construção do Mercado Único de 1993, correspondendo aos superiores interesses do grande capital, e à intensificação da exploração dos trabalhadores, lança aos jovens, o desafio, de se unirem em defesa dos direitos sociais ameaçados e de impor uma verdadeira coesão económica e social na Europa.

As organizações participantes concluíram também que as novas formas encontradas pelo grande capital e pelos governos e forças ao

seu serviço, para desenvolver as suas políticas e controlar ideologicamente a juventude, devem responder os jovens comunistas, com a sua acção e com o estreitamento das suas relações de amizade e cooperação.

Os jovens comunistas manifestaram também o seu empenhamento no reforço da cooperação entre os jovens comunistas e os países da CEE e da conjugação de esforços para unir a juventude em torno de objectivos comuns, na luta pela paz e liberdade, pela dignidade das condições de trabalho e de vida, pela universalidade e igualdade no acesso à educação, pela preservação do meio ambiente.

Neste quadro, assumiu grande importância a decisão tomada pelas organizações participantes de tornar a sua cooperação extensiva à participação no Fórum de Juventude das Comunidades Europeias.

Mulheres de Aveiro discutem prostituição

A Direcção Distrital de Aveiro do Movimento Democrático de Mulheres (MDM) vai realizar um Tribunal de Opinião Pública sobre «a prostituição no distrito de Aveiro», uma iniciativa que conta com o apoio do «Ninho» e é subsidiada pela Comissão da Condição Feminina. Será no dia trinta deste mês, no anfiteatro do Ambiente, na Universidade de Aveiro.

O MDM decidiu tratar este tema porque, como Movimento de Mulheres, não pode ficar indiferente nem alhear-se desta problemática. A Prostituição, que é sem dúvida a escravatura do séc. XX, é um problema cuja origem radica na estrutura socioeconómica, que gera assimetrias sociais, e na ideologia sexista de discriminação e subordinação da Mulher.

Esta iniciativa realiza-se em Aveiro porque a prostituição tem aumentado no Distrito nos últimos anos, nomeadamente a prostituição infantil e juvenil. Embora Aveiro seja considerado hoje o 3.º distrito mais industrializado do País, os problemas sociais vêm a agravar-se dia a dia, crescendo focos de pobreza e marginalidade.

O Tribunal de Opinião vai pois julgar a prostituição e,

como em qualquer julgamento, haverá acusados e queixosos. As testemunhas, nomeadamente estudiosos desta problemática, darão o seu contributo para o aprofundamento das causas da prostituição e para apontar caminhos, que necessariamente terão de envolver, numa mesma vontade, várias instituições.

Quanto aos réus, nesta contenda, serão responsabilizados proxenetas e industriais do sexo e da pornografia, que vivem à custa da exploração do corpo da mulher, que utilizam as formas de aliciamento mais variadas de mulheres, de crianças e jovens para a prática da prostituição, quando não mesmo a coacção, o espancamento e todo o tipo de violência.

Também responsabilizada será a sociedade que discrimina a mulher, que não considera a prostituta como um ser humano, que está sempre pronta a culpá-la e a desculpabilizar o cliente, embora todos saibam que a prostituição não é mais do que uma transacção comercial sujeita às leis do mercado: oferta e procura.

Responsabilizada será a sociedade pela hipocrisia com que tem tratado a prostituição. Reconhece-lhe uma função social, acha que deve ser profissionalizada, mas encerrada num ghetto, escondida para que não se veja, mas suficientemente à mão quando for precisa.

Responsabilizados tam-

bém, de uma forma muito especial, serão os órgãos de poder porque, em relação a esta matéria, o Estado não assume as suas responsabilidades, não cria instituições que promovam a re inserção das vítimas da prostituição, não lhes cria alternativas de emprego, enfim, não combate as causas sociais que estão na sua origem.

Mulheres de Alcácer do Sal preocupadas com ambiente

Cerca de duzentas e cinquenta mulheres de nove concelhos do distrito de Alcácer do Sal participaram no passado dia 10, numa iniciativa de carácter cultural e ambientalista que incluí, depois de uma recepção na Câmara Municipal, uma visita ao núcleo histórico da vila, ao museu de arqueologia, à Igreja de Santa Maria do Castelo e às ruínas do Castelo e ainda um piquenique seguido de convívio cultural em que participaram o grupo feminino de Cantares Alentejanos de Albergaria, o grupo de dança Jazz da Sociedade Filarmónica Operária Amorense e o Rancho Folclórico de Alcácer do Sal. No final foi aprovada uma moção sobre a situação socioambiental na região.

O MDM desenvolverá esforços para que as entidades competentes dêem cumprimento a estas propostas que vêm de acordo com os desígnios de defesa de direitos das mulheres, indissociáveis dos direitos ao trabalho, ao bem-estar e à qualidade de vida.

Marinha Grande rumo ao futuro

Já se trabalha para o êxito da 5.ª Feira das Actividades Económicas

O indelével êxito dos certames anteriores e o sucesso que se antevê do próximo, afirma e confirma a Marinha Grande como pólo aglutinador e dinamizador de uma iniciativa que se deseja extensiva às actividades e agentes económicos que operam em toda a Região Centro — são palavras do presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, José Luís Marques Sousa, extraídas do editorial do catálogo da 4.ª Feira das Actividades Económicas - (AE). O certame, organizado pelo Município local, decorreu entre os passados dias 12 a 17, tendo sido visitado por milhares de pessoas.

Nos pavilhões da FAE, espaço municipal que entre 27 de Novembro e 4 de Dezembro conhecerá o 2.º Salão Automóvel Rota do Sol, estiveram representados diversos sectores, dos quais destacamos: a fabricação de vidro manual, de vidro automático (garrafaria), de candeeiros, de moldes para plástico e vidro, de plástico (embalagens e peças técnicas), de pneus e borracha, de decalcomania e decoração e ainda máquinas e equipamentos para a indústria de plásticos,

tratamento de aços, turismo, seguros, informática (incluindo o apoio à actividade editorial e de imprensa), máquinas e equipamentos para embalagem, para a indústria de moldes e para a hotelaria, entre outros sectores, caso da Banca, telecomunicações, transitários e equipamentos para a construção civil.

Afluência superior à dos outros anos

Estiveram presentes 154 expositores, incluindo oito

empresas estrangeiras. Através de importadores, estiveram na FAE outras cerca de 40 representações do estrangeiro. Expositores-patrocinadores foram 12.

João Gomes, activo colaborador da organização da FAE para a área da informação e apoio aos jornalistas, director do jovem «Notícias da Vieira» referiu-nos que «apesar do Mundial de Futebol a Feira registou uma afluência impressionante de público, no qual se inseriram, em grande percentagem, profissionais oriundos de todo o distrito e da Região Centro». Pode-se mesmo falar de «uma afluência superior à dos outros anos». «Somos uma região com um tecido económico que tem dado provas do dinamismo suficiente para acreditar que, no parque de exposições municipal da Marinha Grande, será possível aos nossos empresários dinamizar feiras onde possam concretizar os seus negócios», sublinha o coordenador-geral da FAE, o vereador Aníbal Curto Ribeiro, no catálogo do certame. Durante a Feira realizaram-se colóquios, debates, conferências e sessões técnicas sobre questões sectoriais e de âmbito geral da vida económica e industrial do País.

Na abertura oficial da 4.ª FAE estiveram presentes várias personalidades, incluindo o Secretário de Estado da Indústria, para além do governador civil de Leiria, o presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande e respectiva vereação e o director do certame, Vítor Pereira.

Marinha Grande é terra de futuro. Neste momento já se trabalha para o êxito da 5.ª FAE, expressão viva das capacidades do Município e das suas gentes.

■ JPO

CDU insatisfeita com gestão em Valongo

Realizou-se no passado dia 16 de Junho, na Casa do Povo de Ermesinde, um Encontro da CDU do concelho de Valongo.

Eduarda Ferreira, vereadora da CDU na Câmara de Valongo, fez para o «Avante!» uma apreciação dos principais problemas ali discutidos, com destaque para as múltiplas dificuldades com que o concelho continua a debater-se, em muitos casos agravadas desde as últimas eleições autárquicas. A população não consegue ver solucionadas carências básicas e ultrapassadas deficiências que se arrastam indefinidamente. Uma delas, particularmente discutida no Encontro, é a poluição atmosférica e os conjuntos de problemas provocados — cheiros pestilentos e ambiente irrespirável — em Ermesinde pela falta de resposta da LIPOR ao tratamento do lixo que recebe diariamente e que se acumula nos fins-de-semana. A este propósito, a Asso-

ciação de Amigos de Ermesinde fez uma exposição no sentido de ser dinamizado um movimento da população no sentido da sua resolução, questão a que a CDU dá todo o apoio e, nomeadamente, através dos deputados do PCP na AR onde irá ser colocado o problema.

Não foram, porém, apenas os problemas que atingem a freguesia de Ermesinde, que são inúmeros e foram longamente denunciadas pelo camarada Faria Sampaio, eleito na Assembleia de Freguesia, que preocuparam os presentes no Encontro. Outras freguesias colocaram questões e explanaram as dificuldades, que passam nomeadamente pela falta de apoio da Câmara às suas solicitações e necessidades. Grande parte das artérias do concelho continua com o pavimento levantado, causando graves dificuldades aos moradores — a febre de tentar mostrar «dinamismo pré-eleitoral» sem ter capacidade de resposta adequada

deu como resultado que algumas ruas estejam esburacadas há mais de dois anos e não se vislumbra saída a curto prazo.

Uma situação caótica do trânsito, saneamento básico por fazer são outros dos problemas do concelho que ali foram discutidos e denunciados.

A falta de transparência, a tendência, acentuada com a maioria absoluta do Partido Socialista na Câmara, para um funcionamento fechado dos órgãos autárquicos, menosprezando e em alguns casos dificultando o contributo das outras forças políticas representadas nesses órgãos, são exemplos dados pela CDU da gestão camarária em Valongo. Pela primeira vez os partidos representados na Assembleia Municipal foram afastados da intervenção na sessão solene das comemorações do 25 de Abril, outro exemplo acabado destas características.



Ensino

Educar pela Paz

Um exemplo relevante vivido na Amadora

«Existem mundos onde a vida nunca surgiu. Existem mundos que foram exterminados por catástrofes cósmicas. Somos uma espécie com sorte, estamos vivos, somos poderosos, temos na nossa mão a possibilidade de criar o bem-estar da nossa civilização». Voz firme e serena, uma professora de nome **Cecília Granja** dirige-se ao auditório do IV Encontro Nacional do movimento ZLAN (Municípios declarados zonas livres de armas nucleares), recentemente realizado na Universidade da Beira Interior, na bela cidade da Covilhã. «Educar pela Paz» é o tema da sua intervenção, marcada pelo relato de experiências vividas no Município da Amadora. Envolvendo crianças, jovens, professores, uma comunidade. Tem a palavra a professora Cecília Granja.

O Município da Amadora levou a cabo nos dias 23 e 24 de Abril uma Jornada Pedagógica subordinada ao tema «Educar pela Paz», aberta aos educadores dos vários níveis de ensino.

O encontro foi realizado com a colaboração do Movimento dos Educadores pela Paz e contou com a participação e orientação do professor galego Xésus Jares, coordenador do Grupo de Educação pela Paz em Vigo e membro do Movimento na Nova Escola Galega.

Estas jornadas agruparam várias actividades, como o debate sobre o que é educar pela paz?, o visionamento de videogramas, oficina de documentos, jogos de simulação, jogos cooperativos e outras actividades didácticas.

Entusiasmados com esta iniciativa do município, os professores presentes nesse

encontro concluíram que haveria que prosseguir realizações deste tipo, pelo que se empenharam, desde logo, na formação de um grupo de trabalho, actual Núcleo dos Educadores pela Paz do Município da Amadora.

Este Núcleo planeou a realização de um novo encontro de forma a pôr em marcha e divulgar as premissas da educação pela paz.

Tal iniciativa teve lugar no passado dia 26 de Maio e integrou-se nas actividades do Centro de Recursos do Município da Amadora, o organismo que conta com o apoio da Câmara e que está vocacionado para apoiar os professores a nível dos materiais pedagógicos, estabelecer a ligação escola-meio e desenvolver actividades ligadas à formação de professores.

Este 2º Encontro igualmente subordinado ao tema

«Educar pela Paz» contou com a participação de numerosos professores tendo sido abordados os seguintes pontos:

1. Apresentação dos objectivos da Educação pela Paz;
2. Sensibilização dos educadores para o papel da Educação pela Paz;
3. Divulgação das actividades e técnicas utilizadas;
4. Realização prática de jogos cooperativos, jogos de conhecimento, jogos de confiança;
5. Perspectivas de integração das actividades da Educação pela Paz na planificação lectiva e nos planos globais de escola;
6. Perspectivas de colaboração do Município com os estabelecimentos de ensino nas seguintes acções:

- Celebração de efemérides ligadas à paz, aos direitos humanos, à luta contra a discriminação racial, à situação da mulher, à protecção do meio ambiente e outras;

- Realização de campanhas na defesa destes princípios;

- Correspondência dos jovens com países que cometem violações dos direitos humanos;

- Correspondência dos jovens com os presidentes das câmaras cujos municípios ainda não foram declarados zonas livres de armas nucleares;

- Ciclos de conferências sobre a Paz;

- Projecções audiovisuais sobre a Paz e temas afim seguidas de comentário e tratamento didáctico abertas aos professores do município;

- Exposições científicas e artísticas sobre a Paz;

- Marcha pela Paz;

- Festival da Paz com dramatizações, música, poesia, etc.

No final do encontro foi feita uma reflexão conjunta das propostas avançadas e das possibilidades de as pôr em prática.

Ficou igualmente agendado um 3º encontro sobre a educação pela paz a ter lugar no início do próximo ano lectivo, o qual contará com o apoio do município.

Conclusões

Das conclusões obtidas deste encontro destacam-se:

1. Muitos dos educadores deram conta de que estão a fazer educação pela paz sem nunca terem tomado consciência desse facto;

2. A educação pela paz não é específica de nenhum nível de ensino, de nenhuma área disciplinar, de nenhum nível etário, não deve ser integrada em nenhuma disciplina específica e pode ser abordada a níveis de complexidade distintos desde o jardim de infância à universidade;

3. A educação pela paz possui uma forte componente afectiva já que fomenta o conhecimento de si próprio e dos outros, atitudes de afirmação e auto-estima, cooperação e capacidade de amar;

4. A educação pela paz possui também uma componente ético-política, já que permite a criação de hábitos democráticos de conduta e organização cooperativa da turma;

5. A educação pela paz possibilita igualmente uma atitude de preservação e defesa do meio ambiente;

6. Educar pela paz é educar para a cooperação entre nações e povos, é educar para o assumir de atitudes de não-violência;

7. Educar pela paz não é educar para a passividade, é educar para o confronto de ideias, é educar contra todas as formas de intolerância e discriminação quer estas sejam raciais, religiosas, políticas, culturais, sexuais ou outras. Neste sentido educar pela paz é educar para que os jovens não estejam em paz consigo próprios;

8. Cabe ao educador um novo papel: o de provocar o confronto de ideias, o de agitar as consciências, possibilitando que os conflitos possam ser resolvidos de forma não violenta;

9. A educação pela paz pode, pois, ser entendida como uma educação «libertadora». Mais do que transmitir uma imensa carga informativa, interessa ensinar a pensar, formar indivíduos capazes de pensar por si próprios, apetrechá-los com as ferramentas mentais que



Educar pela Paz — uma tarefa de primeiro plano nos anos 90

lhes permitam reagir ao conformismo, ao individualismo, à intolerância, valores hoje em dia tão frequentes na nossa sociedade e nos nossos jovens, os quais vêm fechar-lhes as alternativas de realização pessoal. A educação pela paz é no fundo também um alerta aos valores que contribuem para perpetuar a violência no nosso planeta.

10. Não basta apenas sensibilizar os educadores para a necessidade de educar pela paz, urge divulgar os materiais didácticos já publicados pelo **Seminário Permanente da Educação pela Paz da Associação Pró-Direitos Humanos**, segundo o exemplo da nossa vizinha Espanha.

Os Municípios podem neste campo assumir um papel de charneira, na dinamização de encontros sobre a educação pela paz e na divulgação deste material, contribuindo para um maior conhecimento destas iniciativas e para uma efectiva ligação escola-meio.

É possível a educação pela paz?

Como professora interrogo-me muitas vezes sobre que imagem da humanidade estamos nós, educadores, a transmitir às novas gerações do milénio que se avizinha.

De facto a história do homem é também a história da violência. Desde que a Humanidade se fixou e começou a acumular bens e poder, surgiram atitudes territoriais e comportamentos provocatórios de guerra. O nosso século é disso um exemplo.

A partir das duas explosões nucleares que puseram termo à 2ª Guerra Mundial surgiram aproximadamente 160 conflitos a nível mundial.

Em termos de evolução a Humanidade não tem uma existência muito longa. De facto, se pudessemos concentrar num só ano de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro toda a história do Universo desde o seu nascimento até aos nossos dias, o homem só faria a sua aparição no último dia desse ano pelas 22 e 30 horas.

A fracção de tempo ocupada pela espécie humana no planeta é pois muito reduzida. Como afirma o astrofísico Carl Sagan na sua obra os «Dragões do Eden»: «O mundo é muito velho e os seres humanos muito novos».

De facto, ainda há uns «instantes» atrás, uns animais arborícolas desciam

das suas árvores, adquiriram a posição vertical e começaram a caminhar, aprendiam a fabricar e a utilizar ferramentas, a dominar o fogo, formavam a sua linguagem, domesticavam animais e descobriam a agricultura.

A um ritmo cada vez mais rápido, inventavam a escrita, as cidades, a arte, a ciência e enviavam engenhos espaciais para os planetas e para as estrelas.

Ao mesmo tempo que adquiriam os meios de autodestruição da espécie humana lançavam-se no espaço e chegavam a um lugar chamado «Mar da tranquilidade», empreendimento fantástico para as criaturas cujos primeiros passos tinham sido dados há apenas 3 milhões e meio de anos.

Ao mesmo tempo que adquiriam as formas de aniquilamento da humanidade, enviavam para o imenso cosmos mensagens na procura de inteligência extraterrestre.

Alertar os jovens

O papel da Educação pela paz assume um carácter urgente já que importa alertar os jovens para esta marcha da humanidade e do seu planeta, para o facto, por exemplo, de se terem extinto por dificuldades de adaptação cerca de 90% das espécies que já existiram no planeta e o mesmo poder vir a suceder à espécie humana, dado que esta pode não vir a adaptar-se ao meio que ela própria construiu.

A acção do homem sobre as florestas e a consequente desertificação, a utilização de fertilizantes artificiais têm vindo a alterar alguns dos ciclos mais importantes do planeta.

O esgotamento dos recursos naturais, a poluição, o desequilíbrio do ambiente fazem-nos perspectivar um planeta moribundo e revelam que o homem possui neste momento os instrumentos de aniquilamento da sua própria espécie e do seu planeta.

A educação pela paz é também um alerta acerca do poder que os homens têm sobre o seu destino. A humanidade ao mesmo tempo que adquire poder de morte sobre o planeta tem também poder de vida sobre ele. A inteligência, a capacidade de compreender o Mundo permitem-nos de facto prever os acontecimentos e alterar-lhes o seu curso.

Muitas espécies falharam. A Humanidade precisará também ela de falhar como espécie?

PCP

Porto

Campanha dos 150 mil ganha nova dinâmica

No Porto, ultrapassadas que foram as dificuldades de arranque e o atraso detectado, a campanha para aquisição da Quinta da Atalaia ganha nova dinâmica. Iniciativas várias, jantares e convívios vão continuar nas próximas semanas e marcam o entusiasmo que as organizações do Partido colocam no cumprimento do objectivo a que se propõem.

No último mês, e segundo um curto balanço feito para o «Avante!» pelo camarada António Filipe, responsável por esta frente de trabalho na DORP, foi triplicada a quantia recolhida desde o início da campanha e atingiu-se perto de 20% da meta da organização regional.

Para isso têm contribuído de forma decisiva as organizações de Gaia e da cidade do Porto, mas também certas organizações de empresas, como é caso da **Petrogal**, do Sector dos Grandes Serviços.

Em **Gala** foram ultrapassados os 40% da meta e na cidade do Porto, para além dos jantares/convívios que já envolveram a participação de mais de duzentas pessoas nas iniciativas promovidas pelas freguesias de Paranhos, Cedofeita e Bonfim, es-

tão marcadas acções semelhantes para o sector de empresas (no dia 30 de Junho), Campanhã (em 7 de Julho) e nas freguesias Ribeirinhas (no dia 8). O entusiasmo posto no cumprimento das metas é bem patente no caso que foi relatado pelo camarada Mário Carvalho, responsável no Comité Local do Porto pela tarefa na passada sexta-feira, durante a reunião da campanha, até se abriu uma garrafa de champanhe para comemorar o facto de se terem ultrapassado os mil contos de fundos recolhidos. Outra iniciativa interessante do Comité Local do Porto foi a inauguração de uma grande cascata de S. João no centro de trabalho de Barão de S. Cosme, que estará patente até ao fim do corrente mês. O autor da cascata é o ca-

marada Geraldo, da freguesia da Sé, já conhecido por em várias Festas do «Avante!» montar na região do Porto esta tradicional iniciativa dos Santos Populares.

É também uma Festa do S. João a iniciativa escolhida pela organização do concelho da Maia, para os próximos dias 23 e 24, no Bairro do Sobreiro.

Ainda na Maia, mas na freguesia de Pedrouços, os camaradas recolhem com grande empenhamento objectos variados para a realização, entre os dias 30 de Junho e 1 de Julho de uma Feira da Ladra. Em Matosinhos, da sardinhada, marcada também para dia 1 de Julho, será uma das iniciativas para recolha de fundos para a campanha.

Insistir na recolha de contribuições especiais, na passagem de títulos de comparticipação é, ainda segundo nos afirmou o camarada António Filipe, uma das tarefas a incentivar junto de camaradas e amigos do Partido.

**PCP
defende**

Debate nacional sobre integração europeia

A necessidade urgente de um amplo debate nacional sobre as questões da integração europeia e do seu aprofundamento, designadamente no respeitante à União Económica Monetária e União Política, foi defendida na segunda-feira pelo secretário-geral-adjunto do PCP, Carlos Carvalhas, em conferência de imprensa. Na ocasião foram apresentadas diversas propostas sobre a matéria em causa e criticada a actuação do Governo, pautada por uma governamentalização que não serve os interesses nacionais. Neste âmbito, Carlos Carvalhas considerou que o debate agendado pelo Governo para anteontem, na Assembleia da República, sobre a UEM e a União Política, embora positivo, não passa de um simulacro de debate, de uma «corina de fumo» para calar as críticas, uma vez que se processou sem qualquer preparação prévia. Para o secretário-geral-adjunto do PCP, o Governo tem procurado furtar-se ao controlo democrático, não informando minimamente as instituições e os parceiros sociais sobre tão importante matéria para o futuro do País. Pelo seu interesse, reproduzimos em seguida a declaração de Carlos Carvalhas na conferência de imprensa, em que participaram igualmente os camaradas Octávio Teixeira e Agostinho Lopes, da Comissão Política do PCP.

O PCP, por diversas vezes e nomeadamente na última interpelação efectuada pelo grupo parlamentar ao Governo defendeu a necessidade urgente de um amplo debate nacional sobre as questões da integração e sobre o seu aprofundamento: União Económica e Monetária e União Política. Esta proposta tem o apoio ou coincide com a posição de um amplo leque de forças políticas. No entanto o Governo, com prejuízo dos interesses nacionais, tem continuado a governamentalizar as questões da integração, a procurar furtar-se ao controlo democrático e a não informar minimamente as instituições e os parceiros sociais. É, pois, neste quadro que o Governo através da sua maioria marcou para amanhã o debate na Assembleia da República.

O PCP considera que o primeiro défice democrático começa em Portugal com a atitude do Governo e da sua maioria na Assembleia da República, e que este défice não se extingue com simulacros de debates sem qualquer preparação prévia.

O PCP, chama a atenção da opinião pública, para o facto do o Governo português sem prestar qualquer informação, ter estado associado por intermédio do ministro dos Negócios Estrangeiros à elaboração de um documento de síntese, sobre a União Política que deverá ser submetido para deliberação à cimeira de chefes de Estado e do Governo em 25 de Junho em Dublin.

Também sem que qualquer informação tenha sido prestada, nomeadamente à Assembleia da República, reuniu-se em Basileia na semana passada (11 de Junho) o Comité de Governadores dos Bancos Centrais da CEE, para pôrem em prática os instrumentos estruturais que:

- acompanhem o lançamento (em 1 de Julho próximo) e o funcionamento da primeira etapa da União Económica e Monetária;
- preparem e em certa medi-

da configurem os órgãos do futuro «Eurofed».

O PCP entende que o Governo português deve explicitar com clareza as suas posições sobre a convocação da Conferência Intergovernamental sobre a União Política; sobre a questão da «cidadania europeia», sobre a transferência de competências e de soberania, sobre as alterações institucionais (aumento dos poderes do Parlamento Europeu, desenvolvimento da codecisão, associação dos parlamentos nacionais ao controlo democrático...), sobre a extensão do voto por maioria nomeadamente em relação às questões sociais ou a sua aplicação generalizada.

O PCP considera também que o Governo português, que alinhou as suas posições sobre a Carta Social Europeia pelas opiniões mais conservadoras e retrógradas, deve expressar sem ambiguidades a sua opinião sobre o programa de execução da respectiva Carta.

O PCP propõe que se devem estabelecer formas permanentes e operativas de cooperação entre a Assembleia da República e os deputados portugueses no Parlamento Europeu e que se prepare desde já a participação parlamentar portuguesa nas jornadas (Assises) conjuntas do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais prevista para o próximo Outono em Roma, com o objectivo de discutir a União Económica e Monetária, a União Política e a cooperação interparlamentar.

O PCP alerta os trabalhadores, as portuguesas e os portugueses, para o facto de Portugal enfrentar a partir de 1992 os principais choques da integração (concorrência de países terceiros, crescimento da aplicação da Política Agrícola Comum...), ao mesmo tempo que se vai processando o aprofundamento da integração - União Económica e Monetária e União Política - e a construção de um novo espaço económico europeu, e chegam ao fim os períodos

de transição e as derrogações.

Perante estes embates o Governo português, em vez de procurar maximizar o consenso, a mobilização dos recursos nacionais, a modernização do aparelho produtivo nacional e a potenciação do seu poder negocial, continua com arrogância e sectarismo, a decidir autoritariamente as questões da integração, a não preparar a economia para o mercado único de 1993, a abrir as portas à entrega de sectores estratégicos nas mãos das transnacionais.

O PCP entende que seja qual for o futuro «desenho da comunidade», e a futura «arquitectura europeia» há tendências claras que apontam para uma crescente periferização da economia portuguesa, para uma crescente concorrência no interior da própria CEE e no nosso mercado interno, para a deslocação para o Norte e centro da Europa da corrente dos novos investimentos, para uma maior pressão sobre o orçamento comunitário e partilha dos fundos estruturais.

Propostas de acção

Uma estratégia para enfrentar estas tendências deve assentar entre outras nas seguintes grandes linhas:

- na diversificação urgente das nossas relações económicas externas;
- na valorização e melhoria do perfil de especialização e do padrão das exportações face à concorrência crescente;
- numa exigente selectividade de investimentos estrangeiros (investimentos estruturais...) a beneficiarem de apoios;
- na reestruturação e dinamização do Sector Empresarial do Estado por forma a conservarem-se alavancas fundamentais da economia e a processar o desenvolvimento conjunto com o sector privado e cooperativo;
- na conjugação de esforços com outros países periféricos no sentido do reforço do orçamento comunitário, das políticas regionais, de transportes e energéticas, dos fundos estruturais e da garantia da sua continuação e intensificação a partir de 1992;
- na rejeição de cálculos eleitoralistas como critério da entrada do escudo no Sistema Monetário Europeu, cuja decisão e momento deve corresponder a uma avaliação global e ponderada, atendendo ao nível da inflação e sua previsão futura, défice orçamental e evolução da balança de transacções correntes, competitividade da economia, entrada da libra no Sistema Monetário Europeu, possibilidades do escudo ficar na banda larga da flutuação, custos de ficar de fora, isto é, à margem das decisões monetárias. O novo impulso verificado na taxa de inflação (12,8% em média anual quando a taxa média comunitária é de 5,4%) é uma dificuldade acrescida. O comba-

te à inflação e uma política de rigor orçamental são necessários, mas esbarram com a política do Governo que privilegia os seus interesses eleitorais em detrimento dos interesses nacionais;

- na reforma da Política Agrícola Comum que respeite as especificidades dos países do Sul e no aumento significativo do Fundo de Orientação Agrícola em relação ao de Garantia;
- na exigência da criação de fundos específicos para as indústrias têxtil e de calçado;
- na exigência de que a CEE se empenhe nas negociações no âmbito do GATT na defesa da indústria têxtil comunitária e que tenha em conta a especificidade da agricultura portuguesa;
- numa harmonização fiscal que combata os capitais especulativos e defenda o nosso sistema financeiro;
- no apoio à construção do novo espaço económico europeu (EEE) e à cooperação com outros países não comunitários da Europa do Centro e Leste;
- no aumento do reforço do poder do Parlamento Europeu, à custa dos poderes da Comissão; na cooperação entre os Parlamentos Nacionais e o Parlamento Europeu; na exigência da efectiva concretização dos princípios da coesão económica e da coesão social; na defesa da conver-

gência económica real e na melhoria das fórmulas de cooperação nomeadamente entre os Bancos Centrais; na necessidade da disciplina orçamental, sem imposições externas;

- numa acção positiva face ao plano de acção da Carta Social Europeia e ao nivelamento no progresso das normas sociais;
- na defesa de uma política de segurança colectiva no quadro da Conferência de Helsínquia que sugere a baseada nos blocos, acentue o compromisso político e liberte meios que possam ser aplicados na resolução dos problemas globais da humanidade e no apoio ao Terceiro Mundo;
- numa «cooperação política europeia» em que Portugal se oriente pelos princípios das vantagens mútuas, respeito recíproco e não ingerência; pela acção contra o racismo, a xenofobia e os movimentos fascistas; pelo empenhamento activo a favor da paz, do desarmamento e de uma nova ordem económica internacional;
- na construção de um Portugal de progresso e justiça numa Europa de paz e cooperação.

O PCP entende que o Governo português deveria também, e de imediato, explicitar a sua posição face ao anteprojecto de Orçamento Co-

munitário para 1991, apresentado pela Comissão. De via fazê-lo amanhã na Assembleia da República e o mais urgentemente possível no Conselho da Concertação Social.

O PCP adverte desde já que no Orçamento Comunitário para 1991 apesar dos créditos para as acções estruturais aumentarem 20,5% em relação a 1990, tal aumento é insuficiente face às necessidades do desenvolvimento regional e ao avanço da União Económica Monetária. Verifica-se também um relançamento das despesas agrícolas na secção garantia contrário aos princípios orçamentais comunitários já acordados.

O PCP considera ainda que a presidência portuguesa do Conselho das Comunidades, em 1992, não deve ser objecto de acções demagógicas e eleitoralistas, pelo que a sua preparação e quadro de cooperação entre as diversas forças políticas e sociais se deveria realizar com urgência.

O PCP continuará a empenhar-se com firmeza na defesa dos interesses nacionais, no reforço do controlo democrático da Assembleia da República, no reforço do poder negocial de Portugal, na defesa intransigente da soberania nacional.

Política de Pescas criticada em Faro

Os problemas da pesca artesanal e a política do Governo nesta matéria foram tema de debate numa recente visita do deputado do PCP no Parlamento Europeu, Joaquim Miranda, a Faro, onde se encontrou com representantes dos armadores e do Sindicato dos Pescadores.

O eurodeputado debateu com os armadores questões resultantes da integração na CEE e da aplicação dos fundos comunitários, bem como um documento da Comissão das Comunidades relacionado com o apoio às pequenas embarcações, da iniciativa do PCP no Parlamento Europeu. Por seu turno, a delegação do Sindicato dos Pescadores exprimiu as suas preocupações quanto à ofensiva do Governo contra a pesca artesanal, a exploração das áreas de pesca e dos seus recursos, definição e consequente fiscalização face à integração na política comunitária de pescas.

Os pescadores referiram-se ainda às suas condições de trabalho, que classificaram de próprias da Idade Média, designadamente na pesca longínqua, em embarcações que não oferecem as mínimas condições sanitárias às tripulações. A propósito, solicitaram a Joaquim Miranda uma iniciativa no PE sobre o assunto, de



As condições de trabalho dos pescadores têm que ser melhoradas

forma a chamar a atenção da Comunidade para este problema.

Dos encontros concluiu-se da necessidade de modernização e aumento da frota pesqueira Algarvia, tendo Joaquim Miranda afirmado que «neste momento não estamos em condições de garantir, com a frota que temos, o acesso à ZEE (Zona Económica Exclusiva) nem de manter o nível de pescas reclamado pela situação, o que pode vir a significar que esta se transforme numa zona franca onde venham pescar países da Comunidade e outros».

Cabe lembrar, neste contexto, e no caso concreto do Algarve, a pesca do atum, que teve grande importância na região; apesar de serem razoavelmente conhecidos os recursos e as migrações da-

quela espécie, são sobretudo os franceses quem dela está a tirar dividendos, devido à falta de iniciativa dos responsáveis nacionais e ao facto de ter sido negado a Portugal o direito de constituir uma frota atuneira.

Para Joaquim Miranda, é fundamental que os pescadores continuem a luta em defesa dos seus legítimos interesses, pois devido ao seu empenhamento foi já possível, ainda que parcialmente, satisfazer algumas reivindicações, nomeadamente na pesca artesanal.

Durante a sua visita a Faro, Joaquim Miranda teve ainda um encontro com estudantes da Escola Secundária nº 2, que durante duas horas satisfizeram a sua curiosidade sobre questões relacionadas com a participação de Portugal nas Comunidades.

Internacional



O novo governo ultradireitista de Shamir representa, para o povo palestino, mais mortos, mais repressão

Governo de direita agrava repressão

O novo governo israelita, dirigido por Yitzhak Shamir, considerado o mais à direita desde a própria fundação do Estado de Israel, em 1948, virá inevitavelmente agravar a já tensa situação no Médio Oriente. Antes do mais representa, para o povo palestino, mais repressão e um adiamento da concretização da reivindicação fundamental de uma pátria.

O actual governo de Shamir passou no Parlamento com 62 votos a favor, 57 contra e uma abstenção, e baseia-se numa coligação da frente conservadora Likud, com nove pequenos partidos religiosos e de extrema-direita. Uma perigosa coligação, que se afirma após cerca de três meses de crise política, em que o sistemático

boicote por parte da extrema-direita de Israel, impediu a constituição de um executivo da iniciativa dos trabalhistas, e que abriria algumas perspectivas de diálogo e de paz. A ruptura agora verificada entre a frente conservadora Likud e o Partido Trabalhista verifica-se após mais de cinco anos de governos de «unidade nacional».

A situação política criada é particularmente frágil. De facto o Likud, para a implementação da sua política, está completamente dependente dos grupos religiosos e de extrema-direita, que aliás estão longe de defender posições homogêneas. Por outro lado, o apoio da população é mínimo. Segundo o periódico francês «Le Monde» afirma em editorial, apenas 14% dos israelitas concordariam com a coligação agora constituída.

A Intifada vem a ter sérios reflexos em Israel, ao nível da economia, no plano político, influenciando aliás a actual ruptura em termos de poder, e

ao nível das consciências. O movimento pela paz tem vindo a crescer de forma significativa. Fazem-se sentir novas reivindicações de ordem política. No passado mês de Abril, mais de 100 mil manifestantes exigiram em Telaviv a eleição do primeiro-ministro por sufrágio directo.

Assim, a realidade actual parece não ser muito favorável a uma grande estabilidade de um governo de extrema-direita.

Entretanto, é de esperar um claro agravamento da repressão. E a luta do povo palestino vai-se tornar ainda mais difícil, tanto mais que Shamir recusa (como seria de esperar) qualquer negociação com a OLP, tal como recusa participar numa Conferência Internacional de Paz para o Médio Oriente.

Novas linhas de repressão contra o movimento palestino estão já a ser estabelecidas. Em recente reunião com o actual ministro da Defesa, Moshe Arens, os militares israelitas apresentaram uma série de novas propostas para lutar contra a Intifada.

Entre estas novas propostas, conta-se a construção de estradas circulares em torno das regiões onde se registam mais acções de protesto, para facilitar a sua repressão, a ampliação das prisões, e sanções ainda mais severas contra os menores palestinos.

Prevê-se a construção de uma prisão suplementar na Cisjordânia, aumentar as instalações dos tribunais e o número de juizes e procuradores nos territórios ocupados, e ainda a destruição das casas nas «vias de acesso onde são lançadas pedras»!

A aposta na repressão não pode ser mais clara. O alargamento das medidas repressivas contra crianças, que a partir de agora deverão também atingir os simples «suspeitos», é particularmente chocante. De lembrar que são crianças grande número dos assassinados pelas balas dos militares e dos colonos.

Delegação do PC de Espanha

No quadro das relações de amizade existentes entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista de Espanha, uma delegação do PCE, constituída por Francisco Palero, secretário para as Relações Exteriores, e Miguel Moran, do Comité Central, efectuou uma visita a

Portugal em 15 de Junho. Nos encontros realizados participaram Domingos Abrantes, membro da Comissão Política, Albano Nunes, membro do Secretariado e Domingos Lopes, membro suplente do Comité Central.

Procedeu-se a uma ampla troca de impressões e opi-

niões sobre a situação nos dois países e a actividade dos dois partidos, assim como sobre questões internacionais, designadamente relacionadas com a CEE. Foi confirmada a disposição dos dois partidos de prosseguir a sua cooperação em domínios de interesse comum.



Argélia, vitória dos fundamentalistas

A Frente Islâmica de Salvação (FIS), de Abassi Madani, venceu as primeiras eleições na Argélia em que concorreram vários partidos políticos, superando os resultados obtidos pela Frente de Libertação Nacional (FLN), do presidente Chadli Benjedid. De notar que a abstenção foi muito elevada, abrangendo cerca de 40 por cento do eleitorado.

Nas eleições municipais agora realizadas, e naturalmente abstraindo a elevadíssima taxa de abstenção, a FIS obteve mais de 50 por cento dos votos contabilizados. Segue-se-lhe a FLN, com um pouco mais de 30%. A terceira força mais votada, com pouco mais de 8 por cento dos votos, é a União para a Cultura e Democracia, um partido predominantemente berbere.

A situação gerada pelos resultados eleitorais não é fácil. A FLN mantém assegurado o poder a nível nacional, mas a nível local os integristas passam a dispor de força significativa. Fala-se mesmo da possibilidade de uma antecipação das eleições legislativas.

A vitória das forças integristas levanta alguns receios em vários sectores da população. Coloca-se nomeadamente a questão do estatuto da mulher, embora Abassi Madani afirme que devem ser dadas à mulher argelina as garantias morais e materiais, nomeadamente em termos de postos de trabalho e os «direitos consagrados na lei islâmica». Também os sectores intelectuais manifestam preocupações com esta vitória.

No plano económico o dirigente islâmico defende nomeadamente o desenvolvimento da indústria ligeira e agro-alimentar, que considera praticamente inexistentes na Argélia.

Balço da actividade da 3ª sessão legislativa na URSS

As Comissões e Comités permanentes do Soviete Supremo da URSS efectuaram, no âmbito da 3ª sessão legislativa, mais de 600 reuniões, com a participação de cerca de mil deputados, disse Anatoli Lukianov, presidente daquele órgão. Durante os últimos 5 meses foram recebidas 480 mil cartas e 30 mil cidadãos, 1700 dos quais se encontraram com deputados.

Em conferência de imprensa para balanço da actividade da legislatura, Lukianov revelou que se realizaram 76 reuniões conjuntas com o Soviete das Nacionalidades, 17 separadas e foram analisadas 55 questões e aprovadas 33 leis e várias resoluções legislativas e fiscais.

Lukianov destacou o ambiente de pluralismo e franco confronto em que decorreram os trabalhos e a «transparência» das sessões, cujos trabalhos foram transmitidos em directo pela rádio e televisão, num total superior a 400 horas de emissão, facto que permitiu uma aproximação entre o Parlamento e a população.

Referindo-se às leis aprovadas o presidente do parlamento classificou-as em seis grupos.

Do primeiro, englobando as reformas do sistema político, mereceram destaque o estatuto do deputado, a lei das relações entre o poder federal e as repúblicas federadas e a instituição do cargo de presidente da União, as quais contribuíram para o desmantelamento do sistema burocrático-totalitário.

Do segundo grupo, das leis de reformas económicas, Lukianov destacou a aprovação das leis sobre a terra, a propriedade, o sistema fiscal, das empresas, entre outras, fazendo no entanto notar que a sua aplicação a nível local «deixa muito a desejar», pelo que a futura sessão terá de pedir às autoridades federais e locais que prestem contas sobre a sua implementação.

No terceiro grupo, integrando leis que consagram juridicamente a *perestroika* no domínio social e do aumento do nível de vida da população, mereceu realce a Lukianov a lei das pensões, submetida a debate público, e relativamente à qual foram recebidas cerca de meio milhão de cartas de cidadãos.

Das leis do quarto grupo, visando aprofundar os processos de *glasnost*, democratização e garantia dos direitos do Homem, mereceu destaque a lei de imprensa, com a qual foi anulada a censura e foi liberalizado o processo de fundação de novos órgãos de comunicação social.

Neste grupo Lukianov chamou, também, a atenção para a lei das associações sociais, a qual define as condições legais para a criação de associações sociais e políticas, avançando na formalização do multipartidarismo, o qual, na prática, já existe. O debate na especialidade desta lei decorrerá no Outono, no início da nova sessão legislativa.

Do quinto grupo, englobando as leis referentes às relações interétnicas, a que se destina a regular a saída das Repúblicas Federadas da União Soviética foi destacada pelo presidente do Soviete Supremo da URSS. As leis deste grupo lançam as bases jurídicas para a preparação de um novo tratado da união, afirmou.

Finalmente, as leis destinadas ao reforço da ordem pública e instituição do estado de direito, as relativas ao estado de emergência e à introdução de alterações no código de processo penal, a qual cria os tribunais de jurados, mereceram a referência de Anatoli Lukianov.

Internacional

BULGÁRIA

Maioria absoluta para o Partido Socialista

O Partido Socialista Búlgaro (anteriormente partido comunista) obteve a maioria absoluta na segunda volta das eleições legislativas realizadas no passado domingo. Os esforços, neste momento, vão para a constituição de um governo de consenso nacional, através de uma coligação com outros partidos. O que para já não parece tarefa fácil.

«É a primeira vez que um partido socialista no nosso país ganha numa eleições livres e justas», foi o comentário do primeiro-ministro, Andrei Lukanov, quando da divulgação dos resultados eleitorais. O Partido Socialista Búlgaro (PSB) dispõe de 211 deputados entre os 400 do Parlamento agora eleito. A União das Forças Democráticas (UDF), principal grupo de oposição, reunindo 16 partidos e movimentos os mais diversos, obteve um total de 144 lugares no parlamento. De assinalar, entretanto, que na capital, Sófia, a UDF obteve maioria absoluta.

A afluência eleitoral foi muito significativa, embora tenha baixado na segunda volta: 90,79% na primeira volta e 74% na segunda, realizada no passado domingo.

Findo o período eleitoral e formado um novo parlamento, a Bulgária entra num novo período da sua vida política, que se antevê de profundas transformações. Numa pri-

meira fase, trata-se de formar um novo governo, que o PSB quer que seja de coligação. Um consenso que para já a oposição vem a recusar, evitando o empenhamento em medidas necessárias que podem ter um preço inicialmente difícil.

Entretanto, e em qualquer dos casos, o próprio processo de transformações exigirá esses consensos. Para aprovar uma nova Constituição, que o Parlamento terá de elaborar durante o seu mandato de 18 meses, é necessário uma maioria de dois terços. A mesma maioria se impõe para aprovar novas leis económicas que deverão transformar o actual quadro socioeconómico do país.

o 14.º Congresso

A constituição de um governo de ampla unidade tem vindo a ser defendida pelos comunistas búlgaros ao longo de todo o processo de transformação que o país está a viver. Isso mesmo havia já



O 14.º Congresso extraordinário dos comunistas búlgaros foi um momento importante no processo de transformações em curso no país

sido apontado como uma orientação, entre as conclusões do 14.º Congresso extraordinário do PCB (que de seguida adopta a actual designação de PSB), que representou um grande impulso a todo este processo.

Nesse congresso de viragem, realizado em fins de Janeiro de 1990, foi feito um balanço crítico ao carácter contraditório da construção do socialismo na Bulgária, pela imposição de um sistema de poder centralizado e administrativo. Denunciada a situação de crise, em todos os domínios, valorizou-se entretanto um elemento funda-

mental — o então PCB tomou a iniciativa da mudança. Um facto que não pode deixar de ter pesado significativamente nos resultados eleitorais obtidos.

Ainda por iniciativa do PCB foram tomadas algumas primeiras medidas que provocaram profundas alterações no quadro político búlgaro: o restabelecimento dos direitos das minorias turca e muçulmana, a convocação de uma mesa-redonda com diversos movimentos e a legalização de movimentos políticos antes proibidos.

O prosseguimento da reforma económica foi reafirma-

do com prioridade. Sublinhou-se a necessidade de uma reabilitação da economia de mercado «que não significa uma economia capitalista, porque o mercado não é exclusivo do capitalismo», e a valorização da agricultura através do encorajamento do movimento cooperativo e a constituição de quintas familiares.

Estas as prioridades que hoje se impõem na Bulgária. Agora já numa nova fase, em que se conta um novo parlamento e a legitimidade democrática para avançar com as reformas em curso.

FRANÇA

Os ricos enriquecem

«Hoje, uma pessoa pode enriquecer enquanto dorme, basta ser proprietário de bons valores imobiliários, de bons terrenos ou de bons locais (...) e ver o tempo passar». Esta denúncia da actual realidade francesa (e não só) e da injustiça que tal facto representa, foi nestes termos avançada, não pelos comunistas franceses, mas pelo presidente Mitterrand!

O presidente francês, num discurso pronunciado em Auxerre, em fins de Maio, vai mais longe, e afirma que graves dificuldades atingem mesmo hoje as classes médias. Referindo as dificuldades de encontrar casa, Mitterrand diz: «Este fenómeno exclui não apenas os deserdados, os mais desfavorecidos, os de baixos e médios salários, mas começa a excluir os quadros, e mesmo quadros superiores».

A que se deve tal discurso do presidente socialista, que naturalmente alguma responsabilidade terá na situação de degradação social entretanto atingida?

A quebra de popularidade do presidente Mitterrand e do governo de Michel Rocard nos inquéritos à opinião pública tornou-se, nos últimos tempos, um dos temas constantes da vida política francesa. E há razões sérias para que assim seja.

Em primeiro lugar, há a crise no Partido Socialista, de

que a prova mais evidente foi o recente congresso dos socialistas em Rennes, onde ressaltou a desunião entre diferentes grupos face à política desenvolvida pelo partido.

Mas existem outras causas mais profundas do descontentamento de amplas camadas da opinião pública face à política do actual governo.

A principal destas causas reside na progressiva degradação das condições de vida das pessoas que recebem salários particularmente baixos e mesmo das que recebem salários médios, enquanto as camadas ricas da sociedade têm visto os seus capitais substancialmente acrescidos, durante os anos de governação socialista.

Não é por acaso que a revista «Nouvel Observateur» comentava quando da realização do congresso socialista em Rennes que os «principais triunfadores dos anos 80 são as pessoas que vivem



Os períodos de crise e de aprofundamento das desigualdades sociais, como o que hoje se vive em França, são particularmente propícios ao perigoso renascimento do racismo e dos grupos fascistas

dos rendimentos» e que, a partir de 1981, «os ricos enriquecem» e as desigualdades sociais aumentaram.

Isto é confirmado pelos números. Mais de metade da riqueza nacional pertence a 10 por cento das famílias francesas. A relação entre os rendimentos anuais dos mais pobres e dos mais ricos é de 1 para 66. Os preços dos bens imobiliários e a imperfeição do sistema fiscal aplicado às operações especulativas são tais que uma pessoa que venda, por exemplo, um apartamento de dimensões

médias em Paris pode viver folgadoamente, durante bastante tempo, do lucro obtido.

Uma família da província com dois filhos e que receba o ordenado mínimo, devia pagar, em 1981, 9,2 por cento do seu rendimento pela casa, enquanto em 1988 tinha de pagar já 18,2 por cento. Alarga-se cada vez mais o leque salarial, aumentando assim o abismo entre os trabalhadores mal pagos e os bem remunerados. Cerca de 30 por cento dos operários estão sujeitos ao ritmo ininterrupto das cadeias de pro-

dução em série. Entre os 2,5 milhões de desempregados, são os jovens (um em cada quatro é desempregado) e as pessoas de idades mais avançadas que se encontram em pior situação. No sector privado da indústria, 134 de um total de 164 profissões são remuneradas abaixo das normas estabelecidas pelo SMIC (salário mínimo).

Uma situação que está longe de ser exclusiva de França. Antes afecta em geral os países da Europa Ocidental.

«Vamos transcrever o requerimento apresentado pela «Companhia Portuguesa de Celulose» ao governo de Salazar, requerimento esse que foi deferido por despacho inserido no «Diário do Governo» de 14/3/1942:

«A Companhia Portuguesa de Celulose requer Licença para instalar:

a) Uma fábrica de pasta química com as duas modalidades de processos, sulfítico e de sulfatação; b) Uma fábrica de pasta mecânica; c) Uma fábrica de papel para jornal; d) Uma fábrica de papéis comuns e finos; e) Autorização para a fabricação de álcool dos derivados dos tratamentos da madeira; f) Autorização para a indústria de lã e seda artificial.

1.º. Que o Estado lhe facilite a colocação das obrigações;

2.º. Que o Governo auxilie para obter da Caixa Geral os créditos necessários, em quantias proporcionais às do capital em accões;

3.º. Que se lhe dê a garantia de que não serão dadas novas licenças quer a novas empresas quer às actuais;

4.º. Que se estabeleçam pautas alfandegárias, que impeçam a concorrência estrangeira, pois precisa ter a certeza de que a sua produção de pasta seja absorvida pelo consumo nacional;

5.º. Que se determine a proibição da importação de papel de jornal para a realização da sua respectiva fábrica;

6.º. Que a Companhia seja isenta de quaisquer taxas de exportação;

7.º. Que lhe seja permitida a entrada do material necessário, livre de direitos alfandegários;

8.º. Que o Governo patrocine a importação de matérias constantes de uma lista a apresentar e que lhe dê o auxílio para a aquisição e livre exportação de materiais de compensação como borraça, níquel, cobre, estanho, alumínio, volfrâmio ou cromo;

9.º. Que o Estado lhe dê facilidades diplomáticas para a obtenção de matérias-primas na Inglaterra e nos Estados Unidos;

10.º. Que seja isenta de impostos e licenças durante o período de instalação;

11.º. Que sejam reduzidos os impostos para 10 por cento durante os primeiros anos da sua laboração;

12.º. Que o Estado patrocine a redução das tarifas nos Caminhos de Ferro;

13.º. Que se facilite o fornecimento de lenhas e madeiras a preços estáveis, por meio de contratos com as matas do Estado, na base dos preços actuais;

14.º. Que se lhe dê possibilidades para a importação de madeiras coloniais para o fabrico de papel de jornal;

15.º. Que o Estado intervenha para se que realizem plantações organizadas, que possam garantir o abastecimento das madeiras, por contratos com os organismos oficiais respectivos;

16.º. Que lhe seja dada autorização para ter ao seu serviço pessoal estrangeiro até 50 por cento do pessoal técnico superior, 20 por cento do pessoal de escritório e 10 por cento do pessoal operário.

(...)
Preços dos produtos a fabricar:
 Baseados nos custos das matérias-primas anteriormente à guerra.

Como podemos ver por este «prefácio», esta companhia pseudo-portuguesa propõe-se: 1. que o Estado Novo lhe facilite o capital; 2. que lhe dê o monopólio na respectiva indústria; 3. que lhe conceda um regime especial de protecção; 4. que lhe conceda o direito de exportar todos os metais preciosos para o funcionamento da máquina de guerra alemã; 5. que o governo português sirva de encobridor dos seus manejos nos Estados Unidos e na Inglaterra; 6. que o Estado lhe forneça quase de graça as matérias-primas; 7. que os escritórios e oficinas se possam transformar num quartel general da 5.ª coluna; 8.º. que proceda à instalação da fábrica quando muito bem lhe apetecer, aproveitando, no entanto, desde já, determinadas regalias...

(«Um negócio da China... ou a moralidade do Estado Novo») - «Avante!», VI série, nº 11, Junho de 1942)



Se o fedor matasse, hoje Pernes era uma vila fantasma. Claro que não o é, mas diz quem lá vive que os cheiros nauseabundos emanados da poluição do rio Alviela estão de qualquer modo a liquidar lentamente a população, expulsando-lhe a população e travando-lhe o desenvolvimento. De facto esta bonita vila ribatejana, «dista duas léguas de Alcanede e três de Santarém para o Norte», como a localizava o P. António Carvalho da Costa em 1712 na sua «Corografia Portuguesa», vive uma atmosfera de autêntico miasma que se entranha nas pessoas e nas coisas — como rudemente pudemos constatar ao deambularmos há dias por lá — desencadeando perturbações respiratórias e afecções oculares ainda não recensadas pelos Serviços Regionais de Saúde mas bastante conhecidas pelos seus habitantes que, entretanto, vão empurrando persistentes dores de cabeça à força de analgésicos. Se acharem a descrição excessiva, desloquem-se ao local.

A origem do mal está num rio que já foi fonte de vida e *ex-libris* da região. Falamos do Alviela, um célebre curso de água que abasteceu Lisboa através do Aqueduto das Águas Livres, que inspirou artistas e dinamizou inúmeras actividades lúdicas e recreativas, algumas de projecção internacional. Mas há 30 anos começaram a instalar nas suas margens a indústria de curtumes de Alcanena, o que rapidamente transformou o cristalino rio de outrora num esgoto a céu aberto. Hoje 70% da indústria nacional de curtumes está ali instalada, a par de algumas unidades de agro-pecuária que mais agravam a situação. Do antigo Alviela restam arvoredos e margens verdejantes chorando para um curso de água negra e infecta, que atordoia a paisagem com cheiros nauseabundos. E não é preciso tingir mais o quadro: o contraste é suficientemente brutal.

Convergem neste drama três posturas contraditórias: a do Governo de Cavaco Silva, que já por duas vezes decretou, pela voz do próprio Primeiro-Ministro, que o problema estava «resolvido com a inauguração da ETAR de Alcanena», a da

MORTE QUE LAVAS NO RIO

administração da referida ETAR (Estação de Tratamento de Águas Residuais), a empresa Aqualusa, que defende, em nome do desenvolvimento industrial, a aceitabilidade dos índices de poluição (que entretanto se compromete a baixar até aos níveis «tecnologicamente

possíveis» quando a estação estiver a funcionar em pleno) e, finalmente, a das populações afectadas (principalmente de Pernes e Vaqueiros) que acham que alguém terá de lhes «pagar a enorme factura» que já lhes devem. Entretanto o rio morto continua a sufocar a região. ■

■ Henrique Custódio

ALVIELA

Morte que lavas no rio

Pernes fica numa encosta debruçada para o Alviela. Antigamente mirava-se nele, passeava-se nas margens, pescava-lhe o peixe abundante, nadava nas águas do «rio transparente, que murmura, e por entre pedrinhas serpenteia», como se lhe referia Bocage num soneto. Hoje o Alviela parece um curso de alcatrão exalando cheiros pestíferos que sobem a encosta, pairam nas ruas, penetram nas casas e fazem da bela vila ribatejana, que já foi concelho entre 1514 e 1855, um lugar de chocante contradição de sentidos: o olhar deleita-se e o olfacto repugna-se. Esclareça-se que se a curiosidade nos levar à margem do rio (como nós fizemos, para tirar fotografias), a repugnância torna-se convulsiva.

Iniciámos a nossa visita à região com um encontro com o executivo da Junta de Freguesia de Pernes, no salão da sede. Era amplo, arejado e limpo. Mas cheirava mal. O rio estava a umas dezenas de metros. E as informações em cima da mesa, fornecidas pelo presidente do executivo, Vicente Batalha, acompanhado de Lúcio Caldeira, secretário, e José Viegas, tesoureiro, todos da CDU e eleitos por unanimidade (o executivo da autarquia tem quatro eleitos da CDU, quatro do PS e um do PSD).

Exprimindo-se com clareza e ponderando as afirmações, o presidente da Junta de Freguesia de Pernes começou por explicar as origens da poluição do Alviela, «essencialmente química e industrial prove-

Vaqueiros, a outra grande vítima da poluição do Alviela.

Da morte, segundo o nosso interlocutor: «Pensamos que o Alviela neste momento é uma fonte de morte lenta e tem sido, quanto a nós, um entrave ao crescimento e desenvolvimento da Freguesia, pois não há condições ambientais e de qualidade de vida que fixem as populações». Para Vicente Batalha também se tem de ençarar a questão dos «custos da poluição», a par dos custos de insularidade ou interioridade, apontando assim para «a grave factura que há a pagar a Pernes a partir dos anos 70, com o salto industrial que então se deu na região». E que, ainda por cima, nem veio beneficiar as populações agora atingidas pelo desastre.



Nestes tanques da ETAR a água do Alviela perde parte da sua impressionante massa poluidora, mas quando chega às cascatas de Pernes, muitos quilómetros abaixo, parece tão «lavado» como dantes



A ponte é romana, o local idílico, o rio negro e o cheiro nauseabundo

niente da indústria de curtumes no Concelho de Alcanena», sendo a mais nociva pois, além do mais, «apresenta uma alta quota de crómio»; há também a considerar a poluição resultantes das agropecuárias, o que faz do Alviela «um autêntico esgoto a céu aberto».

Irresistivelmente, veio à conversa a memória do Alviela despoluído, quando há 30 anos (altura em que surgiram as primeiras fábricas de curtumes) as suas águas ainda eram «a piscina dos pobres, um local privilegiado, um pólo de vida e um local de lazer, com azenhas em todo o seu percurso, moinhos, linhas de irrigação». E a electricidade. «Foi o Alviela que pela primeira vez deu luz eléctrica a Pernes em 1913, através de uma turbina instalada no rio, sendo a terceira povoação do País a ter luz eléctrica», sublinhava Vicente Batalha, acrescentando que Pernes «é a terra mais importante entre meia dúzia de freguesias», entre elas

«Não há problema!»

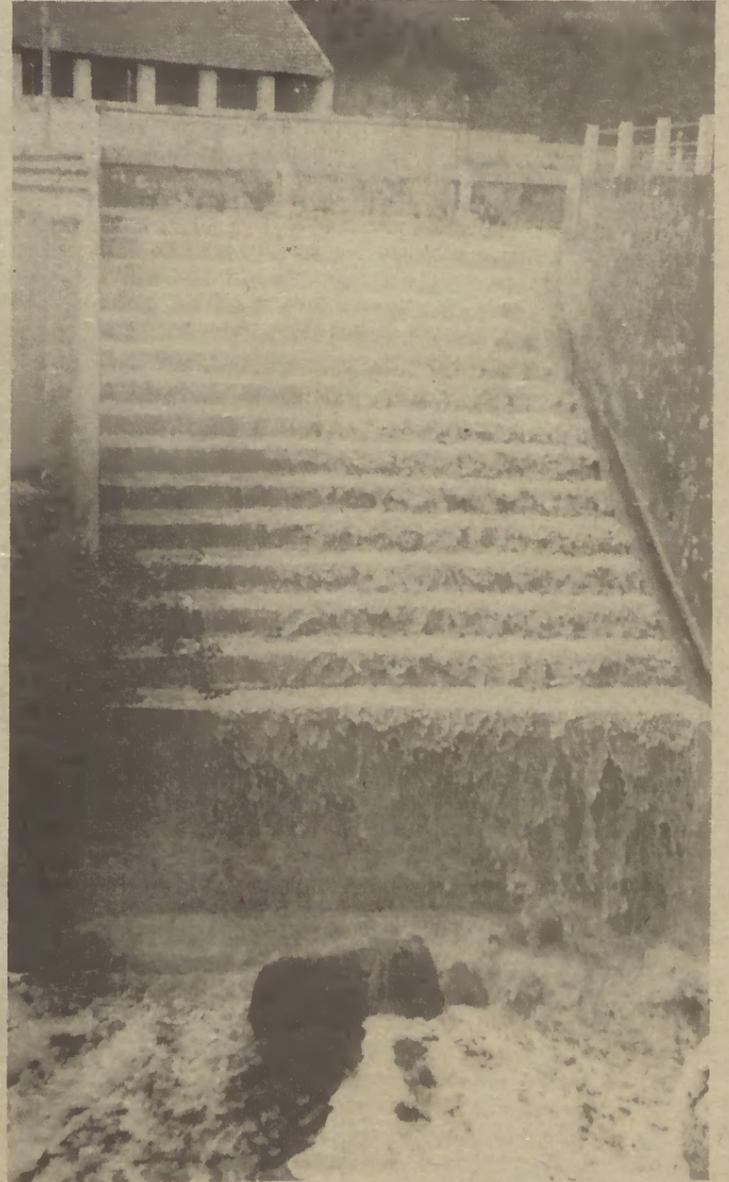
Das causas passou-se aos efeitos. «Não há dados rigorosos sobre os efeitos da poluição do Alviela na saúde dos habitantes — ponderou o presidente da Junta de Freguesia de Pernes — mas há muitas queixas da população sobre problemas respiratórios, nos brônquios, na vista, etc, enquanto o ar, como pode verificar, é quase irrespirável; a partir das 11 da noite então é insuportável, as pessoas não conseguem dormir. E as crianças?!...»

Com tudo isto, estranhámos que os Serviços Regionais de Saúde não tivessem ainda recenseado convenientemente o problema e o nosso interlocutor encolheu laconicamente os ombros: «Não sabemos de nada».

Foi exactamente para minorar os efeitos do desastre do Alviela que se projectou em 1978 uma Estação de

Tratamento de Águas Residuais (ETAR) a instalar no concelho de Alcanede, mas a obra só arrancaria em 1985, sendo «inaugurada» várias vezes pelo secretário de Estado da altura, Carlos Pimenta, e em 1988 por Cavaco Silva que, com toda a pompa e circunstância, diria na altura esta coisa impressionante: «agora vamos avançar para outros lados, que este caso já está resolvido!». Há dias, nas comemorações do Dia Mundial do Ambiente, voltaria a declarar que «o caso do Alviela já está resolvido» o que, segundo os nossos interlocutores, já lhe mereceu o epíteto de mentiroso na zona, mesmo entre os seus correligionários. E o caso não é para menos, como se pode constatar mesmo numa breve passagem por Pernes...

Entretanto a ETAR, segundo Vicente Batalha, «está a funcionar desde 1988 mas nunca teve equipamentos indispensáveis para a rentabilização do sistema, tais como a desidratação mecânica das lamas, o tanque de homoge-



neização e o aterro sanitário, estando presentemente a funcionar a 50%, segundo dizem os técnicos da Luságua, empresa que explora a ETAR.

Mas a ETAR avariou, «demonstrando que a estação fora mal projectada e dimensionada, tendo paralisado para obras; antes desta avaria o rio já apresentava alguns sinais de limpeza, que davam uma certa esperança, só

que a paralisação veio inflectir todo o processo, com a ETAR a descarregar para o rio toneladas de lama». E o presidente da Junta de Freguesia queixava-se: «as autarquias não foram consultadas, limitamo-nos a receber a 18 de Abril um ofício das Câmaras de Santarém e Alcanena que era uma cópia de um ofício dos Recursos Naturais a informar que as obras começavam em 16 de Abril, sem toma-

rem, por exemplo, em consideração que a indústria de curtumes pára em Agosto, altura portanto mais indicada para as obras.

«E os nossos pulmões?»

Deambulámos depois pela vila, sempre envolvidos pelo cheiro nauseabundo que evolava do rio. No



O cheiro sobe à povoação, palra nas ruas, entra-nha-se nas casas



Da esquerda para a direita, José Viegas, tesoureiro da Junta de Freguesia de Pernes, Vicente Batalha, presidente, e Lúcio Caldeira, secretário

restaurante onde almoçámos ou no café onde tomámos a bica, na rua e em todas as conversas que mantivemos com as pessoas, a revolta e a indignação eram expressões constantes do estado de espírito dos pernenses. Houve quem fizesse questão de levar-nos a casa para mostrar o efeito da corrosão do ar sobre metais, perguntando depois «se isto acontece nos objectos, como ficarão os nossos pulmões e o nosso organismo?», questão de facto inquietante face aos efeitos que vimos em copos pintados, bules, cristaleiras, medalhas, etc.

Fernando Jorge, um jovem e simpático industrial de torneados de madeira (indústria bastante desenvolvida na região), é um dos dinamizadores dos protestos da população, tendo mesmo promovido um abaixo-assinado com os cerca de 50 trabalhadores da sua fábrica (que fica à beira de água) e dirigido ao Primeiro-Ministro, convidando-o a visitar o local. Sendo militante do PSD e eleito autárquico pelo seu

partido, no caso do Alviela afirmou-se nos «100% contra o Governo» que acusa de «não ter feito leis em devido tempo para regulamentar a expansão industrial», considerando que «o problema foi terem afastado o Pimentinha e o Rui de Carvalho, que estavam a meter-se contra alguns interesses» e que «a população se tem mobilizado pouco». Outra autarca, mas do PS, Maria dos Anjos Patucho, mostrou-se indignada pela demagogia governamental face ao problema, acentuando que «o desenvolvimento económico de Pernes não se faz sem se resolver o problema da poluição do rio».

E, contudo, está morto...

Se o cheiro pestilencial do rio quase nos sufocou, sobretudo quando lhe fotografámos as outrora famosas cascatas de Pernes que hoje são escurredouros infectos, ao visitarmos os tanques da ETAR quase

vomitámos. Ali desemboca o rio com todas as lamas que foi recebendo ao longo do curso e a agitação, através de pás (chamemos-lhes assim), de toda aquela massa viscosa em tanques gigantescos produzia um fedor tão intenso e nauseabundo, que se ficava imediatamente à beira do vômito. Por aqui se pode imaginar a carga poluente que suportava o Alviela.

Fomos recebidos — muito simpaticamente, aliás — pelo engenheiro Salvador Marques, o senhor Gomes e, mais tarde, pelo director da Luságua, engenheiro Gozalbo, um catalão que está à frente desta empresa portuguesa que explora a ETAR de Alcanena. Manifestamente empenhados em minorar a poluição do Alviela, não resistiram, contudo, à visão tecnicista do problema. Conseguir uma água mais ou menos límpida estava fora de questão: se tecnicamente isso era admissível (no sentido de que hoje nada é impossível do ponto de vista tecnológico), economicamente era impensável. Daí, como argumentava o engenheiro Gozalbo, haver que admitir «alguns custos» em nome

do desenvolvimento económico, pois «não pode haver progresso sem poluição». A questão estará «em saber e querer controlá-la a níveis admissíveis». Quanto ao tão falado tanque de homogeneização, ali estava ele «em fase de conclusão, devendo entrar em funcionamento dentro de poucas semanas», tal como o da desidratação de lamas, igualmente em fase de conclusão. Segundo eles, com outro tanque de clarificação e mais um aterro sanitário, a ETAR ficará optimizada a 100%.

O pior é que o Alviela continuará morto e fedorento...

As reivindicações

Já no final da nossa visita, encontramos com dois dirigentes da Comissão de Luta Antipoluição do Alviela (CLAPA), o seu presidente, Joaquim Jorge Duarte, mais conhecido pelo «Diabo», e Fernando Esteves, tesoureiro. Considerando a ETAR «mal projectada, mal dimensionada e mal concluída» — facto de que a empresa

administradora não tem culpa — os nossos entrevistados consideraram que a questão do Alviela tem sido um «jogo de empurra», onde avulta a não disponibilização de verbas por parte do Governo para enfrentar seriamente o problema. Referindo que há interesses económicos nestas indefinições, nomeadamente pelo facto de os industriais estarem actualmente a utilizar gratuitamente os serviços da ETAR, pois recusam-se a pagar alegando que o sistema ainda não está pronto, os dois dirigentes da CLAPA alinharam para o nosso jornal as suas reivindicações imediatas, consignadas, aliás, nas reivindicações da Comissão de Luta:

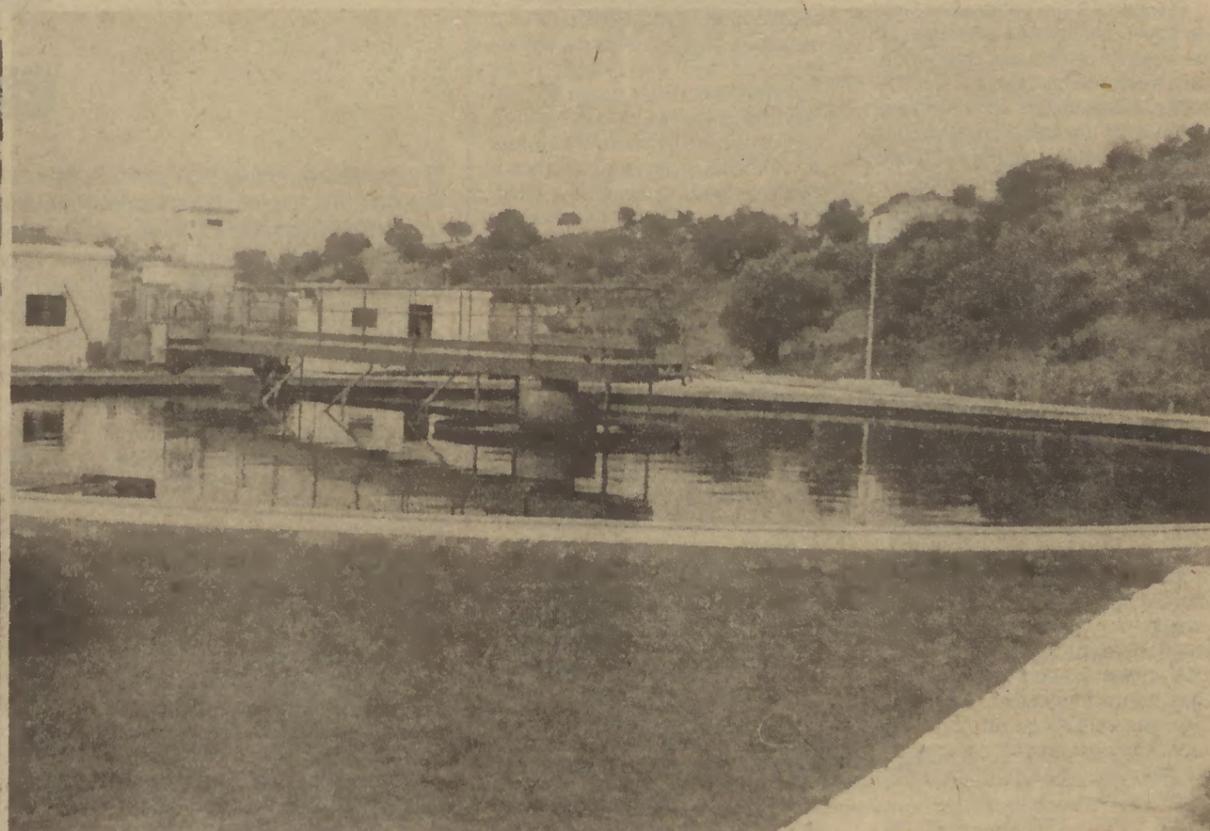
Medição rigorosa do ar para que, a partir daí, se imponham as normas internacionalmente aplicadas, o que exigirá o fechamento de fábricas; retorno para o Alviela do caudal que abastece o Aqueduto das Águas Livres, para engrossar o curso do rio, manter o nível hídrico e facilitar a limpeza; conclusão rápida das obras previstas para a ETAR; construção dos tanques de homogeneização e de mais decantadores (três à entrada e três à saída). ■



Joaquim Jorge Duarte, o «Diabo» (à esquerda), e Fernando Esteves, dirigentes da CLAPA



Engenheiro Gozalbo (ao meio, à esquerda, falando com Lúcio Caldeira, que nos acompanhou na visita); à direita da foto está o eng. Salvador Marques e à esquerda o sr. Gomes, responsável pela ETAR



Destes tanques sai a água da ETAR o «mais limpa possível» ou seja... preta

■ Anabela Fino

O SISTEMA MONETÁRIO EUROPEU

Sistema Monetário Europeu, mais conhecido por SME, está a dar que falar. As discussões técnicas sucedem-se, as opiniões dos especialistas abundam, a sigla tornou-se familiar à força de tanto ser repetida. O que não significa que a generalidade das pessoas saiba de facto do que se trata ou, o que é ainda mais importante, quais as suas implicações para Portugal. E no entanto o assunto diz respeito a todos nós, por muito que se queira fazer crer que isso são *coisas do Governo e da CEE*. A grande questão que hoje se coloca é a de saber *quando* vai Portugal entrar no SME e em que condições. Mas afinal, perguntar-se-á, o que é esse tal de SME? É o que passamos a explicar, de forma mais ou menos sucinta, no que se pretende seja um contributo para a compreensão do problema.

Recentes declarações de Cavaco Silva sobre a adesão do escudo, a breve prazo, ao Sistema Monetário Europeu (SME) provocaram enorme agitação no mercado externo da moeda portuguesa, com transacções que ascenderam, segundo informações vinda a público, cerca de 500 milhões de dólares. De acordo com declarações de um técnico do Banco Totta e Açores, em Londres, «foi um pandemónio», já que «toda a gente queria comprar escudos». O processo, especulativo, iniciou-se na Dinamarca, alastrando rapidamente aos mercados da RFA, Inglaterra e França. O Banco de Portugal teve de intervir para evitar uma excessiva apreciação da moeda portuguesa, enquanto em Basileia, na Suíça, o seu governador, Tavares Moreira, afirmava que a adesão ao sistema monetário europeu não ocorreria antes de 1992.

Para perceber melhor todo este «pandemónio» há que ter em conta que o SME é um arranjo cambial que existe desde 1979 entre a maioria dos países que integram a CEE. Trata-se, fundamentalmente, de um sistema em que há uma relação de câmbios entre as moedas dos países que dele participam. Até à data, integram o que se chama o mecanismo cambial do SME todos os países comunitários à excepção da Grã-Bretanha, Portugal e Grécia.



O sistema cambial

O sistema em si consiste no facto de haver uma relação estreita entre as taxas de câmbio das várias moedas. Neste momento, essa relação é feita na base do que se convencionou chamar as *bandas*. Existem duas *bandas*: a *banda estreita* e a *banda larga*. É fixada a taxa de câmbio inicial, na chamada *banda estreita*, as moedas podem variar entre +2,25 por cento e -2,25 por cento; na chamada *banda larga*, as moedas podem variar entre +6 por cento e -6 por cento do que a taxa de câmbio fixada. Actualmente, apenas a Espanha está na *banda larga*. Isto significa que, tendo em conta o peso relativo de cada moeda que integra o SME, no que se poderia designar por «cabaz de moedas», se chega à definição do valor do Ecu e da relação de cada moeda com ele. Se, por hipótese, uma dada moeda for igual a 0,35 do Ecu, essa será a taxa de câmbio fixada inicialmente para a moeda em causa; a partir daí, a mesma moeda pode variar dentro dos limites fixados pelas *bandas*, mas nunca fora delas. Como só a Espanha está na *banda larga*, isso significa que a maioria das moedas do SME têm uma reduzida margem de manobra.

Em termos práticos, na actualidade, como a *grande moeda*, a *moeda forte* do SME é o marco, isso

significa que todas as restantes têm de acompanhá-lo, já que essa é a moeda que impõe a dinâmica a seguir.

Quando Portugal aderir ao SME, o escudo, para poder acompanhar o marco em termos cambiais, tem de ter desde logo uma inflação muito próxima da da RFA, o que não sucede no presente. O que significa que, dada a tendência do marco para se valorizar, o escudo, acompanhando-o, tende igualmente a valorizar-se, pelo que as mercadorias portuguesas no exterior tenderão a ser cada vez mais caras, ou seja, perderão em termos de competitividade com as outras.

Poder-se-á perguntar: mas então não há vantagens em ter uma moeda forte? É evidente que sim, mas quando a economia do país é forte, e não apenas devido a uma valorização artificial. Sendo o marco uma moeda forte, que tem por trás uma economia forte, se o escudo se ligar a ele, tem de acompanhar a sua evolução enquanto moeda de uma economia forte, quando Portugal não tem uma economia forte, o que só prejudicaria a competitividade nacional no mercado externo, com as presumíveis consequências a nível interno (se se vende menos, produz-se menos; se se produz menos, o emprego pode ressentir-se).

Postas as coisas neste pé, chega-se ao busil da questão: vai ou não o escudo aderir ao sistema cambial do SME?

Um problema com várias incógnitas

Vale a pena referir a propósito que o escudo já faz parte do SME, não está e ainda integrado no seu sistema cambial; o escudo já tem uma relação com o Ecu, não está e é sujeito às limitações cambiais definidas pelas *bandas*.

Voltando à nossa questão, importa que se diga que estamos perante uma falsa questão, pois não se trata propriamente de uma escolha; face à integração comunitária e ao desenvolvimento em curso da Comunidade, o escudo tem mesmo de aderir ao SME. Resta saber quando e em que condições.

Os prós e os contras

Na situação portuguesa, em que a taxa de inflação é bastante mais elevada do que a média da CEE, em que a produtividade é menor, uma adesão imediata seria prejudicial para a economia, podendo traduzir-se numa desaceleração do crescimento. Mas uma entrada tardia para o SME poderá ser igualmente prejudicial, uma vez que a tendência é para acabar com a *banda larga*, em que a taxa de variação é de 6 por cento, o que significa que Portugal pode vir a ser confrontado - se a opção for tomada demasiado tarde - com a

necessidade de se integrar num sistema cambial com a reduzida margem de manobra permitida pela *banda estreita*.

Ou seja, se por um lado a entrada no sistema cambial do SME é desaconselhada enquanto a inflação nacional não estiver ao nível da média comunitária, enquanto não se registar uma certa estabilização do défice comercial e do saldo da Balança de Transacções correntes, por outro lado, a criação destas condições económicas, fundamentais, não podem ser protraídas indefinidamente, sob pena de vir a ter-se de fazer tal entrada nas piores condições.

Acresce, no entanto, que Portugal dispõe ainda de um período de transição que lhe permite não aderir de imediato àquele sistema cambial. Esta problemática está ligada à liberalização dos movimentos de capitais que, na generalidade dos países comunitários se inicia a partir do próximo dia 1 de Julho; Portugal ainda dispõe, pelo menos, até ao fim de 1992, sem fazer essa liberalização total.

Tudo visto e ponderado, parece legítimo concluir-se que esta problemática deve ser analisada, antes do mais, do ponto de vista económico e não do ponto de vista fundamentalmente político, ou seja, primeiro tem de criar-se as bases

que sustentem a adesão ao sistema cambial do SME. Assim, compreende-se mal a fixação de calendários, como têm vindo a fazer certos responsáveis políticos portugueses, com consequências negativas para a economia nacional, dando azo a especulações financeiras. Ainda recentemente o secretário-geral adjunto do PCP, Carlos Carvalhas, em declarações sobre esta matéria, afirmou que «o escudo não poderá ficar eternamente fora do SME», e defendeu que «a sua entrada deve concretizar-se logo que possível», mas sem para tal ser «marcado um prazo», dado isso depender dos pressupostos já referidos, bem como da entrada da Grã-Bretanha pois «seria desvantajoso ficar de fora apenas com a Grécia». Como fez notar Carlos Carvalhas, em causa está não só o SME, mas também as restantes fases da União Económica e Monetária e a construção do mercado único.

A União Económica e Monetária

A adesão ao sistema cambial do SME, bem como o mercado único, faz parte da primeira fase da constru-

ção da União Económica e Monetária (UEM), de que tanto se vem falando nos últimos tempos; numa segunda fase, o objectivo é a redução das *bandas*; na terceira fase, passar-se-á às paridades fixas das moedas, ou seja, sem *bandas* de flutuação cambial.

Não é difícil antever o desenrolar dos acontecimentos neste âmbito: como, do ponto de vista político e económico, Portugal e a Grécia não têm peso real na Comunidade, e a Espanha é o único país ainda na *banda larga*, assim que a Grã-Bretanha aderir ao sistema poderá assistir-se à tentativa de acabar com ela, passando a haver apenas uma *banda*, a *banda estreita*. Ora, se a libra entrar, preparado ou não Portugal terá então de o fazer também, e será fundamental que até lá tenha garantido a possibilidade de conseguir manter a *banda larga*.

Se se tiver em conta o facto de, para as deliberações respeitantes à liberalização da parte monetária, não ser exigida a unanimidade, a nível comunitário, facilmente se compreende que o processo faseado da União Económica e Monetária (UEM) tem condições para avançar, seja qual for a posição dos parceiros menores sobre o assunto. Pelo que estes deverão não descurar as suas possibilidades negociais, designadamente através de tomadas de



posição que ultrapassem o mero posicionamento governamental. E sobretudo, a posição a assumir deve ser ditada pelos interesses nacionais e não por interesses eleitorais.

De registar, a propósito, que a unanimidade só é exigida para as questões respeitantes à coesão económica e social, que continua a marcar passo enquanto as questões do capital avançam de vento em popa. ■



SME, agora ou quando?

Cavaco e Tralcher estão parados no tempo. Quando o Reino Unido aderir Portugal não terá outro remédio.

Para uma adesão ao SME, Portugal precisa de condições económicas favoráveis. A inflação deve ser controlada e a produtividade aumentada. O governo deve tomar medidas para melhorar a competitividade das empresas portuguesas.

Portugal não tem alternativa. A adesão ao SME é inevitável, mas deve ser feita em condições que não prejudiquem a economia nacional.

ECONOMICO

200 MILHÕES DE DÓLARES NO MERCADO DO ESCUDO

ADEÇÃO AO SME PROVOCA PROCURA MACIÇA DE ESCUDOS

MAIS DE 500 MILHÕES DE DÓLARES

BANCO DE PORTUGAL TRAVA ESPECULAÇÃO CONTRA O ESCUDO

A especulação provocou o aumento do preço do escudo, o que levou o Banco de Portugal a intervir no mercado para estabilizar o valor da moeda.

União Económica e Monetária ao serviço dos países ricos

O processo da União Económica e Monetária (UEM), que tem estado em discussão através do relatório Delors, vai conhecer na reunião do Conselho Europeu, em Dezembro, um novo impulso. Fundamentalmente a nível monetário. O que favorece em particular os países mais fortes. Ao mesmo tempo, a parte que mais interessa aos países menos desenvolvidos, como é o caso de Portugal, a parte respeitante à coesão económica e social, continua praticamente estagnada ou, na melhor das hipóteses, a avançar muito lentamente.

O processo de coesão económica e social tem como objectivo, teoricamente, desenvolver as políticas necessárias para reduzir e eliminar no futuro - o fosso que separa os países menos desenvolvidos dos mais desenvolvidos. Para a sua concretização foram previstas políticas de reforço do desenvolvimento regional, que não estão a ser levadas a cabo com a intensidade que seria necessária. No essencial, e em termos práticos, as medidas que foram tomadas referem-se ao reforço dos fundos estruturais até ao final de 1992, desconhecendo-se de momento o que vai suceder, mesmo a nível destes fundos, a partir daquela data.

Marcada que foi uma data para a concretização do processo, até final de 1992 com possibilidades, alguns casos, de se prolongar até 1995, torna-se legítimo perguntar: o que acontecerá então, se findo esse prazo continuarem a subsistir (como certamente vão continuar) as pro-

fundas desigualdades que hoje se registam entre os Doze?

Ninguém respondeu até agora a esta questão.

O que se verifica é que o que está a avançar rapidamente é o processo respeitante à parte monetária, a integração monetária, enquanto a integração económica e social pouco ou nada evolui. Não é por acaso que é justamente neste aspecto que é exigida a unanimidade, pelo que basta um dos Doze opor-se a qualquer medida para que o processo fique parado. E este é o âmbito onde se inserem questões como os direitos e regalias dos trabalhadores, das populações, a nível comunitário.

Registe-se, por outro lado, o facto do avanço da união monetária favorecer sobretudo os países mais desenvolvidos que, liderando o processo, se vão reforçando, enquanto países como Portugal, obrigados a seguir sem na realidade estarem em igualdade de circunstâncias, vão perdendo a sua competitividade; os preços dos produtos vão ficando

cada vez mais ao mesmo nível, mas como a produtividade é menor, significa que vão ficando mais caros, o que só beneficia os seus concorrentes dos países desenvolvidos.

Ou seja, a UEM, da forma como está concebida - incluindo o Sistema Monetário Europeu que visa *amarra* as moedas à moeda mais forte, isto é o marco, visa favorecer os países mais desenvolvidos; em troca, e quase funcionando justamente como moeda de troca, são atribuídos os fundos estruturais que, sendo importantes, não passam todavia de uma gota de água nas necessidades de desenvolvimento.

É preciso um debate nacional

Toda esta situação se complicará com a passagem à segunda fase da UEM, com a criação do chamado sistema europeu de bancos centrais, em que passará a haver uma maior

coordenação dos bancos centrais de cada país, ainda que cada um continue a ter a sua autonomia. Na terceira fase, com o estabelecimento da paridade cambial fixa, já com a completa liberalização dos movimentos de capitais, a política monetária da comunidade passaria a ser gerida apenas por um banco, o banco central, hoje designado por sistema europeu de bancos centrais, ou Euro-fec. Em termos práticos, este banco, a concretizar-se, irá agir a política comunitária de acordo com a moeda fundamental, ou seja, o marco.

É claro que, previsivelmente, a moeda comunitária não será o marco, mas o Ecu ou qualquer outra que se venha a criar e que não corresponda a nenhuma das já existentes. O facto da moeda constituir, desde tempos remotos, um símbolo de soberania, continua a pesar na mentalidade dos povos, que não aceitam de bom grado ficar sem a sua moeda.

Como se pode perceber, toda esta matéria em discussão a partir do plano Delors, verdadeira base da

União Económica e Monetária, tem implicações da maior importância para o futuro do país, enquanto parte integrante da Comunidade. Sendo certo que, desde meados de 1989, esta matéria está no centro dos debates a nível comunitário, não se compreende que, em Portugal, continue a estar no domínio exclusivo do Governo. Até à data, o executivo nunca discutiu esta matéria com a Assembleia da República, quer a nível de plenário quer de comissões específicas, nem sequer com os parceiros sociais. E isto apesar de repetidamente Cavaco Silva anunciar a realização de um *debate nacional* sobre a matéria, agora que se perfila no horizonte também uma União Política a nível comunitário. Em Dezembro, quando se realizar a conferência intergovernamental sobre a União Económica e Monetária, é bem possível que sejam tomadas decisões importantes, nestas duas áreas. Governamentalizando-as, o Governo português não só presta um mau serviço ao país, como arrisca comprometer o seu futuro. ■

Mercados acreditaram excessivamente nas declarações do primeiro-ministro

disse ao DN Miguel Beza sobre subida do escudo

As declarações do primeiro-ministro Miguel Beza sobre a adesão ao SME, que foram interpretadas como uma sinalização de abertura para a entrada de Portugal no sistema monetário europeu, foram recebidas com entusiasmo pelos mercados financeiros. No entanto, a análise mais cuidadosa revela que a posição do governo é ambígua e que a adesão ao SME não é uma decisão simples.

Miguel Beza afirmou que Portugal precisa de condições económicas favoráveis para aderir ao SME. No entanto, a sua declaração foi interpretada como uma sinalização de abertura para a entrada de Portugal no sistema monetário europeu, o que levou a uma apreciação do escudo e a uma procura maciça de moedas estrangeiras.

O Banco de Portugal, preocupado com a especulação, interveio no mercado para estabilizar o valor do escudo. Esta intervenção foi vista como uma medida de precaução para evitar uma valorização excessiva da moeda portuguesa.

A adesão ao SME é uma decisão que deve ser tomada com cuidado, pois implica a integração da economia portuguesa no sistema monetário europeu. É necessário avaliar cuidadosamente as vantagens e desvantagens desta opção, bem como as condições necessárias para a sua realização.

A imprensa tem dedicado atenção à questão da entrada do escudo no SME, o que não deixa de ser revelador do interesse sobre o assunto e da necessidade de um debate nacional

Universitário Estádio de lástima

A Federação Internacional de Atletismo decidiu ao princípio do mês realizar na Coreia do Sul o campeonato mundial de juniores da modalidade, em 1992. Lisboa foi a outra candidatura apreciada na reunião de Estugarda. A opção da FIAA tem como pano de fundo o avançado estado de degradação em que se encontram as instalações do Estádio Universitário e vem agravar as preocupações dos que mais interessados estão na sua recuperação rápida: os estudantes e atletas.

«A Coreia apresentou toda uma aldeia olímpica, e nós apenas projectos». Foi assim que o secretário-geral da Federação Portuguesa de Atletismo comentou à «Gazeta dos Desportos» (6 de Junho) as condições que suportaram a candidatura alfacinha.

«Temos de ser mais realistas — afirmou Vítor Mota quanto à pos-

sibilidade de se realizar em Lisboa o próximo mundial de juniores de atletismo. — É necessário que as entidades oficiais comecem desde já a construir as pistas no Estádio Universitário para que aquilo que agora se ventillou possa ser uma realidade daqui a sensivelmente dois anos, quando em nova reunião se decidir o campeonato de 1994».

S.O.S.

A degradação e a falta de manutenção das instalações do Estádio Universitário de Lisboa levaram a que no início deste ano fosse cons-

A comissão é composta por José Paulo Fortes (tesoureiro do Clube Desportivo Universitário de Lisboa), José Luís Albuquerque (presidente da mesa da AG do Instituto Superior de Economia), José Gomes (ex-atleta do CDUL), Luís Horta (atleta do Benfica), Luís Urbano (presidente do Conselho Fiscal da Associação Académica de Lisboa) e Costa Lourenço (atleta e utente do Estádio). Uma das suas primeiras iniciativas foi o lançamento de um abaixo-assinado em defesa do EUL que foi já subscrito por cerca de 10 mil pessoas; assinaram-no — além de estudantes, técnicos e dirigentes



Um dos receios dos utentes do Estádio Universitário de Lisboa é que, com a rentabilização financeira exigida pela lei orgânica deste Governo, a utilização das instalações desportivas fique sujeita ao pagamento de elevadas taxas

Mundial já se foi futuro não é certo

tituída uma comissão de utentes que colocou como um dos seus objectivos principais fomentar a discussão pública sobre a defesa do EUL, procurando salvaguardar o acesso de todos os estudantes universitários e utilizadores do Estádio face a possíveis limitações (nomeadamente através de taxas elevadíssimas que eventualmente sejam instituídas.)

desportivos, jornalistas, antigos e actuais atletas de renome — quarenta deputados de todas as bancadas da AR, a quase totalidade dos vereadores da Câmara Municipal de Lisboa e mais de metade dos vogais de juntas de freguesia da capital responsáveis pela área do desporto.

A 17 de Maio a comissão de utentes — embora impedida pela direcção do Estádio Universitário de fazer uma visita guiada às instalações — alertou a comunicação social para a situação degradante a que chegou o EUL e manifestou o seu desejo de que os responsáveis façam qualquer coisa.

O Estádio Universitário de Lisboa — lembraram na altura — já teve em funcionamento 2 pavilhões ginodesportivos, 3 courts de ténis, 2 ringues de futebol de salão, 5 campos relvados e um campo pelado (3 destes campos com iluminação), 3 balneários e um circuito de manutenção. Agora, como vê quem ainda lá vai, um pavilhão ginodesportivo está fechado há mais de um ano, funcionando apenas o anexo; o outro pavilhão está a fazer de arrecadação; o campo de rúgubi está em condições muito precárias, tal como os balneários; a pista de 400 metros está praticamente encerrada; o circuito de manutenção foi destruído com as obras do Metropolitano, o mesmo sucedendo aos vários campos relvados de futebol, modalidade que está agora limitada a um campo relvado e um campo pelado (que não tem as dimensões regulamentares).

Rentabilizar à custa de quê?

Reagindo à decisão da FIAA, num comunicado do passado dia 6, a comissão de utentes considera que «esta escolha de Seul vem agravar as preocupações dos adeptos do atletismo, para quem a escolha de Lisboa poderia significar a certeza de que teríamos em breve instalações condignas para os estudantes universitários e outros utentes, e onde a Federação e a Associação de Atletismo poderiam realizar as suas provas».

Uma das fontes de preocupação é a nova lei orgânica do Estádio Universitário, que obriga a que dois terços das despesas do seu funcionamento e manutenção sejam suportados com receitas próprias; o risco, evidente, é levar a que uma política de rentabilização financeira das instalações prejudique o desenvolvimento desportivo. ■



Se as competições se fizessem em projectos, o Mundial de juniores de 1992 poderia ter sido marcado para o Estádio Universitário. Será possível para 1994?

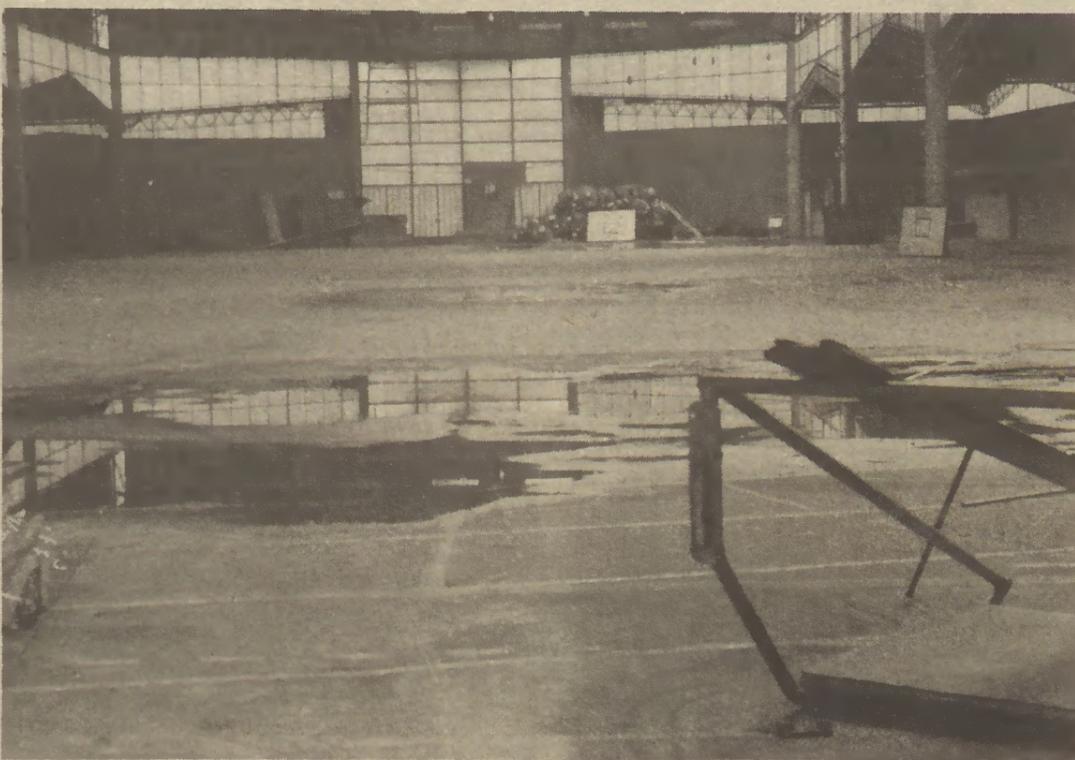
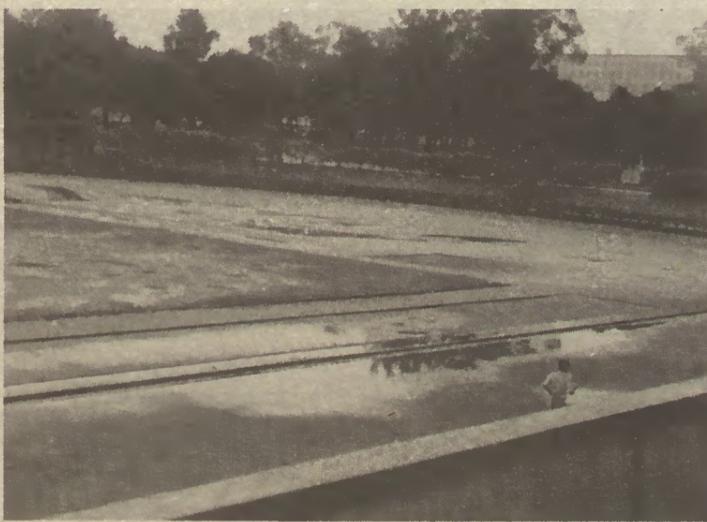
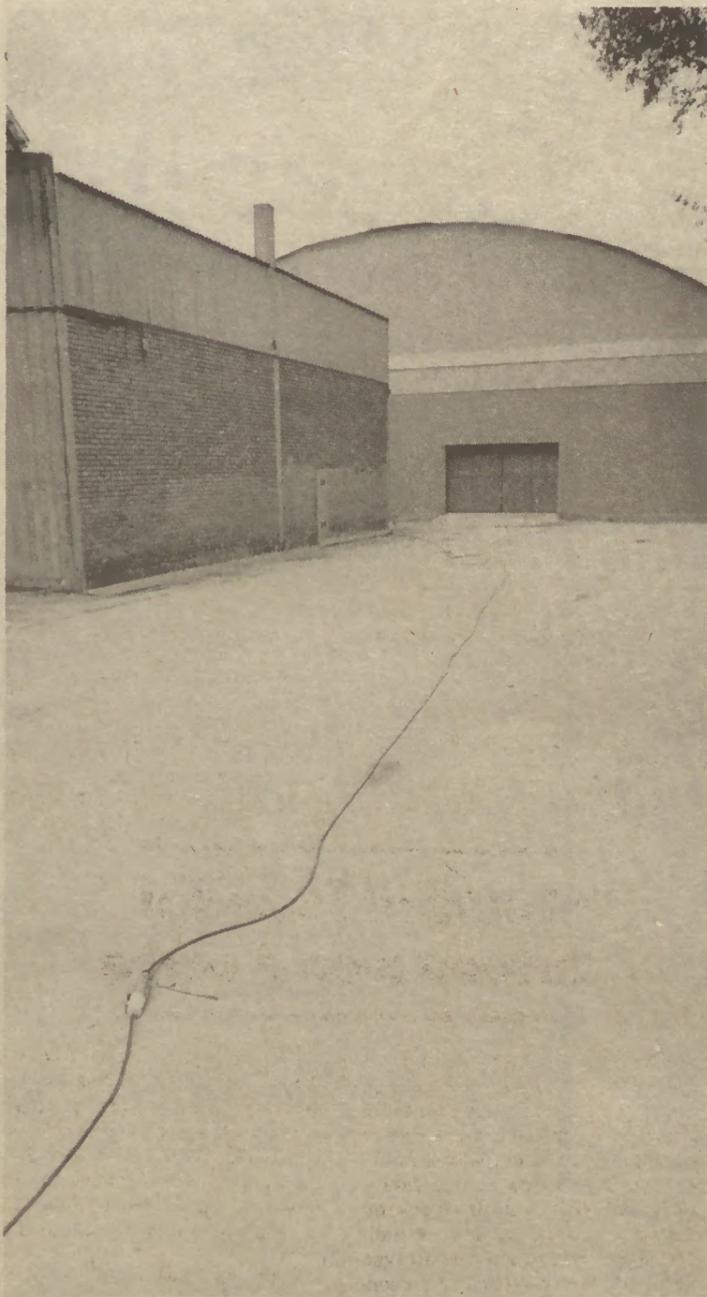
Aflija-se, sr. ministro!

Interpelado na Assembleia da República pelo deputado comunista António Filipe sobre a situação do Estádio Universitário de Lisboa, as responsabilidades e as medidas previstas, o ministro da Educação desfez-se em generosidade e elogiou fartamente a acção do Governo do PSD para a recuperação das instalações. Para puxar ainda mais brasas para a sua sardinha pegou até numa tenaz alheia: «A própria Federação Internacional de Atletismo, através de uma delegação de alto nível constituída por cinco dos seus membros, que recentemente visitou o País e visitou o Estádio, teve palavras de muito apreço e de muito louvor por aquele espaço e pelos trabalhos em curso para a sua recuperação, tendo mesmo afirmado no relatório que elaborou, e que já é público, considerar que o Estádio Universitário de Lisboa poderá vir a ser a sede do próximo Campeonato do Mundo de Atletismo, na categoria de juniores».

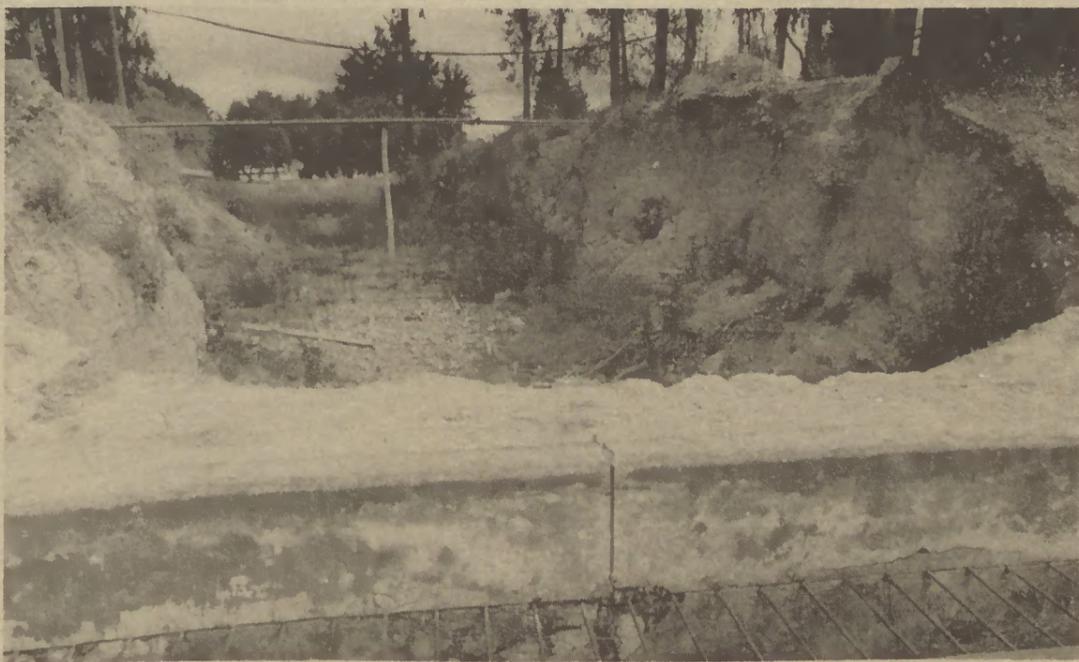
Isto dizia o ministro Roberto Carneiro em 27 de Abril. E falava nas obras já adjudicadas, nas outras que estão prestes a sê-lo, nas obras em curso e nas outras já feitas... Quando o deputado do PCP lhe falou da dificuldade em concretizar nos prazos previstos o plano de recuperação do Estádio com as verbas inscritas no PIDDAC para 1990, o ministro respondeu: «Não se aflija».

Mas os números do ministro, pelos vistos, não convenceram a Federação de Atletismo. O Estádio Universitário de Lisboa teria boas condições para o Mundial de 1992... se fosse recuperado até lá.

Esperemos que Roberto Carneiro se aflija, com a opção da FIAA, o suficiente para fazer avançar os trabalhos no Estádio a tempo do Mundial de 1994.



Um pavilhão gimnodesportivo feito arrecadação e um campo de rãguebi feito lamaçal. O fio condutor é a degradação das instalações. A falta de condições ainda se consegue sobrepor a força de vontade dos atletas



Há mais de um ano que este buraco junto à pista de 500 metros corta o circuito de manutenção e a estrada



Isto eram campos de rãguebi. Não o são desde que o Metropolitano ali teve que fazer obras

10 mil já assinaram

O abaixo-assinado em defesa do Estádio Universitário de Lisboa recebeu já o apoio de cerca de dez mil subscritores, segundo revelou a comissão de utentes do EUL no comunicado em que comentava a decisão da FIAA.

Uma primeira lista divulgada pela comissão revelava alguns dos nomes: Alfredo Barbosa, Ana Oliveira, Anacleto Pinto, Abreu Matos, Adérito M. S. Campos, Anselmo Aníbal, António Abrantes, António Caeiro, António Campos, António Elói, António Filipe, António Guterres, António Reis, António Simões, António Vilela, Armando Aldegalega, Armando Rocha, Arons de Carvalho, Assunção Marques, Batista-Bastos, Bernardo Manuel, Bernardo Vasconcelos, Carlos Brito, Carlos Cardoso, Carlos Carvalhas, Carlos Cruchinho, Carlos Lage, Carlos Lelis, Carlos Lilaia, Carlos Lisboa, Carlos Lopes, Carlos Patrício, Carlos Pinhão, Carlos Queirós, Cecília Catarino, Celorico Moreira, Cidálio Caetano, Corregedor da Fonseca, David M. Ferreira, Dinah Alhandra, Diogo Madeira, Dionísio Castro, Domingos Castro, Edite Estrela, Eulália Mendes, Eusébio, Ezequiel Canário, Fernando Condesso, Fernando Correia, Fernando Mamede, Ferraz de Abreu, Filipe Lombá, Fonseca e Costa, Francisco Alves, Francisco J. Silva, Galvão Correia, Guerra de Oliveira, Helena Roseta, Herculano Pombo, Hermínio Martinho, Hugo dos Santos, Ilda Figueiredo, João Amaral, João Camilo, João Campos, João Lima, João Manha, João Paulo Bessa, João Santos, Joaquim Pinheiro, Jorge A. P. Soares, Jorge Barata, Jorge Martins, Jorge Miranda, Jorge Roque Cunha, Jorge Vieira, José Carvalho, José Constantino, José de Freitas, José G. Ramos, José Goulão, José Leitão, José Lello, José Magalhães, José M. Mendes, José Regalo, José Santos Costa, Licínio Moreira, Lima Basto, Lima Santos, Lucília Soares, Luís Coimbra, Luís Horta, Luís Sá, Machado Rodrigues, Manuel Alegre, Manuel Faria, Manuel Matias, Manuel Martins, Manuel Soares Costa, Marcelo Rebelo de Sousa, Mário Moniz Pereira, Mário Silva, Mário Sottomaior Cardia, Melo de Carvalho, Montalvão Machado, Narana Coissoró, Neves de Sousa, Nuno Delreu, Nuno Frischknecht, Octávio Pato, Paula Coelho, Paulo Camacho, Paulo Frischknecht, Paulo Trindade, Rafael Marques, Raimundo Mendes, Raúl Rego, Rego Mendes, Ricardo Tavares, Rita Borralho, Rogério Azevedo, Rosa Mota, Rui Borges, Rui Caçador, Rui Cartaxana, Rui Godinho, Santos Costa, Sequeira Andrade, Sérgio Ribeiro, Shintaro Yokochi, Teotónio Lima, Vasco Franco, Vata, Vicente Costa, Vítor Fonseca, Vítor Serpa, Vítor Hugo, Zoniano Afonso.



Pontos Cardeais

Avenida da Liberdade

O futuro da Avenida da Liberdade foi tema do primeiro debate «Forum Lisboa» promovido pela Câmara Municipal de Lisboa, no início da semana. Estilos arquitectónicos, revitalização da que é considerada quase um emblema da cidade, foram alvo de troca de impressões entre especialistas e técnicos, nacionais e estrangeiros. Poucas foram as vozes que se levantaram a defender o «bota-abaixo» que vem sendo praticado na Avenida e muitas as que defenderam a necessidade de recuperar o património arquitectónico da mesma, que vale pelo seu conjunto, enquanto centro histórico nacional a preservar. Um debate interessante, mas a exigir a passagem rápida à tomada de

decisões, antes que seja demasiado tarde. É que a «nossa» Avenida da Liberdade está cada vez mais nas mãos de estrangeiros, com os suecos e os *nuestros hermanos* na dianteira, ao ponto de haver para aí quem já diga que um dia destes descobrimos que em vez de uma avenida temos no centro de Lisboa uma *calle*.

Fraudes com o FSE

A Polícia Judiciária já enviou para o Ministério Público um processo respeitante às investigações sobre eventuais fraudes com os subsídios do Fundo Social Europeu que implicam o Grupo Amorim. Segundo os dados recolhidos, a fraude atinge um montante de cerca de 400 mil contos e

envolve pelo menos três empresas daquele grupo. O montante que, segundo fontes da empresa, foi gasto em «acções de formação profissional» realizadas dentro da mesma.



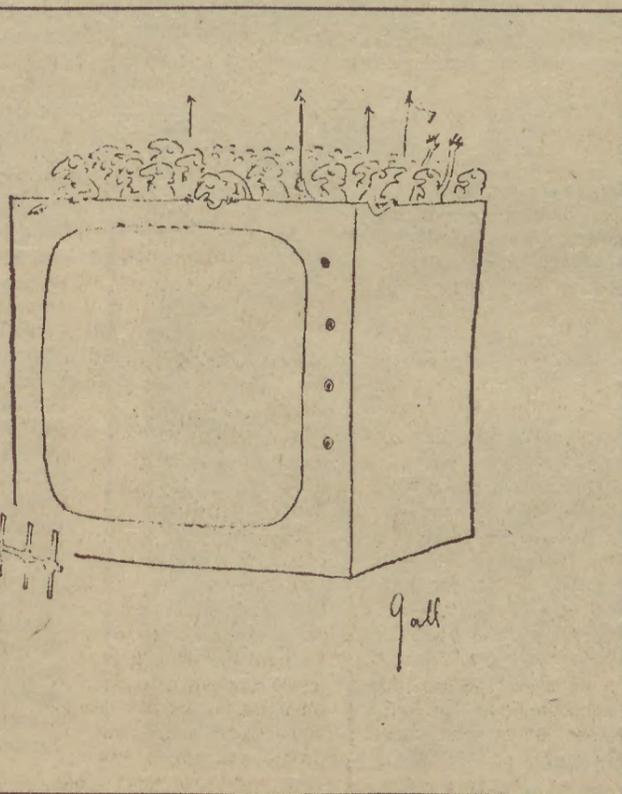
Espera-se a todo o momento que venham a ser emitidos mandatos de captura. Ao contrário do que se possa pensar, este caso — a confirmarem-se as suspeitas policiais — não passa de uma gota de água no oceano das irregularidades cometidas com verbas do FSE que, segundo se julga, ascendem a nada mais nada menos do que a 13 milhões de contos. A ser verdade, não há dúvida que muita *formação* se fez por esse país fora nos últimos quatro anos.

Prá prisão, já!

O Procurador-Geral da República, Cunha Rodrigues, acaba de tomar uma decisão inédita: solicitou a declaração de inconstitucionalidade da decisão governamental que permite a prisão dos contribuintes que não paguem multas e outras dívidas ao fisco. Tudo começou com a

aprovação do novo Regime Jurídico das Infracções Fiscais Não Aduaneiras, ainda da autoria de Miguel Cadilhe — o tal que não pagou, *legalmente*, uma data de massa nas suas trocas de compra e venda de casas — que prevê a conversão automática em prisão de várias multas fiscais não pagas no prazo legal. De uma penada, o Regime salta por cima das disposições constitucionais que garantem que *ninguém pode ser prejudicado ou privado de qualquer direito*

em razão da sua situação económica ou que possibilitar que sejam privados da liberdade os cidadãos sem meios económicos para a liquidação das multas representa uma discriminação em função da situação económica, entre outras. Acresce ainda que o mesmo Regime entra em contradição com o próprio Código Penal, que estipula que só vai preso quem não pagar as multas devidas e *injustificadamente* não quiser substituí-las por dias de trabalho em favor do Estado. E mesmo assim, o prazo máximo de prisão não vai além dos 200 dias, ao contrário do que pretende o Governo que estipula 666 dias de prisão pelo não pagamento voluntário das multas fiscais. Como o Tribunal Constitucional só se deve pronunciar sobre a matéria depois do verão, é de temer que haja contribuintes a passar as férias a ver o sol aos quadradinhos.



Gazetilha

por Ignotus Sum

Mistério?

Mano infeliz
onde estará?
Em que país?
Em que Rabat?
Ninguém o diz.
Por que será?

Um caso sério
esta incerteza.

Mas que mistério!
Mas que beleza!

Em que ficamos?

Os Rolling Stones
em Portugal.
Muitos mirones
muito metal...

Viagem querida!
Assim é que é,
gozar, cantar...
Vieram ganhar
o maior cachet
da sua vida...

Afinal
como é que é?
Como é que eu fico?
Portugal
é o pobre ou o rico
da CEE?

Droga

Mais um dever
o governo se arroga
e desta vez vai ser
o combate antidroga

Há verbas disponíveis
uma coisa que nunca aconteceu
e a todos os níveis.
A droga já vai ver o que a espera...

Mas digo o que já disse:
é tudo uma aldrabice.

Como é que ele combate
a droga, e afinal
se serve dessa droga-disparate
que é o Telejornal?...

Sua majestade

Dormem agrilhoados ao relento
milhares e milhares de londrinos.
Não por quaisquer desejos bizantinos
nem, claro, por amor ao vento e ao frio...

Pra lhes darem, enfim, algum alento
foram dormir com eles uns grã-finos
atacados de humor repentinos
de ternura, de amor, de sentimento...

Depois, findos os transe violáceos,
voltaram à quentura dos palácios
ao doce coberto de boa fibra.

Nos outros, a miséria continua.
Ei-los erguendo, entre os jornais, na rua
louvor a Sua Majestade — a Libra...

Agenda

Avante!

Ano 60 - Série VII
N.º 861

21 de Junho de 1990

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

• Lisboa

Política de Saúde em debate

A direcção do sector de Saúde da Organização Regional de Lisboa promove hoje no Hotel Roma, a partir das 21 horas, um colóquio-debate sobre **Lei de Bases da Saúde e perspectivas da política de Saúde**.

Estão previstas intervenções introdutórias de **Isabel Sanches, Orlando Leitão, Rui Pinhão, Souto Teixeira e João Camilo**.

Iniciativas de convívio

Hoje ainda, no Terraço do CT Vitória, **trabalhadores da TAP** reúnem-se em convívio a partir das 21.30.

Amanhã à noite, no mesmo local, tem lugar a **Noite de Fado** — uma iniciativa da Zona Oriental de Lisboa do PCP em que participam, entre outros, **Celeste Bragança, Fernando Machado, Georgete Jesus, Isabel Correia, Jaqueline, Lena Lemos, Lina Costa, Maduxa Silva, Magda Iolanda, Manuel Jesus, Mirita Machado, Vítor Lemos, Kim Almeida** e a vencedora da Grande Noite do Fado 1990, **Vanessa Sara**.

Reservas de mesas podem ser ainda feitas pelos telefones 87 45 07, 56 16 72 e 53 21 61.

No sábado a DORL promove um convívio com **democratas não militantes do PCP**. A partir das 21.30, com música e serviço de bar e uma intervenção de **José Casanova**.

A situação nas empresas

Com início às 14.30 no Centro de Trabalho Vitória e a participação do camarada **José Casanova**, realiza-se no próximo sábado uma reunião da **Comissão Ampla de Empresas da DORL** para discussão das mutações que se estão a verificar no plano da reestruturação de empresas, com a introdução de novas tecnologias, alterações nos ritmos de trabalho, subcontratação, trabalho a prazo, entrada de novos trabalhadores, rescisões de contratos, redução do número de trabalhadores, etc.

Festa popular na Praça da Figueira

Como havia prometido no início da campanha de esclarecimento e intervenção política que se seguiu ao XIII Congresso, a DORL promove no fim do mês de Junho — no dia 29, a partir das 20 horas — uma **festa popular na Praça da Figueira** no decurso da qual se realiza um comício com a participação de **Carlos Carvalhas**.

• Amadora

No âmbito da festa-convívio promovida pelo PCP no Parque 25 de Abril da **Damaia**, realiza-se às 18 horas um comício que tem a participação do camarada **Carlos Carvalhas**.

• Póvoa de Sta. Iria

No Centro Social realiza-se amanhã, às 21.30, por iniciativa da organização local do PCP, uma sessão-debate em que participa o camarada **Carlos Brito**.

• Barreiro

Realiza-se amanhã, a partir das 21 horas, no Centro de Trabalho da Comissão Concelhia, uma reunião desta estrutura partidária, alargada a todos os Organismos de Direcção.



• Faro

É também amanhã que tem lugar em Faro uma reunião do Plenário da DORAL, que discutirá e aprovará o plano das grandes iniciativas do PCP na região algarvia até final do ano. Será ainda feito o balanço do andamento da campanha dos 150 Mil Contos e aprovado o projecto de participação do distrito de Faro na Festa do «Avante!».

• Sintra

Quadros técnicos e intelectuais do concelho de Sintra reúnem-se na quarta-feira, dia 27, no restaurante típico «Almocreve», em **Rio de Mouro (Velho)**, num jantar-convívio promovido pela Comissão Concelhia de Sintra.

Participa o camarada **Octávio Teixeira**. As inscrições podem ser feitas nos Centros de Trabalho de **Algueirão, Cacém e Queluz**.

Entretanto, hoje, no CT de **Belas**, realiza-se um Encontro da CDU com a participação de **Lino Paulo**. É às 21.30.

Amanhã, no CT de **Rio de Mouro**, a camarada **Marília Vilaverde Cabral** participa num debate sobre a Resolução Política do XIII Congresso.

• Queijas

Os **Festejos dos Santos Populares** que desde o dia 9 têm animado o recinto junto ao Centro de Trabalho do PCP encerram naquele local na noite do próximo sábado. Perante um «trono de Sto. António», haverá mais uma vez baile e variedades e a imprescindível sardinhada.

• Parede

A aplicação ao trabalho quotidiano do Partido das decisões do XIII Congresso é tema do debate que a Comissão



de Freguesia do PCP promove no domingo, a partir das 16 horas, na Cooperativa da Parede, com a participação do camarada **José Casanova**.

• Ílhavo

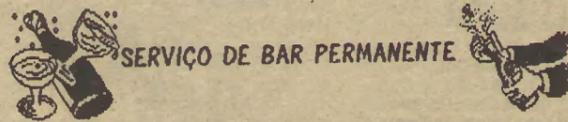
A Comissão Concelhia de Ílhavo do PCP propõe aos seus conterrâneos, para o fim de tarde e a noite de 24, a grande **Festa de S. João** que organiza no Jardim Municipal. Com um serviço de bar permanente, a festa inclui, às 18 horas, um concerto de música rock com a banda «O Enforcado» e a partir das 21.30 **Arraial** animado pelo conjunto «The Pop Men».

ILHAVO JARDIM MUNICIPAL FESTA DE S. JOÃO

24 DE JUNHO DE 1990

18h00 - Concerto rock com a banda "O ENFORCADO"

21h30 - Arraial com o conjunto "THE POP MEN"



FESTA POPULAR

P.C.P.

23 de Junho
Sábado

Parque 25 de Abril
DAMAIA

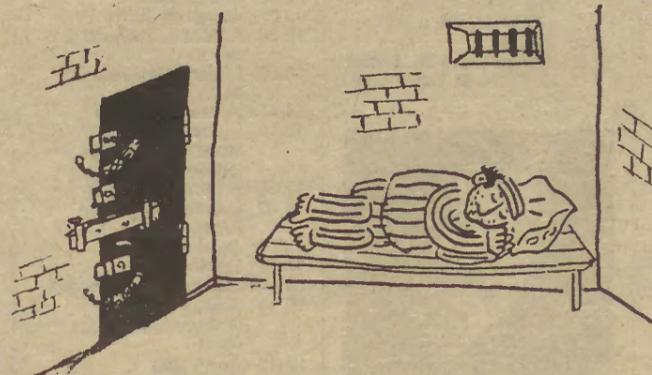
A partir das 15.00 horas
música e espectáculo
grupos corais alentejanos
canto livre com
MANUEL SANTINHO

COMÍCIO COM
CARLOS CARVALHAS
Secretário-Geral Adjunto do PCP

18.00 HORAS

✓ A noite haverá Arraial Popular com baile
✓ Haverá comes e bebes

A Comissão de Freguesia da DAMAIA do PCP



PESSOK, Leonid (URSS) in «1.ª BIENAL INTERNACIONAL DE HUMOR», Gabrovo, Bulgária - 1973



TV O Programa

Quinta 21

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez (inclui «O Sítio do Picapau Amarelo»)
- 11.00 - Missa



- 12.05 - A Gata Comeu (31º epis.)
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Um Anjo na Terra (47º epis.)
- 14.15 - Lugar à Natureza (série, 1º epis.)
- 14.45 - Ponto Por Ponto
- 15.45 - Campeonato do Mundo de Futebol - Bélgica-Espanha
- 17.50 - Brinca Brincando
- 18.30 - O Sítio do Picapau Amarelo (33º epis.)
- 19.00 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Vale Tudo (139º epis.)
- 21.25 - Um Espião no Purgatório (4º epis.)
- 22.20 - Os Soviéticos (2º epis.)
- 23.15 - Murphy Brown (11º epis.)
- 23.45 - 24 Horas
- 00.20 - Remate

RTP2

- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.15 - Espaço Infantil
- 14.35 - Filhos e Filhas (495º epis.)
- 15.00 - Agora, Escolha!
- 16.20 - Os Centuriões (12º epis.)
- 16.45 - Retratos da Madeira (4º epis.)
- 17.15 - Os Desafios da Lei (12º epis.)
- 18.05 - Telemercado
- 18.20 - Meu Pé de Laranja Lima (131º epis.)
- 19.00 - Espaço Infantil
- 19.30 - Via Rápida
- 19.45 - Campeonato do Mundo de Futebol - Irlanda-Holanda
- 22.00 - Jornal das Nove
- 22.30 - Emoções (22º epis.)
- 23.00 - Quinta Dimensão (28º epis.)
- 23.25 - Universidade Aberta

Sexta 22

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.05 - A Gata Comeu
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Gloss (50º epis.)
- 14.20 - Lugar à Natureza
- 14.45 - Ponto Por Ponto
- 15.55 - Matinée - «O Que o Céu Permite», real. Douglas Sirk (EUA/1955, 85 min.)
- 17.25 - Juntos e ao Vivo
- 18.30 - O Sítio do Picapau Amarelo
- 19.00 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico



- 20.15 - Vale Tudo (últ. epis.)
- 21.15 - Miller e Mueller (4º epis.)
- 22.15 - Primeira Página
- 23.25 - Chefe, Mas Pouco (44º epis.)

- 23.55 - 24 Horas
- 00.30 - Remate
- 00.50 - Pela Noite Dentro - «O Corvo», real. Roger Corman (EUA/1963, 83 min.)

RTP2

- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.15 - Espaço Infantil
- 14.35 - Filhos e Filhas
- 15.00 - Agora, Escolha!
- 16.20 - Heróis (7º epis.)
- 16.50 - Fora de Horas
- 17.50 - Primeiro Andamento - Olga Prats
- 18.15 - Telemercado
- 18.40 - O Meu Pé de Laranja Lima
- 19.20 - Espaço Infantil
- 19.55 - Via Rápida



- 20.30 - Bucha e Estica (11º epis.)
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - D. Belja (39º epis.)
- 23.00 - Rotações
- 24.00 - Haja Música

Sábado 23

RTP1

- 09.00 - TV Rural
- 09.25 - Meu Querido Sábado
- 12.30 - Grandes Tormentos (20º epis.)
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Johnny Clegg
- 14.05 - Parlamento
- 14.35 - O Barco do Amor (6º epis.)
- 15.30 - Vivamúsica
- 16.10 - Sessão da Tarde - «O Caçador de Recompensas», real. Andre de Tolh (EUA/1954, 97 min.)
- 17.50 - Viagem Infinita (9º epis.)
- 19.00 - Jornal de Sábado
- 19.40 - Totoloto
- 19.50 - Campeonato do Mundo de Futebol
- 22.10 - Polrot (5º epis.)
- 23.15 - Notícias
- 23.20 - Cinema da Meia Noite - «O Uivo da Fera», real. Joe Dante (EUA/1980, 87 min.)

RTP2

- 09.00 - Universidade Aberta
- 10.20 - Caminhos
- 10.50 - Zona Jazz



- 11.45 - Um Lar para os Animais
- 12.35 - Telemercado
- 13.00 - Tauromaquia
- 13.30 - Cine-Sábado - «Uma Rapariga com Sorte», real. Frank Tashlin (EUA/1956, 93 min.)
- 15.00 - Zircus
- 15.45 - Campeonato do Mundo de Futebol - Oitavos de Final



- 18.00 - A Terra da Relva Azul (3º epis.)

- 19.00 - Primeiro Jornal
- 19.10 - Arca de Noé
- 20.00 - A Sombra da Cobra (2º epis.)
- 21.30 - Compacto «O Meu Pé de Laranja Lima»
- 24.00 - Tourada

Domingo 24

RTP1

- 09.00 - Domingão
- 11.30 - 70x7
- 12.00 - Missa
- 13.00 - Notícias
- 13.10 - Espaço 1999 (20º epis.)
- 15.20 - Primeira Matinée - «Lua de Papel», real. Peter Bogdanovitch (EUA/1973, 99 min.)
- 16.55 - Concurso 1, 2, 3
- 18.50 - McGyver (39º epis.)
- 19.50 - Campeonato do Mundo de Futebol
- 22.30 - Jornal de Domingo
- 23.05 - Querido John
- 23.35 - Para Além da Guerra (13º epis.)

RTP2

- 09.00 - Música n'América
- 09.50 - Sobrevivência (9º epis.)
- 10.45 - Novos Horizontes
- 11.05 - Zircus
- 12.35 - Espaço Infantil
- 14.00 - Filmes 89/90
- 14.50 - Barry Manilow, cantor e pianista
- 15.45 - Campeonato do Mundo de Futebol - Oitavos de Final
- 18.00 - Itália/90 (série)
- 19.00 - Primeiro Jornal
- 19.15 - Em Busca da Memória (11º epis.)
- 19.40 - A Bela e o Monstro (11º epis.)



- 20.30 - Cineclube - «Eva», real. Joseph L. Mankiewicz (EUA/1950, 133 min.)
- 22.50 - Automobilismo - Grande Prémio do México/Fórmula 1
- 00.50 - Lusitânia Expresso

Segunda 25

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.05 - A Gata Comeu
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - A Rota de Howard (24º epis.)
- 14.20 - Lugar à Natureza (3º epis.)
- 14.45 - Ponto Por Ponto
- 15.45 - Campeonato do Mundo de Futebol (oitavos de final)
- 17.50 - Brinca Brincando
- 18.30 - O Sítio do Picapau Amarelo
- 19.00 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.00 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Roda de Fogo (telenovela brasileira, 1º epis.)
- 21.15 - Clube dos Subscritores
- 21.45 - O Inesperado Acontece
- 22.30 - Nos Bastidores da Notícia (3º epis.)
- 23.30 - 24 Horas
- 00.05 - Remate

RTP2

- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.15 - Espaço Infantil
- 14.45 - Filhos e Filhas
- 15.10 - Agora, Escolha!
- 16.30 - Batalha pelo Planeta (6º epis.)



- 17.00 - Airmã Kate (4º epis.)
- 17.20 - Ver ou não ver... Os Museus de Portugal
- 17.45 - Fora de Horas
- 18.05 - Telemercado
- 18.20 - O Meu Pé de Laranja Lima
- 19.00 - Espaço Infantil
- 19.45 - Campeonato do Mundo de Futebol - Oitavos de final
- 22.00 - Jornal das Nove
- 22.30 - Teatro - «Andam Ladrões Cá em Casa», de António Pedro, prod. para TV de Atília Cargaleiro, real. de Bento Pinto França.

Terça 26

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.05 - A Gata Comeu
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Dallas
- 14.15 - Lugar à Natureza
- 14.45 - Ponto Por Ponto
- 15.30 - Matinée - «Fim-de-semana no Ascensor», real. Louis Malle (Fr/1957, 89 min)
- 17.30 - Brinca Brincando
- 18.30 - O Sítio do Picapau Amarelo
- 19.00 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 19.50 - Direito de Antena (CGTP-IN)
- 19.55 - Campeonato do Mundo de Futebol (oitavos de final)
- 22.00 - Roda de Fogo



- 23.00 - Crónica do Crime (20º epis.)
- 00.00 - 24 Horas
- 00.35 - Remate

RTP2

- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.15 - Espaço Infantil
- 14.45 - Filhos e Filhas
- 15.40 - Campeonato do Mundo de Futebol (oitavos de final)
- 18.20 - Telemercado
- 18.30 - O Meu Pé de Laranja Lima
- 19.10 - Espaço Infantil
- 19.50 - Via Rápida
- 20.00 - Clássicos da TV - «Kung Fu»
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Cinemagazine
- 22.00 - Cinemadols - «Chuvas de Verão», real. Carlos Diegues (Brasil/1977, 89 min.)

Quarta 27

RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - As Dez
- 12.05 - A Gata Comeu

Campeonato do Mundo de Futebol Jogos na TV

Bélgica-Espanha - Quinta, 15.45, RTP-1
Irlanda-Holanda - Quinta, 19.50, RTP-2
Oitavos de Final:
 Sábado - 15.45, RTP-2; 19.50, RTP-1
 Domingo - 15.45, RTP-2; 19.50, RTP-1
 Segunda - 15.45, RTP-1; 19.50, RTP-2
 Terça - 15.45, RTP-2; 19.50, RTP-1

Filmes

«O que o Céu Permite» - 6ª, 15.55, RTP-1
 «O Corvo» - 6ª, 00.50, RTP-1
 «Uma Rapariga com Sorte» - sáb., 13.30, RTP-2
 «O Caçador de Recompensas» - sáb., 16.30, RTP-1
 «O Uivo da Fera» - sáb., 23.10, RTP-1
 «Lua de Papel» - dom., 15.20, RTP-1
 «Eva» - dom., 20.30, RTP-2
 «Fim-de-semana no Ascensor» - 3ª, 15.50, RTP-1
 «Chuvas de Verão» - 3ª, 21.50, RTP-2
 «O Rato que Ruge» - 4ª, 16.00, RTP-1
 «Filhos de um Deus Menor» - 4ª, 21.35, RTP-1

Teatro

«Andam Ladrões Cá em Casa» - 2ª, 22.30, RTP-2

Música

Quinta
 19.30, RTP-2: Via Rápida
 Sexta
 17.50, RTP-2: Primeiro Andamento - Olga Prats
 18.55, RTP-2: Via Rápida
 24.00, RTP-2: Haja Música
 Sábado
 10.50, RTP-2: Zona Jazz
 15.25, RTP-1: Vivamúsica
 Domingo
 09.00, RTP-2: Música n'América
 14.50, RTP-2: Barry Manilow
 Segunda
 19.30, RTP-2: Via Rápida
 Terça
 19.50, RTP-2: Via Rápida
 Quarta
 19.50, RTP-2: Via Rápida
 22.25, RTP-2: Robbie Robertson

Desporto

Remate - RTP-1, 5ª (00.20), 6ª (00.30), 2ª (00.05), 3ª (00.35), 4ª (00.15)
 Domingo Desportivo - RTP-1, 19.50

- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Clínica Geral (15º epis.)
- 14.20 - Lugar à Natureza
- 14.45 - Ponto Por Ponto
- 15.50 - Matinée - «O Rato que Ruge», real. Jack Arnold (GBr/1959, 83 min.)
- 17.25 - Brinca Brincando
- 18.30 - O Sítio do Picapau Amarelo
- 19.00 - Jogo de Cartas
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico



- 20.15 - Roda de Fogo
- 21.15 - Vamos Jogar no Totobola

- 21.35 - Lotação Esgotada - «Filhos de um Deus Menor», real. Randa Haines (EUA/1986, 114 min.)
- 23.45 - 24 Horas
- 00.15 - Remate

RTP-2

RTP2

- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.15 - Espaço Infantil
- 14.35 - Filhos e Filhas
- 15.00 - Agora, Escolha!
- 16.45 - O Liceu Degraassl (11º epis.)
- 17.15 - O Menino Doutor (6º epis.)
- 17.40 - Os Três Pastorinhos (últ. epis.)
- 18.05 - Telemercado
- 18.20 - O Meu Pé de Laranja Lima
- 19.15 - Espaço Infantil
- 19.50 - Via Rápida
- 20.00 - Clássicos da TV - «Kung Fu»
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Lenine...O Combolo (últ. epis.)
- 22.25 - De Gaulle (série, 1º epis.)
- 23.15 - Robbie Robertson

Cinema

A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Caçador Branco, Coração Negro	—	★★★★	—	★★★★
B	Cinema Paraíso	★★★	★★★	★★★	★★★
C	Crimes e Escapadelas	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★
C	Sonhos	★★★★★	★★★★★	—	★★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Clint Eastwood — King Triplex/1 (14, 16.30, 19, 21.30) — Quarteto/1 (14.15, 16.30, 19, 21.45, 24) — Lisboa.
- B — Real. Giuseppe Tornatore — Plaza/1 (14.00, 16.30, 18.45, 21.30, 23.45) — Lisboa.
- C — Real. Woody Allen — Quarteto/3 (14.30, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00) — Lisboa.
- E — Real. Akira Kurosawa — Apolo 70 (14, 16.30, 19, 21.30) — Quarteto/2 (14.30, 17, 19.30, 21.45, 24) — Lisboa.

Teatro

O Cartaz

LISBOA

Casa da Comédia, Rua S. Francisco Borja, 24. De 3ª a dom. às 21.30. **Teatro, Doce Teatro**, de Radzinsky, encen. Fernando Helitor.

Chapitô, Rua da Costa do Castelo, 7. 5ª, 6ª e sáb. às 21.30. **Klassikus Kabaret**, texto e encen. de Fernando Gomes.

Cinearte, Largo de Santos. De 3ª a 6ª às 21.30. **O Baile**, encen. Helder Costa, pelo grupo A Barraca.

Clube Estefânia, R. Alexandre Braga, 24. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.30. **Inimigos**, de Nigel Williams, encen. José Wallenstein.

Comuna, Pr. de Espanha. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **Sala Nova - O Estrangeiro em Casa**, de Richard Demarcy, encen. João Mota. **Sala Um - Um**

Elétrico Chamado Desejo, de Tennessee Williams, encen. João Mota.

Primeiro Acto, Rua Eduardo Augusto Pedroso (Algés). De 3ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 17. **As Pulgas**, de Cunha de Leiradella, encen. Miguel Menezes, pelo Grupo Persona.

Teatro Aberto, Pç. Espanha. De 5ª a sáb. às 21.45, dom. às 16. **Na Solidão dos Campos de Algodão**, de Bernard-Marie Koltés, enc. João Lourenço, pelo Novo Grupo.

Teatro do Bairro Alto, Rua Tenente Raul Cascais. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Um Poeta Afinado**, de Manuel de Figueiredo (séc. XVIII), encen. Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

Teatro da Graça, Trav. S. Vicente, 11. De 3ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.

Cenas da Vida de Benilde, de José Régio, encen. Jorge Listopad.

Teatro Ibérico, Rua de Xabregas, 54. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. **O Fim**, de António Patrício, enc. José Blanco Gil.

Teatro Maizum, R. Poiais de S. Bento, 75. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O Rei e a Rosa**, de Filipe Petronilho, encen. Silvína Pereira.

Teatro Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras, 52. De 3ª a 5ª às 21, 6ª e sáb. às 20.30 e 22.45, dom. às 15 e às 18. **A Severa**, de Júlio Dantas, enc. Nicolau Breyner.

Teatro Maria Vitória, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 20.30 e às 23. **Vitória! Vitória!**, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, Nazareth Fernandes e Fernando Ribeiro.

Teatro Nacional D. Maria II, Rossio. De 3ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **A Terceira Margem do Rio**, adapt. do texto de João Guimarães, encen. João Brites.

Teatro Variedades, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. **Os Meninos à Roda da Mamã**, enc. Francisco Nicholson.

ALMADA Teatro Municipal, Rua Conde Ferreira. De 3ª a dom. às 21.45, sáb. também às 16.00. **Felicidade e Erva Doce**, de Peter Shaffer, encenação de Joaquim Benite, pelo Teatro de Almada/Grupo de Campolide.

Para crianças LISBOA
TIL, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16. **Feliz Aniversário**, texto e encenação de Fernando Gomes, pelo TIL.

Exposições

LISBOA

Abílio Febra - Escultura. Galeria de Santa Justa, Rua de Santa Justa, 93, 2ª. De 2ª a 6ª das 15 às 20 (até 29/6). **Arte Contemporânea de Moçambique** - Colectiva de 9 artistas moçambicanos. Galeria Barata, Av. de Roma, 11-A. **No Centenário da Morte de D. Luís** - A sua vida e a sua época, em exposição evocativa de que fazem parte peças raramente expostas, designadamente as jóias da Coroa e obras de arte da colecção pessoal do rei. Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até Setembro).

Das 12 às 24 (até 28/6). **Gaetan** - Desenho. Loja do Desenho, R. Academia das Ciências, 2. De 3ª a sáb. das 15 às 19.30 (até 7/7). **Geraldine Zwanikken** - Pintura. Galeria João Hogan, R. da Voz do Operário, 13. De 2ª a 6ª das 14 às 20, sáb. das 15 às 19 (até 22/6). **Gonçalo Duarte** - Pintura. Espaço Alliance, Rua Braamcamp, 13, 1ª. Das 10 às 19.30 (até 29/6). **Guilherme Parente** - Pintura. Galeria Holly, Largo da Trindade, 17, 2ª das 15 às 19.30; de 3ª a sáb. das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30 (até 23/6). **Isabel Zilhão** - Gale-

das 17 às 20, sáb. das 15 às 20 (até 3/7). **Juarez Machado** - Pintura. Galeria Alfa Mixta, R. das Escolas Gerais, 34. De 3ª a sáb. das 14 às 20 (até 7/7). **90 Anos de Arte Moderna Portuguesa** (colectiva). Galeria de S. Bento, Rua do Machado, 1. De 2ª a sáb. das 11 às 13 e das 15 às 20. **Paulo Cardoso** - Pintura. Gal. S. Mamede, R. Escola Politécnica, 167, 2ª das 15 às 19.30, 3ª a sáb. das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30. **Pedro Tudela** - Pintura. Galeria Alda Cortez, Largo de Santos, 1. De 2ª a sáb. das 15 às 20.

Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17. **Tiago Manuel** - Desenho. Galeria Pedro e o Lobo, Rua do Salitre, 169. De 2ª a sáb. das 15 às 20 (até 30/6). **«Traje-Um Objecto de Arte?»** - Colectiva de artistas plásticos de Brasil, Estados Unidos, Itália, Alemanha, Portugal. Galeria de Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian-piso 0 (até 24/6). **Vitor Ribeiro** - Aquarelas. Mãe d'Água das Amoreiras, Praça das Amoreiras, 10.

tura. Rua Santos Pousada, 668 (até 23/6). **Marta Wengorovius** - Pintura e desenho. Módulo, Av. Boavista, 854. De 2ª a sáb. das 16 às 20 (até 28/6). **Pedro Tudela** - Pintura. Galeria Atlântica, Rua Galeria Paris, 67. De 2ª a sáb. das 15 às 19.30.

OUTRAS LOCALIDADES

Vitor Alves - Pintura e desenho. Galeria dos Patudos ALPIARÇA

V Salão da Primavera - Colectiva de pintura, escultura e desenho. Galeria de Arte do Casino Estoril.

PORTO

Antão Almada - Pintura (óleos e aquarelas). Galeria Inter-



Rogério Ribeiro: pintura de «homagem à pintura de David» na Nasoni em Lisboa

Colectiva de Gravura - Gravuras e serigrafias de 150 autores. Espaço Ditec, Av. Igreja, 46-A. De 2ª a sáb. das 10 às 13 e das 14.30 às 19.30. **Eduardo Nery** - Pintura. Galeria Ygrego, Av. António Augusto de Aguiar, 13. De 2ª a 6ª das 9.30 às 20, sáb. das 9.30 às 13 (até 30/6). **Fernanda Fragateiro** - Instalação. Museu de Mineralogia e Geologia, Rua da Escola Politécnica, 58. De 2ª a sáb. das 13 às 20 (até 14/7). **Filomena Coquenão** (Angola) - Pintura. Sala de Arte do Escorial, R. Portas de Santo Antão, 45.

ria Diferença, R. S. Filipe Nery, 42. De 2ª a 6ª das 15 às 20, sáb. das 16 às 20 (até 1/7). **Jorge Martins** - Desenhos recentes. Galeria EMI-Valentim de Carvalho, Rua da Cruz dos Poiais, 111. De 2ª a sáb. das 11 às 13 e das 15 às 19 (até 23/6). **Jorge Varanda** - Pintura. Galeria Bertrand, R. Anchieta, 23. De 2ª a 6ª das 10 às 18, sáb. das 10 às 13 (até 30/6). **José Augusto** - Pintura; **Manuela Gonçalves** - Fotografia. Clube Cinquentista, R. S. Mamede ao Caldas, 9, 1ª. De 3ª a 6ª

Pintura Soviética do Tempo da Perestroika - Colectiva. Galeria Liberdade 190, Av. da Liberdade, 190, s/c Esq. De 2ª a sáb. das 15 às 20 (até 30/6). **Rogério Ribeiro** - Pintura. Galeria Nasoni, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 9. De 2ª a 6ª das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 15 às 19.30. **Um Século de Electricidade** - Central Tejo, Av. Brasília (Belém). De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 19 (ao sáb. até às 22, ao dom. até às 18). **Tapeçaria do Séc. XVI** - Galeria do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da

Atrium, Av. da Boavista, 1471 (até 30/6). **José Barrias** - Esculturas e desenhos; **Cerâmicas dos Antigos Povos da Amazônia**. Cooperativa Árvore, Rua Azevedo Albuquerque, 1. De 2ª a 6ª das 9 às 23.30, sáb. das 15 às 19 e das 21.30 às 23.30. **Colectiva de serigrafias**. Cineclubes do Porto, Rua do Rosário, 5 (até 23/6). **Lucio Muñoz** - Pintura. Galeria Nasoni, Rua Galeria Paris, 80. De 2ª a 6ª das 10 às 12.30 e das 15 às 19.30, sáb. das 15 às 19.30. **Maria Camila** - Pin-

Das 15 às 24 (até 25/6) ESTORIL. **Manuela Jardim** - Desenho e pintura. Almadarte, Av. Gen. Humberto Delgado (até 24/6) COSTA DA CAPARICA. **Augusta Araújo e Victor Amador** - Pintura. Galeria Múltiplo, Centro Comercial Solmar (até 29/7) ESPINHO. **Pintura Portuguesa 1842-1979** (da colecção do Museu Nacional de Arte Contemporânea). Galeria de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de Queluz. De 4ª a 2ª das 10 às 13 e das 14 às 17 QUELUS.

...e ainda

Férias Interjovem

Um programa de férias ao ar livre, organizado com jovens de todo o País, é a sedutora proposta que faz a Interjovem ao divulgar a iniciativa que tomou de promover este ano,

mação desportiva e cultural dos jovens portugueses e a promoção das relações humanas através do intercâmbio - propósitos que animam, aliás, toda a actividade da Interjovem. A Interjovem/Coimbra, grande animadora desta iniciativa, acolhe inscrições através dos telefones 29938 e 28853 ou na Rua Símões de Castro, 151, 1ª, em Coimbra, mas é possível fazê-las junto de qualquer estrutura do Movimento Sindical.

Cinema

Na **Cinemateca Portuguesa** continua o desfile **Frank Borzage**, de quem mais alguns filmes preenchem a programação de sexta, sábado, terça e quarta e a das noites de quinta e segunda. Assim: - 5ª, às 21.30, **Patrulha de Agulhas** (1940); - 6ª, às 18.30, **Sete Namoradas** (1952); às 21.30, **Chuva de Estrelas** (1943), com Katherine Hepburn, Harpo Marx, Paul Muni, Benny Goodman, Count Basie, entre outros; - sábado, às 15.30, **A Irmã do Seu Criado** (1943); às 18.30, **Até à Vista** (1944); às 21.30, **O Terror dos Sete Mares** (1945); - 2ª, às 21.30, **Sempre Gostei de Ti** (1946); - 3ª, às 18.30, **No Limiar da Glória** (1946); às 21.30, **That's My Man** (1947); - 4ª, às 18.30, **Consciência em Paz** (1948); às 21.30, **A Boneca Chinesa** (1958).

Música

Com excepção de «Sete Namoradas», legendado em português, todos estes filmes são exibidos em versão original. **Música**
Na Sala Polivalente do CAM (Gulbenkian) prosseguem os **Concertos à Hora do Almoço** - às 13 horas, com entrada gratuita e a possibilidade de adquirir, no local, um almoço ligeiro. Hoje, integrado na Festa Europeia da Música, realiza-se ali um concerto por **Jovens virtuosos da Bulgária**, que interpretam obras de Chopin, Cimarosa, Paganini e Schostakovich, entre outros. **No sábado** o concerto é dividido em duas partes: a primeira com o trio de flautas de bisel **Canora Turba**, com obras de Haydn e Hindemith, e a segunda com o pianista **Mário Laginha**, que interpreta composições suas. Na **terça-feira**, dia 26, denovo um concerto em duas partes: **António Figueiredo e António Ferreira** com obras para violino e piano de Nardini, Chopin, Luís Barbosa, e o pianista **Luís Borges Coelho** com obras de Debussy, Armando José Fernandes, Rachmaninoff e Fernando Lopes-Graça. Sala possivelmente já esgotada é a do Grande Auditório da Fundação Gulbenkian para o próximo dia 28, quinta-feira. Vale a pena tentar a sorte, na mira de alguma desistência: ali terá lugar um concerto único inicialmente anunciado para

31 de Outubro passado e que não pôde então realizar-se - o de **Barbara Hendricks e Maria João Pires**, que vão interpretar obras para canto e piano de **Mozart e Schubert**. O concerto inicia-se às 18.30 e os bilhetes custam de 1.000\$00 a 1.500\$00.

Festivais de Verão

Ao Festival de Música de Sintra, que teve início na semana passada, junta-se agora o de Leiria, ambos a antecipar um já apreciável conjunto de festivais de Verão, que animam zonas turísticas sobretudo nos meses de Julho e Agosto. Quanto ao de Leiria: o concerto do próximo sábado (segundo do Festival) realiza-se no Sport Operário Marinhense, **Marinha Grande**, e nele participa o **Camerata Vocal de Lisboa**; no domingo o **Grupo de Metais de Lisboa** apresenta-se no salão da Casa do Povo de **Porto de Mós**. No Palácio Nacional, em Sintra, realiza-se amanhã um recital pelo clarinetista **Michel Portal** e o pianista **Alain Planés**, que interpretam Brahms, Schumann e Debussy. No domingo, às 18.00, na Quinta do Vinagre, **Jorge Moyano** interpreta ao piano Schumann, Brahms e Chopin. Finalmente (quanto a esta semana): na terça-feira, às 21.30, no Palácio Nacional de Queluz, o **Gabriel String Quartet** e o pianista **Mikhail Rudy** executam obras de Dvorak e Brahms.

Tempo

Fim de Semana

Céu pouco nublado ou limpo, vento fraco soprando moderado de Noroeste durante a tarde, no litoral Oeste.

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

a TV

O país esquecido

Há um país com o qual a RTP pouco se preocupa. Esse país chama-se Portugal. O que não deixa de parecer estranho tratando-se, como se trata, da televisão... portuguesa.

Não está em causa fecharmo-nos na concha do orgulho solitário, não querer saber o que vai pelo mundo, fechar olhos e ouvidos. O que está em jogo é a informação que nos respeita directamente, saber, antes de mais nada, o que se passa... na nossa casa.

Disso não cuida a televisão portuguesa, prioritariamente interessada (à sua maneira, claro) na política estrangeira. Com ela enche os seus noticiários em mais de 50 por cento, geralmente, havendo casos em que se aproxima dos 100 por cento! E quando o noticiário se volta para o nosso país é, quase sempre, para dar conta das actividades do Governo, das andanças e parlandas do Primeiro-Ministro. País é coisa que não existe na RTP. A informação na RTP transformou-se no boletim de Cavaco Futebol Clube...

O «perigo»

O tratamento da política assume quase sempre aspectos mais de propaganda do que de informação. Veja-se o que se passa com a actividade do enviado especial aos países do Leste. As suas intervenções carecem, em absoluto, de um mínimo de objectividade e, logo, de credibilidade. O princípio básico do jornalismo (que consiste em não afunilar a informação, em abrir o leque das posições e das opções) é mandado constantemente para as urtigas. Estamos em presença de informação de uma nota só. E se o referido enviado especial se salienta como ridículo tribuno do microfone, com gesticulação de marioneta mal manipulada, a verdade é que ele lá vai saltitando de país para país, em comícios onde ele é, quase sempre, o principal orador...

A campanha antidemocrática na RTP aparece como natural e tão naturalmente executada que se engole com a maior facilidade...

Só um exemplo entre tantos.

O **Telejornal** entrevista um comentador da política internacional. Em foco, os acontecimentos do Leste. Mais isto, mais aquilo e de repente a pergunta do entrevistador:

Considera então que há perigo de os comunistas poderem voltar ao poder?

A pergunta, em si mesma, já está inquinada, direccionada, manipuladora da audiência. Esta já sabe (com toda a naturalidade, com toda a fluência...) onde está o perigo...

... «Perigo» nitidamente avançado, como veneno para consumo interno...

A formação e os fundos

O Governo tem feito, através da televisão, grande campanha de promoção da Formação Profissional. A julgar pelo que se ouve, aqui reside a solução para todos os problemas dos jovens...

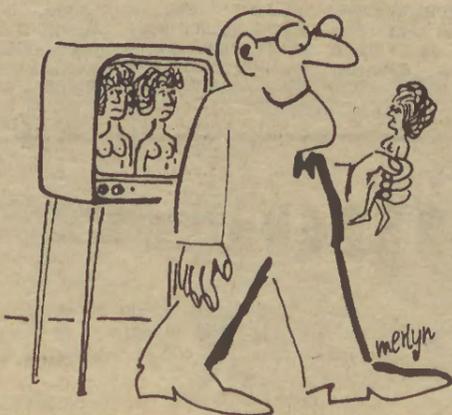
São muitos, muitos milhões de contos que nos chegam da CEE com vista a essa Formação, 150 milhões do FEDER, 100 milhões do Fundo Social Europeu, etc., etc.. O ministro Penada concorda de facto que muitos foram «os meios menos adaptados à aplicação de fundos.» Se ele se queria referir ao FSE, acho que a coisa se explicava em muito menos palavras. Uma só bastava...

A verdade é que a formação profissional não pode estar ao serviço da comunidade se dissociada da estrutura social existente. Uma vez completada a formação profissional, que destino aguarda os formandos? O desemprego? Na melhor das hipóteses a situação precária dos contratos a prazo?

Na Inglaterra também estabeleceram um programa de formação profissional apadrinhado gentilmente pelas grandes empresas. Ao fim de seis meses, verificou-se que as grandes empresas, colaboradoras em tamanha obra social, se estavam pura e simplesmente nas tintas para os jovens profissionais. E os 14 mil inscritos no programa ficaram de mãos a abanar...

Bagão Félix aparece em tudo quanto é programa na televisão portuguesa a vender o seu peixe de «formação profissional». Os fundos europeus dão calor ao seu verbo. Mas entre a palavra e a realidade, a distância é grande...

■ Ulisses



Síntese semanal da IMPRENSA

Excessos...

Saídas...

«Leonor Beza fez saber que se demite do cargo de vice-presidente do PSD, alegando razões de «ordem ética, familiar e do foro pessoal».

Ainda que se pudessem decifrar nesta fórmula criptográfica as razões verdadeiras e concretas que levaram Leonor Beza a achar por bem abandonar um e apenas um cargo partidário, nesta fase do enredo político-policial em que se transformou a sua gestão do Ministério da Saúde, certamente que se não decifra o objectivo prático da atitude da ex-ministra.

Sejam quais forem as razões que sob a estafada fórmula se ocultem, é no mínimo estranho que Leonor Beza decida abandonar a vice-presidência do partido mantendo todos os restantes cargos políticos, nomeadamente o de deputada.

Seja o que for o que a ex-ministra pretende demonstrar com a demissão, haverá de convir que restringindo os seus efeitos a um cargo de natureza estritamente partidária e cujo provimento depende apenas da confiança do líder Cavaco Silva, o acto em apreço ou carece de sentido político ou adquire um sentido perverso. Ou se entende que Leonor Beza decidiu cumprir com atraso um pró-forma político, que não lhe trará consequência alguma e portanto não tem mérito, ou a ex-ministra leva o seu entendimento da situação em que se encontra ao absoluto exagero de pensar que só deve contar ao chefe do seu partido, nada tendo que demonstrar ou assumir perante aqueles que a elegeram como deputada e perante a opinião pública em geral, que tanto crédito pessoal lhe deu em determinada altura.

Face ao acto tão estranho, o que surpreende não é a «coragem», mas a falta de lucidez com que a ex-ministra ensaia enfrentar as consequências dos seus erros políticos e de gestão. O que, numa pessoa inteligente, é de facto suprema.»

(«Correio da Manhã», 19 de Junho)

... E entradas

«José Manuel Beza pode regressar a Portugal, no máximo dentro de 15 dias, para se entregar à Justiça. O irmão de Leonor Beza vem dar a sua versão dos acontecimentos que o envolvem nos casos do Ministério da Saúde. E pretende, como nos disseram fontes que lhe são muito próximas, pôr tudo em pratos limpos. As mesmas fontes explicaram que José Manuel Beza «poderá saber coisas que podem vir a envolver ainda mais os responsáveis máximos do Ministério da Saúde,

de, na altura em que tudo aconteceu».

De facto e até agora, só tinha vindo a público a notícia de que Beza tinha uma firma de publicidade falsa que foi subcontratada pela PA, onde Costa Freire era director, para fazer campanhas para o Ministério da Saúde. Essa empresa, a Planimagem, terá burlado o MS em cerca de 50 mil contos. E, acrescentam as mesmas fontes, «isso fragiliza muito José Manuel Beza, porque, até agora, só apareceu o seu nome num processo tão complicado como este».

Afinal, segundo fontes próximas de defesa, «as declarações prestadas por Leonor Beza a 'O Independente' poderão ter funcionado como uma motivação importante na alteração da estratégia de defesa de José Manuel». Depois de ter fugido, inclina-se agora para regressar e retomar o seu depoimento na DIAP. Nessas declarações a demarcação de Leonor em relação ao seu irmão ficou clara. Disse-nos, na altura, que qualquer um poderia ter feito o que ele fez sem que ela tivesse tido a mínima «percepção». «É mesmo uma afirmação de que atira a batata quente», dizem os amigos de José Manuel. Entretanto, «O Independente» soube que José Manuel Beza saiu de Portugal pela fronteira de Elvas com destino a Badajoz. E ia acompanhado. apresentou o seu passaporte e passou como qualquer vulgar cidadão — apesar de estar vigiado pela PJ 24 horas por dia.

Depois, só volta a saber-se do seu paradeiro quando chega ao Brasil, onde ainda tentou concretizar um negócio que ali tinha em andamento.

Neste momento, e ao que apurámos, estará num país da América Latina. Isto porque Portugal tem com o Brasil um tratado de extradição que torna a sua estada perigosa naquele país. A alternativa, segundo soubemos, era José Manuel sair do Brasil para um dos raros países europeus não membros do Conselho da Europa.»

(«O Independente», 14 de Junho)

Crime

«Um homem armado com uma pistola e uma caçadeira atacou ontem uma filial da General Motors, em Jacksonville, no Estado norte-americano da Florida, e matou, pelo menos, sete pessoas, suicidando-se em seguida, segundo anunciou a polícia local. Durante o tiroteio ficaram feridas seis pessoas.

Um porta-voz policial disse que o autor do ataque, James Pough, de 43 anos, decidiu, aparentemente, vingar-se pelo facto do seu automóvel ter sido apreendido

pela General Motors por falta de pagamento das prestações.

Testemunhas informaram que o atacante entrou na agência logo após a abertura das portas e começou a disparar indiscriminadamente sobre clientes e funcionários, suicidando-se depois com um tiro na cabeça.

(«A Capital», 19 de Junho)

Castigo

«São quatro homens e três mulheres, todos funcionários da Tabaqueira, e estão de castigo numa sala do velho infantiário daquela empresa pública, na zona de Cabo Ruivo, em Lisboa. Não têm nada que fazer, cumprem o seu horário de trabalho e recebem os seus vencimentos no dia certo. «Eles estão ali para aprenderem a negociar», explicou David Barão, membro do conselho de gerência da Tabaqueira com o pelouro do pessoal, a Nuno Coutinho, dirigente do Sindicato dos Tabacos.

Ali funcionava o infantiário da Tabaqueira, transferido há um mês e meio para a nova sede da empresa, na Rua Laura Alves, paredes meias com o edifício da Televisão. Para ali foram mandados sete trabalhadores — cinco, por não aceitarem a rescisão do contrato trabalho ou a reforma antecipada; outro, pelo seu «espírito derrotista»; e, ainda, uma funcionária acusada, sem provas, de furto.

Luís Rebelo, inspector de vendas, 37 anos de idade e 12 ao serviço da empresa, foi o primeiro a ir parar à creche. Um relatório por si elaborado punha em causa as condições oferecidas pela Tabaqueira a um hipermercado da Grande Lisboa. Resultado: o inspector de vendas foi acusado de «espírito derrotista» e enviado para uma das salas do antigo infantiário. Ali aguarda, desde meados de Abril, que a direcção dos recursos humanos o coloque noutra sector da Tabaqueira.

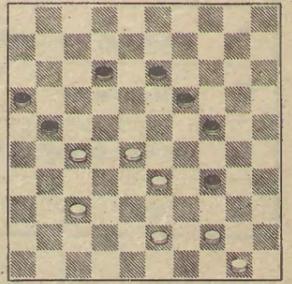
Mais seis trabalhadores foram fazer-lhe companhia. E muitos outros têm já o destino traçado: de acordo com o sindicalista Nuno Coutinho, a empresa prepara-se para, a «breve prazo», mandar 130 funcionários para o antigo infantiário, e, «até final do ano», outros 80 — isto mesmo lhe foi comunicado de viva voz pelo gestor do pelouro de pessoal, David Barão. A Tabaqueira argumenta com o excesso de mão-de-obra e a necessidade de reestruturação. Mas isso não a impediu, porém, de ter contratado, desde Outubro do ano passado até Maio, 52 novos trabalhadores efectivos e outros 32 a prazo — respondendo ao sindicato.»

(«Tal & Qual», 15 de Junho)

Damas

CCLVIII — 21 de Junho de 1990
PROPOSIÇÃO N.º 258
Por: SERGE DE GROOT
«Dame à la Une» N.º 34/Maio, 1990

Pr.: [7]: 12-13-16-19-21-24-34
Br.: [7]: 27-28-33-37-43-44-50



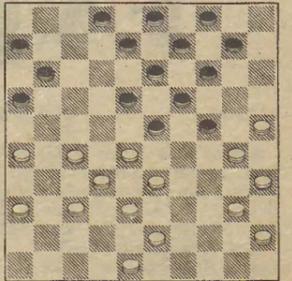
Branças jogam e ganham

GOLPE N.º 258

Por: MAURICE RAICHENBACH, Fr.

— Agosto, 1936, jogando
Pr.: [15]: 2-3-4-6-8-9-10-11-13-14-16-18-19-23-24

Br.: [15]: 25-26-27-28-30-32-33-35-36-37-38-40-43-45-48



Pretas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCLVIII
N.º 258 (S. de G.): 28-23 (19x48=D), 44-39! (48x44), 50x26 +

GOLPE N.º 258 (M.R.): 24-29), 33x24 (18-22), 27x29 (16-21), 26x17 (11x31), 36x2 (19-23), 29x18 (13x31), ... e G.

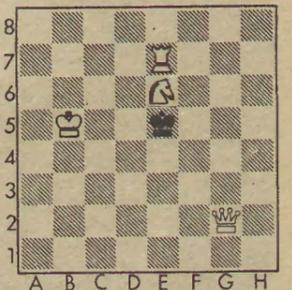
A. de M.M.

Xadrez

CCLVIII — 21 de Junho de 1990
PROPOSIÇÃO N.º 258/A

Por: T. SCHÖNBERGER
2.ª Menção «Allgemein Zeitung Chemnitz», 1925-1926

Pr.: Rex Solus 65
Br.: [4]: C66-T67-Dg2-Rb5

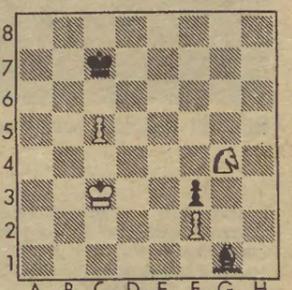


Mate em 2 lances

PROPOSIÇÃO N.º 258/B

Por: V. KOSEK
IV & V Prémios «La Stratégie», 1913

Pr.: [3]: P13-Bg1-Rc7
Br.: [4]: Ps.f2, c5-Cg4-Rc3



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCLVIII
N.º 258/A (T.S.): Fuga em estrela)

1. Cd4+! (toma a casa de fuga f6, mas liberta 2 outras da fuga em estrela: d4 e f4.)

1. ... R:d4; 2. Dd2 ++

1. ... Rf4; 2. T64 ++

1. ... Rd6; 2. Cf5 ++

1. ... Rf6; 2. Dg7 ++

N.º 258/B (V.K.): 1. Rd3, Rc6; 2. Rc4, Rb7; 3. Rd4, Rc7; 4. Rd5, Rd7; 5. Ce5+, Rc7; 6. Cd3, Bh2; 7. Ré4 e G. A. de M.M.

da festa!

Avante!

Director
António Dias Lourenço

SUPLEMENTO N.º 1
21 de Junho de 1990
Não pode ser vendido
separadamente

AMORA-SEIXAL • 7, 8 e 9 SETEMBRO

“AVANTE!” E “ATALAIA” O encontro

Reencontros. Ciclos que se sucedem; contas à vida; olhar de novo um riso quase esquecido...

Mais importante é o **encontro**: com coisas novas, com surpresas, alegrias grandes e pequenas; que nos são caras...

Encontro de um país consigo próprio, com modos próprios de ser, de estar colectivo, em torno (também) da alegria, do riso, da ternura...

Para lá de outros significados «*avante*» e «*atalaia*» serão futuramente palavras ligadas em novas razões: a partir de Setembro de 1990 elas serão sinónimas e significantes de um todo complexo a que nós, os comunistas, chamamos «a festa!»; maneira simples de retratar uma multidão de **encontros**, querendo dizer *encantos*, cenários, cores, sons, luzes. sentimentos, objectos, pessoas, trabalho...

O **encontro** este ano é na *Quinta da Atalaia*, num local à borda do Tejo, ali ao Seixal. Tem morada nova e chama-se, mais uma vez, *Festa do «Avante!»*.

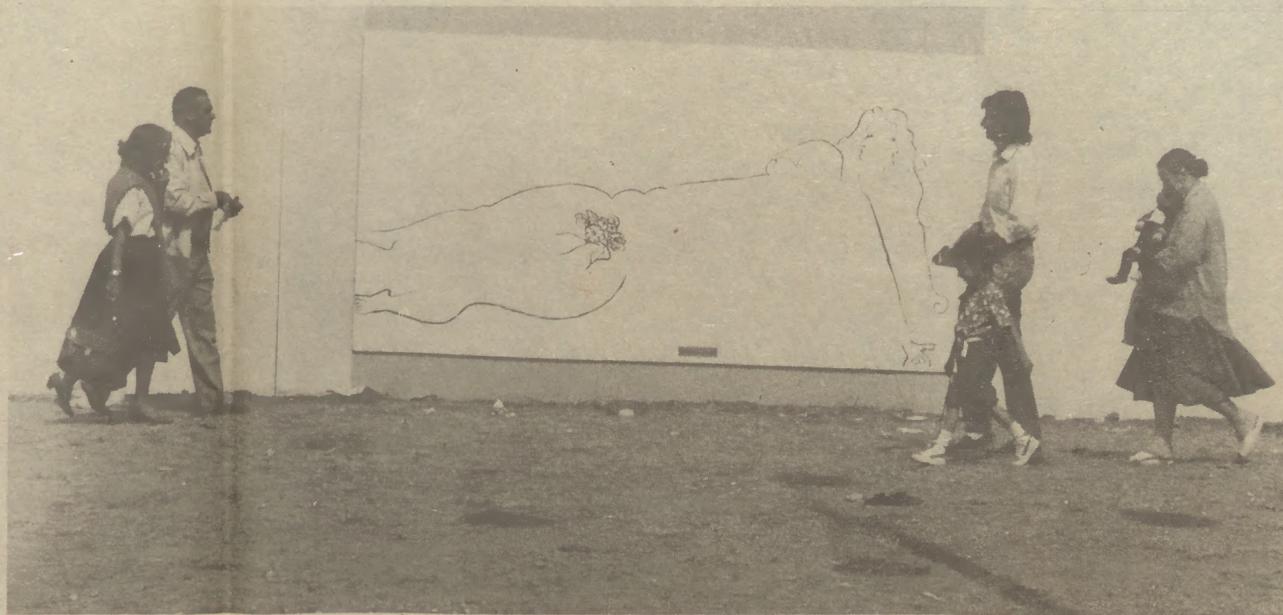
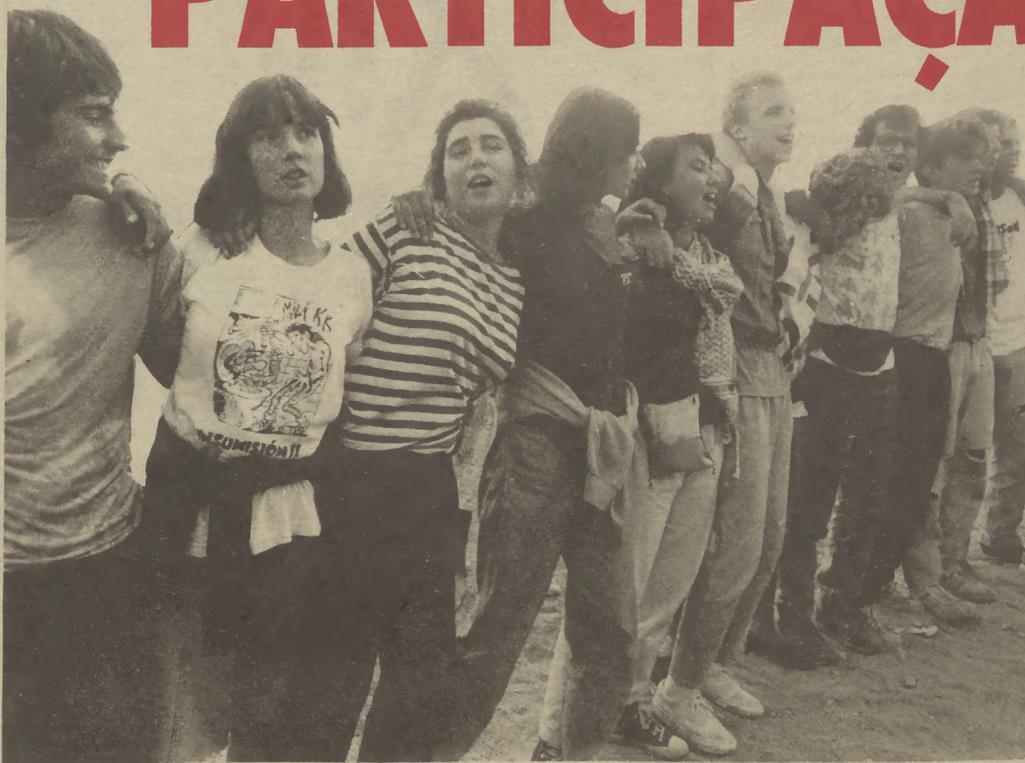
XIV Festa

Avante!



XIV
Festa
Avante!

UM ENCONTRO UMA PARTICIPAÇÃO



São imagens que se repetem: os amigos que se revêem, o desporto que se faz, os petiscos que se tomam, as danças e as cantigas. A «festa!» são inúmeros encontros. Para a XIV Festa do «Avante!» está em preparação um programa com uma dimensão política, cultural, artística e desportiva de grande impacto e qualidade, ao nível das tradições da «festa!». A tradição de novos e novos encontros.

Marquemos pois o encontro: assinala na agenda os dias sete, oito e nove de Setembro. Já dissemos onde. Para chegar à «Atalaia» há quem trabalhe a preparar os acessos mais fáceis, os possíveis. Por estrada ou atravessando a ponte «25 de Abril». Talvez até o desfrutar de uma viagem pelo Tejo, do Terreiro do Paço ao Mar da Palha, *desaguando* depois na «festa!».

Desaguar num mundo feito de exposições (sobre o Tejo, por exemplo), colóquios, música, artes plásticas, teatro, desporto, folclore, artesanato, jogos tradicionais, gastronomia, povo (nosso) que se mostra e povos (muitos outros) que se mostram...

Será um encontro, precedido de outros encontros onde você poderá estar com os muitos que, no terreno, em sucessivas jornadas de trabalho (também outra forma de festa) ajudam a construir o grande encontro, a grande «festa!», para daqui a dois meses e meio.

Talvez queira participar, desde já... Participar não só nas jornadas de trabalho, mas, por exemplo, no II Concurso de Pesca Desportiva da Festa do «Avante!», que terá lugar no próximo dia 7 de Julho, sábado, em Porto do Tejo. Barbos, bogas, carpas, bordalos e achigãs são os peixes que pontuam. Todos os pescadores que queiram inscrever-se devem dirigir-se à Comissão Concelhia de Vila Velha de Ródão, junto do Manuel Barreto. Além de um excelente convívio (e de um almoço, pois claro), haverá prémios até ao décimo classificado.

Mas há outras formas de participação: «tomar a iniciativa» é uma exposição anual que pretende dar voz e espaço aos novos valores da arte portuguesa. É uma exposição de carácter festivo que visa a convivência durante os três dias da «festa!» de várias opções estéticas, dos jovens, nacionais e estrangeiros. Este ano «tomar a iniciativa» dedicar-se-á à fotografia. Cada autor poderá participar com um máximo de cinco obras, de tema livre e identificadas com um título, sendo as dimensões máximas de 40 por 50 centímetros. As obras devem ser entregues entre 17 de Julho e 1 de Setembro em Lisboa, na Rua Sousa Martins, 8, no Porto na Av. da Boavista, 601 e em Coimbra na Rua António Vasconcelos, 101. Serão atribuídos três prémios em material fotográfico, no valor de 100, 50 e 25 mil escudos, respectivamente... Porque este encontro que é a Festa não é só uma reunião de amigos. É antes uma participação... de muitos milhares.



Participação é uma palavra que diz: tomar parte em... Há muitas formas de tomar parte na realização da «festa!». Uma delas é adquirindo uma Entrada Permanente (EP) para os três dias que farão a história deste encontro. Para além de tudo o que uma EP permitirá disfrutar na Atalaia, a sua compra antecipada tem esta imensa qualidade: participar na concretização de um grande acontecimento, tornando-o melhor, mais rico, mais diversificado, mais de todos...

Quinta da Atalaia
7, 8 e 9
Setembro
1990

XIV Festa Avante!
Sexta 7 entrada
Sábado 8 entrada
Domingo 9 entrada



XIV
Festa
Avante!



XIV
Festa
Avante!

UM PAÍS E UM MUNDO

O encontro de um país: consigo próprio, com o mundo. Broa de Mirandela, vinhos de Alijó, feijoada à transmontana, canelos de porco fumado, chispe, orelheira, linguça fumada, broa, pão de centeio de Mirandela. Artesanato e produtos regionais, barro de Bisalhães e Vilar de Nantes, navalhas de Palaçoulo, máscaras de Ouvilhão, cestos de cidrões, cristas de galo, vinhos do Douro, moscatel de Favaios. Nomes tantas vezes misteriosos, a serem revelados na Venda e no Bar de Trás-os-Montes. Caldeirada de Sines, arroz de tamboril de Setúbal, caldeirada de enguias do Seixal, marisco de Sesimbra. De Castelo Branco e da Guarda, da Beira Interior, chegarão à Atalaia os vinhos do Fundão, de Pinhel e de Meda, queijos, os picantes de Malpica do Tejo, também os da Serra ou cabreiro e ainda os chouriços de carne, os paios do lombo, as paiolas ou o presunto. E na «festa!» não faltará uma «lareira» para o fumeiro. Mas o ambiente serrano estará arquitectonicamente vincado num «Miradouro da Festa» onde existirá um salão de chá numa varanda com vista para o terreno, com broas de mel e outra doçaria especial e uma exposição-venda de artesanato onde estarão os trajes regionais do distrito de Castelo Branco, adufes de Idanha-a-Nova, vergas de Gonçalo... Do Alentejo chegarão os bonecos, barros, louças, peles, cestos, cadeiras, couros de terras como Estremoz, Redondo, São Pedro do Corval, Viana do Alentejo, São Miguel de Machede, Beja, Moura, Barrancos, Portalegre, Nisa, Avis...

As casas tradicionais das praias da Barra e Costa Nova serão recriadas no espaço de Aveiro. Será construído um «palheiro» e também um restaurante, à sombra, com refeições com base no Leitão à Bairrada...

Lisboa vai dividir-se em dois ambientes: o urbano (com as suas janelas, as portas, os azulejos, a telha de cano) e a ruralidade (o moinho de vento, o coreto, os fornos de pão...). Artesões trabalhando na «festa!», uma exposição etnográfica, são dois outros motivos para uma visita «à capital».

Muito mais haveria a contar sobre este encontro de um país consigo próprio a acontecer em Setembro, na Quinta da Atalaia. Um encontro também com outros países, um encontro com o Mundo, a começar no Minho e a acabar no além-mar...

